



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

CARLOS EDUARDO BATISTA DOS SANTOS

“OKAIDA” E “ESTADOS UNIDOS”, ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: a nova face da criminalidade na cidade de João Pessoa, Paraíba

**NATAL – RN
2015**

CARLOS EDUARDO BATISTA DOS SANTOS

“OKAIDA” E “ESTADOS UNIDOS”, ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: a nova face da criminalidade na cidade de João Pessoa, Paraíba

Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Dinâmicas Sociais, Práticas Culturais e Representações.

Linhas de Pesquisa: Conflitividades, Dinâmicas Sociais e Subjetividade.

Orientador: Prof. Dr. Edmilson Lopes Júnior

**NATAL – RN
2015**

UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede
Catalogação da Publicação na Fonte

Santos, Carlos Eduardo Batista dos.

“Okaida” e “Estados Unidos”, organizações criminosas: a nova face da criminalidade na cidade de João Pessoa, Paraíba / Carlos Eduardo Batista dos Santos. – Natal, RN, 2015.

160 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Edmilson Lopes Júnior.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Conflitos sociais – Dissertação. 2. Violência – Dissertação. 3. Crime organizado – Dissertação. 4. Facções criminosas – Dissertação. I. Lopes Júnior, Edmilson. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 316.48

Dedico o presente trabalho a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse manifestar, com esta pesquisa científica, o fruto de um pensamento sincero, elaborado e livre e, que, de alguma forma, cooperaram e colaboraram para a materialização deste projeto, meu muito obrigado. Que Deus ilumine a todos!

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Pois, sem Ele, nada podemos fazer.

Pela sua sensível presença, proteção e bênçãos em todos os momentos de minha vida.

A Ele, toda Glória e Honra!

A minha esposa Rosa Carmen de Melo santos, aos meus filhos, ao genro e aos netos, respectivamente, Juliana de Melo Santos, Carlos Eduardo de Melo Santos, André Marcio da Silva Florêncio, Levi de Melo Santos Silva (*In Memoriam*) e Heitor de Melo Santos Silva.

Que me servem de base e de inspiração para a busca de meus objetivos, com compreensão e com carinho, ajudando-me com amor nos momentos difíceis.

Pela paciência, pela confiança, pela admiração, pelo incentivo, pela colaboração durante os momentos de estudos e pelo apoio durante mais essa etapa da minha vida.

Aos meus pais José Pereira dos Santos e Nair Batista dos Santos.

Por haverem me concedido a dádiva da vida e por terem sido a coluna de sustentação nos primeiros momentos de minha caminhada, que me propiciou o crescimento e o amadurecimento intelectual e profissional.

Pela força, pela paciência e pela tolerância nos momentos de ausência e de dificuldades, por torcerem por mais essa fase vitoriosa de minha vida.

As minhas tias Antônia Pereira dos Santos e Raimunda Rita Pereira dos Santos.

Exemplos vivos de sabedoria e de perseverança.

Meus sinceros agradecimentos por me ensinarem a aprender a aprender.

Ao Prof. Dr. Edmilson Lopes Junior.

Por acreditar neste projeto desde o início, pela paciência e pela atenção durante as orientações e pelo crescimento que me proporcionou durante esse período.

Pela oportunidade de vivenciar, de dialogar e de compartilhar experiências tão ricas. Por sua orientação segura, atenção, confiança e compromisso. Pela sua maneira simples e inteligente de ser. Agradeço a amizade e o apoio em todos os momentos.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN.

Pelos ensinamentos e pela competência que indicaram caminhos, aclararam as dúvidas, disponibilizaram seu tempo e compartilharam seus conhecimentos, meu muito obrigado.

Aos amigos e Professores Dr. Ariosvaldo da Silva Diniz e Luziana Ramalho Ribeiro.

Pelas valiosas contribuições, disponibilidade e colaboração, fundamentais para a consecução deste trabalho.

Aos amigos Wallber Virgulino Silva Ferreira, Arnaldo Sobrinho de Moraes Neto, Givaldo Medeiros Gonçalves, Paulo Fernando da Silva, Roberta Santos e Alexandra da Silva Camilo.

Por toda presteza e colaboração, incentivando-me a expandir meus horizontes. Pelo compromisso com a ciência e com a colaboração com esta pesquisa.

Aos amigos Nelma Silva de Medeiros, Edson Bertoldo Coelho e Daniel Alexandre da Silva Gomes.

Que nunca se furtaram em ajudar-me, contribuindo, assim, para meu crescimento profissional e intelectual.

Pelos momentos de intensa troca de experiências e de aprendizado mútuo.

Aos amigos e aos demais familiares.

Pessoas de minha estima e apreço que, mesmo sem estarem perto, estiveram muito presentes.

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Pela oportunidade concedida.

Fato social objetivado no Brasil contemporâneo, o crime organizado, antes de ser abordado como um problema sociológico é percebido muito claramente por mais e mais atores sociais e estudiosos, como um problema social que deve ser colocado em lugar de destaque nas pautas de discussões contemporâneas.

(Edmilson Lopes Junior)

RESUMO

O presente estudo intitulado “**Okaida’ e ‘Estados Unidos’, organizações criminosas:** a nova face da criminalidade na cidade de João Pessoa – PB”, busca analisar a atuação do crime organizado, especialmente, na Paraíba, evidenciando-se as concepções e as teorias acerca de suas origens no Brasil e em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Assim, objetivando-se refletir sobre a atuação das facções “Okaida” e “Estados Unidos” que dominam o crime organizado na capital do Estado da Paraíba, este estudo científico de caráter quali-quantitativo, fundamentou-se em uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se como técnica de documentação a observação direta extensiva. Também foi realizada uma pesquisa de campo do tipo exploratória, com a aplicação de um questionário junto à população carcerária de cinco municípios paraibanos, a saber: João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Patos e Cajazeiras. De tal modo, percebe-se que não é possível haver total entendimento no tocante à complexidade da violência presente na sociedade. Causada, criada e relacionada com os mais diversos tipos de situações cotidianas, bem como com variadas características humanas inatas, a violência se apresenta no cotidiano das pessoas, não necessariamente, causada apenas pela desigualdade social, pela pobreza ou pela carência, mas, principalmente, pela omissão do Estado, no tocante à promoção de políticas públicas que promovam emprego, moradia, lazer, saúde, segurança etc. Assim, para ocupar o lugar destinado aos entes públicos, surgem as facções criminosas como promotoras das ações sociais que deveriam ser promovidas pelo Estado, de tal modo fortalecendo o crime organizado. Desta feita, em comum e, independentemente, da atividade que desempenham, bem como do seu local de atuação, pode-se assegurar que todas as organizações criminosas do mundo têm como seus objetivos primordiais o poder pela força e a riqueza. Com o desenvolver da pesquisa, observou-se que as facções criminosas da Paraíba, são compostas, em sua maioria, por jovens com idade que varia dos 18 anos aos 25 anos, identificando-se como pretos ou pardos, todos do gênero masculino, com baixo nível de letramento que varia entre o não frequentar a escola e os anos iniciais do Ensino Fundamental, predominantemente, são solteiros, e residiam com pai e com irmãos ou mãe e irmãos, o que demonstra a desestruturação familiar, observa-se também que a maioria dos respondentes possuem um rendimento familiar médio mensal que varia de R\$ 800,00 à R\$ 1.500,00. Ressalta-se nas entrevistas semiestruturadas que as facções criminosas paraibanas buscam transformar-se em segmentos poderosos e com atividades lucrativas, caracterizada por grupos com regras próprias de atuação e com um propósito previamente definido, que é a destruição da facção diversa da sua, a qual eles denominam de “inimigo”.

Palavras-chave: Conflito social. Violência. Crime organizado. Facções criminosas.

ABSTRACT

The present study entitled "Okaida" and "Estados Unidos", criminal organizations: the new face of criminality in the city of João Pessoa - PB, seeks to analyze the operation of organized crime, especially in Paraíba, demonstrating the concepts and theories regarding its origins in Brazil and in João Pessoa, the state capital of Paraíba. Thus, in order to reflect on the actions of the factions "Okaida" and "Estados Unidos" that dominate organized crime in the capital of the state of Paraíba, this scientific study of qualitative and quantitative character, relied on a literature search using as documentation technique, extensive direct observation. Also an exploratory type field research was carried out with the application of a questionnaire with the prison population of five cities in Paraíba, they are: João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Patos and Cajazeiras. In such way, it is perceived that there can be no full understanding regarding the complexity of the violence in society. Caused, created and linked to the various types of everyday situations as well as different innate human characteristics, violence is presented in daily life, not necessarily just caused by social inequality, poverty or the poorness, but mainly by State's failure, regarding the promotion of public policies that promote employment, housing, leisure, health, safety etc. Thus, to take the place intended for public entities, there are criminal gangs as promoters of social actions that should be promoted by the State, so strengthening organized crime. From this act, in common and independently of the activity they perform, as well as their place of work, it can be ensured that all criminal organizations in the world have as their primary objectives power by force and wealth. With the development of the research, it was observed that the criminal factions of Paraíba, are composed mostly of young people aged ranging from 18 years to 25 years, identifying themselves as black or mixed, all male, with low literacy ranging from the not attend school and the early years of elementary school, predominantly, are single, and living with father and brothers or mother and brothers, which shows the family disintegration, it is observed also that most respondents have a monthly average family income ranging from R \$ 800.00 to R \$ 1,500.00. It is highlighted in semi-structured interviews that Paraíba gangs seek to transform into powerful segments and profitable activities, characterized by groups with their own rules of operation and with a predetermined purpose, which is the destruction of the different faction of his, which they call the "enemy."

Keywords: Social Conflict. Violence. Organized crime. Criminal factions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Desenho 1 – Símbolos das facções criminosas da Paraíba.....	70
Foto 1 – Símbolos das facções criminosas da Paraíba.....	70
Foto 2 – Marca da Al Qaeda no Polo da UFPB Virtual.....	71
Mapa 1 – Distribuição territorial das facções criminosas Al Qaeda e Estados Unidos.....	72
Retrato 1 – Recortes de documentos oriundos da justiça.....	76
Gráfico 1 – Presídios onde os questionários foram aplicados (quantidade).....	80
Gráfico 2 – Municípios onde os questionários foram aplicados.....	81
Gráfico 3 – Renda média mensal das famílias dos apenados paraibanos.....	81
Gráfico 4 – Tempo em que o apenado se encontra preso.....	82
Gráfico 5 – Idade dos entrevistados.....	83
Gráfico 6 – Idade e município onde se encontra preso o entrevistado.....	84
Gráfico 7 – Autoidentificação dos presos paraibanos em relação à cor ou à raça.....	85
Gráfico 8 – Distribuição da população brasileira por cor ou por raça.....	85
Gráfico 9 – Estado civil.....	86
Gráfico 10 – Filhos.....	87
Gráfico 11 – Opção religiosa dos presos.....	88
Gráfico 12 – Escolha religiosa da população carcerária por município.....	88
Gráfico 13 – Prisão e família.....	89
Gráfico 14 – Parente que já foi preso.....	90
Gráfico 15 – Nível de escolaridade dos presos.....	90
Gráfico 16 – Fracasso escolar.....	91
Gráfico 17 – Conhecimento do artigo do qual foi condenado.....	92
Gráfico 18 – Delito pelo qual foi condenado.....	92
Gráfico 19 – Idade da primeira condenação.....	93
Gráfico 20 – Assistência jurídica.....	94
Gráfico 21 – Acesso à defesa de um defensor público.....	95
Gráfico 22 – Acesso a advogado pago e/ou defensoria.....	95
Gráfico 23 – Consumo de álcool.....	96
Gráfico 24 – Consumo de maconha.....	97
Gráfico 25 – Consumo de maconha por idade.....	98

Gráfico 26 – Consumo de maconha por município.....	98
Gráfico 27 – Consumo de <i>crack</i>	99
Gráfico 28 – Consumo de <i>crack</i> por municípios.....	100
Gráfico 29 – Consumo de <i>crack</i> por faixa etária.....	100
Gráfico 30 – Consumo de cocaína.....	101
Gráfico 31 – Consumo de cigarros.....	102
Gráfico 32 – Qualidades positivas de um preso (segundo a avaliação dos próprios apenados).....	103
Gráfico 33 – Qualidade e tipos de presos avaliados negativamente.....	104
Gráfico 34 – Apoio externo aos presos.....	105
Gráfico 35 – Apoio interno.....	106
Gráfico 36 – Presença de facções no presídio.....	106
Gráfico 37 – Existência ou não de facções por municípios dos entrevistados.....	107
Gráfico 38 – Grupos mencionados (pergunta aberta).....	108
Gráfico 39 – Facção considerada mais forte.....	109
Gráfico 40 – Facção na qual tem mais amigos no presídio.....	110
Gráfico 41 – A facção onde se tem mais amigos por municípios.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CV.....	Comando Vermelho
DEPEN.....	Departamento Penitenciário Nacional
GAECO.....	Grupo de Combate às Organizações Criminosas
MCN.....	Matriz Curricular Nacional
PMPB.....	Polícia Militar da Paraíba
PCC.....	Primeiro Comando da Capital
SENASP.....	Secretaria Nacional de Segurança Pública
INFOPEN.....	Sistema Integrado de Informações Penitenciárias
SUSP.....	Sistema Único de Segurança Pública
UFPB.....	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
GÊNESE HISTÓRICA DO SURGIMENTO DO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL	20
1.1 <i>MODUS OPERANDI</i> DAS FACÇÕES CRIMINOSAS: uma análise sobre as ações do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital.....	26
1.2 O CRIME ORGANIZADO E A REALIDADE PENAL BRASILEIRA.....	35
2 ANÁLISE CONCEITUAL SOBRE CONFLITO E VIOLÊNCIA	40
2.1 NOVO CENÁRIO DA VIOLÊNCIA NO BRASIL.....	45
2.2 FATORES SOCIAIS COMO GERADORES DA CRIMINALIDADE.....	48
3 O CRIME ENQUANTO NEGÓCIO GLOBALIZADO	51
3.1 O CRIME ORGANIZADO NAS ENTRANHAS DO ESTADO.....	55
3.2 O COMBATE À CRIMINALIDADE E A BUSCA PELA CIDADANIA.....	59
4 ANÁLISE DA ORIGEM, DO <i>MODUS OPERANDI</i> E DAS MANIFESTAÇÕES DO CRIME ORGANIZADO NA PARAÍBA	65
4.1 AS MANIFESTAÇÕES DO CRIME ORGANIZADO PARAIBANO PELA ANÁLISE DOS FATOS JORNALÍSTICOS.....	65
4.2 PRESOS DA PARAÍBA: elementos quantitativos para uma apreensão do seu universo, dos seus valores e de suas atitudes.....	76
4.3 POPULAÇÃO CARCERÁRIA DA PARAÍBA: situação, perfil e vulnerabilidade.....	80
4.4 A HERANÇA DE UMA CONDIÇÃO SOCIAL E A SUA REPRODUÇÃO.....	89
4.5 MAIS UM ELEMENTO DE VULNERABILIDADE: o acesso ao Sistema Jurídico.....	94
4.6 PRÁTICAS SOCIAIS E FORMAS DE SOCIABILIDADE: o consumo de drogas.....	96
4.7 SOCIABILIDADE E VALORAÇÕES.....	102
4.8 AS REDES DE APOIO AOS PRESOS E O PESO DAS FACÇÕES NAS PRISÕES.....	105
4.9 CAUSAS E FATORES QUE DETERMINAM A ATUAÇÃO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NA PERCEPÇÃO DE SEUS ATORES.....	112
4.10 AS MANIFESTAÇÕES DO CRIME ORGANIZADO NA PARAÍBA NA VISÃO DOS OPERADORES DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	132
APÊNDICES	138
ANEXOS	145

INTRODUÇÃO

A proposta do presente trabalho é analisar a atuação do crime organizado no Brasil de forma generalizada e, na Paraíba, de forma pormenorizada. Para realizar tal objetivo, tomamos como foco de nossa investigação as formas de atuação, o alcance e o peso na conformação da criminalidade paraibana de duas organizações que, emergindo nas prisões da capital, João Pessoa, têm se tornado presentes, não apenas no sistema penitenciário, mas em áreas geográficas singulares, como é o caso de bairros populares.

Dessa forma, observa-se que o progresso da humanidade na história, juntamente com toda a problemática inerente ao seu processo evolutivo, foi acompanhado pelo aparecimento de fortes marcas sociais. Os processos de transformação global da economia e da vida social geraram efeitos excludentes sobre as sociedades e desencadearam novos conflitos sociais.

Analisando-se o quadro do século XXI, constata-se que o panorama mundial é marcado por questões sociais globais, manifestadas de forma articulada e homóloga, embora com traços divergentes, nas diferentes sociedades. O panorama internacional se funda em problemas sociais globais, como a violência, a exclusão, as discriminações de sexo, os diversos racismos, a exclusão social e a pobreza, os problemas do meio ambiente e a questão da fome. Todos esses problemas têm íntima relação com as desigualdades fundadas em diferenças de classes e de *status* social em termos de rendimento, capital educacional ou prestígio. Isso porque essas desigualdades, ao contrário de terem desaparecido, tornaram-se mais visíveis e reforçadas pelo aparecimento de novas desigualdades baseadas no sexo, na etnia, na religião ou nos modos de vida.

Todo esse contexto mundial, juntamente com algumas outras causas, vem culminar com a expansão da violência e da criminalidade, demonstrada através de diversas formas, tipos e intensidades. Pode-se também afirmar que todas as organizações criminosas do mundo objetivam adquirir poder e riqueza, independentemente do tipo de atividade e de seu local de atuação. Diante desta realidade, ressalta-se que tais organizações empregam recursos tecnológicos, visando assegurar os lucros advindos de suas atividades, utilizando-se de estruturas lícitas, para camuflar a ilicitude de seus ganhos e de suas ações criminosas.

Os segmentos mais lucrativos do crime organizado são, em primeiro lugar, as drogas ilícitas, sobretudo a maconha, a cocaína, a heroína, o *crack* e as drogas sintéticas, como o *ecstasy* e as anfetaminas; em segundo, encontra-se o tráfico de armas e, na sequência, estão o tráfico de seres humanos para prostituição, comércio de órgãos e trabalho escravo; porém, a corrupção de agentes públicos e a lavagem de dinheiro se mostram afetas a todas essas atividades criminosas.

Os apontamentos acima indicam, de forma geral, o horizontem, não apenas teórico, mas, geralmente, normativo, no qual se insere a abordagem comum ou pretensamente doutra sobre o crime organizado. É importante, entretanto, tomá-las, mesmo que distanciada e criticamente, como balizas para a discussão que procuramos realizar nesta dissertação. Isso porque tomamos como objeto de investigação os formatos, a influência social (dentro e fora dos muros dos presídios) e os modos de ação de grupos delinquentes tratados pela mídia e pelas autoridades locais da Paraíba como exemplos de organizações criminosas nesta unidade da Federação.

Para dar contorno sociológico ao nosso exercício analítico, centramos a nossa análise sobre as formas de atuação (e os seus significados) dos dois grupos criminosos que exemplificam, para atores políticos, para a população e para a mídia local, o crime organizado na Paraíba. Referimo-nos à Okaida e aos Estados Unidos.

Justificando-se, também, para além da relevância da problemática que busca investigar, por propor, também, embora esse não seja exatamente o foco de nosso trabalho, este trabalho propõe, então, uma reflexão, não apenas sobre o papel da polícia, mas sim, de todos os aparatos técnicos criados para combater o crime organizado, pois se entende que tal enfrentamento, se não vier acompanhado da capacitação dos policiais paraibanos, bem como e, principalmente, associado à políticas públicas que promovam o bem estar social a esta população, gerindo saúde, emprego, educação, lazer, segurança etc., não surtirá efeito algum e será um caminho para o fracasso.

Nesse sentido, este trabalho contempla uma análise sobre a problemática do crime organizado e sua relação com a corrupção, bem como do enfretamento policial e da atuação dos poderes públicos e da conscientização da população em geral, no combate a esse tipo de crime, amparada em dados quantitativos e de uma análise qualitativa.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre a atuação das facções “Okaida” e “Estados Unidos” que dominam o crime organizado na capital do Estado da Paraíba. Operacionalizada pelos objetivos específicos: destacar as concepções e as teorias acerca do surgimento das facções criminosas e suas origens na sociedade pessoense; analisar as práticas violentas da “Okaida” e dos “Estados Unidos” e apontar os reflexos da atuação dessas facções criminosas e sua representação na segurança pública paraibana.

Quanto aos objetivos, o estudo tratou-se de uma pesquisa exploratória, pois possibilitou a abrangência de um estudo ainda pouco conhecido, preliminar ou prospectivo. “Estudo que tem por objetivo aumentar a compreensão de um fenômeno ainda pouco conhecido, ou de um problema de pesquisa ainda não perfeitamente delineado”. (APPOLINÁRIO, 2004, p. 87).

Quanto ao método de abordagem, foi o indutivo, pois partiu do conhecimento particular para o geral, visando assim, obter uma conclusão a determinada premissa, que devem ser necessariamente verdadeiras, no tocante ao objeto desta pesquisa. Dessa forma, torna-se possível à observação dos fatos e/ou fenômenos cujas causas se desejem conhecer. (APPOLINÁRIO, 2004).

Quanto ao método de procedimento, por se tratar de um estudo qualitativo, a presente pesquisa apoiou-se no método monográfico, pois terá como preocupação a realização de um estudo aprofundado sobre determinado assunto (indivíduos, instituições, grupos, comunidades), buscando sua generalização para a explicação de um fenômeno social. (MARCONI; LAKATOS, 2005).

O presente estudo utilizou como técnica de documentação, a observação direta extensiva, configurando uma pesquisa de campo do tipo exploratória. Na pesquisa, foram adotados questionários e entrevistas semiestruturadas com os atores sociais integrantes do sistema criminal paraibano, mencionados anteriormente.

As fontes utilizadas para a pesquisa consistem na consulta aos livros e às pesquisas científicas que abordam o tema proposto, que se mostrem significativas, no que tange a consecução desta pesquisa, como também foram analisadas as reportagens policiais exibidas pela mídia paraibana, relativas às atividades dessas duas facções criminosas.

Sendo a pesquisa bibliográfica, inicialmente, o instrumento de coleta de dados será o fichamento de informações retiradas das fontes referenciadas, objetivando a

otimização do estudo a ser realizado. Dessa forma, através do fichamento e de resumos, contendo registros de dados necessários ao desenvolvimento e à fundamentação do estudo, tem-se uma visão mais dinâmica do tema proposto, de acordo com o entendimento dos diversos autores selecionados.

Para efeito dos objetivos propostos neste trabalho, excluíram-se os menores e as crianças que também compõem as facções, optando-se por entrevistar apenas os detentos maiores de 18 anos de idade, reclusos nas penitenciárias das cidades de João Pessoa, de Campina Grande, de Guarabira, de Patos e de Cajazeiras, que tiveram contato sistemático com as atividades desenvolvidas por ambas as facções, excluindo-se os que se encontram, atualmente, nos regimes aberto e semiaberto.

A pesquisa foi centrada na realidade do Estado da Paraíba, onde observa-se em Brasil (2010) que a Paraíba é um Estado pertencente à Federação brasileira, situada na Região Nordeste, composto de 223 municípios, com uma área territorial de 56.469,744 km² e uma densidade demográfica de 66,70 hab/km², sendo o ponto mais oriental da Américas. Assim, conforme o senso demográfico, observa-se que a Paraíba possui uma população urbana de 3.766.528 pessoas.

Destarte, o presente estudo abordou a violência urbana vivenciada, atualmente, no Município de João Pessoa, capital do Estado, com uma área territorial de 211.475 Km²; uma população residente de 723.515 pessoas, sendo 337.783 do gênero masculino e 385.732 femininos, mas, para tanto, a pesquisa de campo foi estendida, também, aos municípios de Campina Grande, de Guarabira, de Patos e de Cajazeiras, pois, em cada uma dessas cidades, já é sentida a ação de, no mínimo, uma das facções originadas em João Pessoa.

No trabalho de campo, foi utilizado um questionário de pesquisa, aplicado junto aos detentos de diversas penitenciárias do Estado da Paraíba, que integram ou não as duas facções – “Okaida” e “Estados Unidos”. Nesse questionário, aprofundaram-se questões relativas ao reflexo da atuação das facções criminosas para a sociedade e, em especial, para a segurança pública paraibana.

Quando da preparação do instrumento de coleta de dados, este foi elaborado a partir dos objetivos do estudo e da revisão de literatura realizada, cuja principal preocupação recaiu na necessidade de contar com algo, comprovadamente aplicável às necessidades da pesquisa, que não havia sido examinado antes por pesquisa

acadêmica, mas que todos querem fazer com que ele assuma suas responsabilidades, com competência, com eficácia e com eficiência.

Portanto, o questionário caracterizou-se por um instrumento estruturado, composto de perguntas fechadas, abordando o perfil do informante e que abordou sobre o planejamento do emprego operacional das organizações envolvidas; motivação e satisfação de seus integrantes para as atividades de ambas as facções, nível de entendimento desses sujeitos de pesquisa acerca do reflexo de suas atividades para sua família e para a sociedade paraibana.

Assim sendo, a captação das informações sobre o tema escolhido será feita por meio de um instrumento, cuja elaboração teve como referência Marconi e Lakatos (2005). O questionário será respondido pelos sujeitos de pesquisa, selecionados pelo pesquisador. Buscou-se, então, com a aplicação do questionário a todos os sujeitos envolvidos com as facções “Okaida” e “Estados Unidos”, simultaneamente, a fim de evitar o possível cruzamento de informações entre eles, evitando-se, assim, alguma intimidação.

As entrevistas com os operadores do Sistema de Justiça Criminal da Paraíba, são eles: Oficiais e Praças da PMPB; Delegados e Agentes de Investigação da Polícia Civil; bem como as que foram realizadas com os diretores das penitenciárias e Agentes de Segurança Prisional; com o Gerente Executivo do Sistema Penitenciário e com o Gerente Executivo de Planejamento, Segurança e Informação da Secretaria de Administração Penitenciária, foram executadas pelo pesquisador, com o uso do aparelho Mp3 para que as entrevistas sejam gravadas, respeitando a privacidade, a dignidade e a autodeterminação dos sujeitos da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2005). Já com os presos integrantes das facções, as entrevistas foram realizadas por Assistentes Sociais.

Foi explicado o objetivo da pesquisa, com o intuito de obter maior engajamento deles com os conteúdos que envolvem esse tema e estimular outras formas de expressão das repercussões da percepção deles, com relação ao tema proposto, além de solicitado o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ou seja, o material recolhido nas entrevistas servirá para referenciar, através da ótica dos próprios policiais, como se encontra a problemática proposta nesta pesquisa.

Do mesmo modo, utilizou-se a documentação indireta, quando se prevaleceu de fontes secundárias, que foram utilizadas na fundamentação teórica, valendo-se de resumos e de fichamentos das obras selecionadas para o referencial teórico dessa pesquisa.

Os dados coletados das fontes bibliográficas, após sua leitura crítica e interpretativa, foram observados os critérios utilizados por cada autor no que se refere à disposição dos assuntos. Após a organização dos textos, realizou-se anotações das considerações e dos comentários pertinentes expostos por cada autor, objetivando relacioná-las entre si e com outros autores. Dessa forma, é possível desenvolver uma análise fundamentada para compreender fatos, relações e conexões que, antes, estavam velados, visando-se expor as considerações pessoais.

No primeiro capítulo, realizou-se um apanhado histórico sobre o surgimento do crime organizado no Brasil, buscando, também, entender o *modus operandi* das duas facções criminosas de maior destaque midiático, que são o Comando Vermelho (CV), no Estado do Rio de Janeiro, e o Primeiro comando da Capital (PCC), no Estado de São Paulo, bem como perceber como se apresenta o crime organizado na realidade penal brasileira, fundamentado nos ensinamentos de Amorim (2010), de Bauman (1998), de Brasil (2013), de Carvalho (1994), de Goffman (1999), de Gomes (2007), de Gomes e Cervini, (1995), de Greco (2014), de Michaud (1989), de Misse (1997, 2002, 2011), de Olivieri (1997), de Santos (2004), de Silva (2003) e de Souza (2006).

No segundo capítulo, atualizou-se conceitos referentes ao conflito e à violência, apontando como se encontra o fenômeno da violência no Brasil e os fatores sociais que geram os atos violentos e a criminalidade na visão de Almeida e Pinheiro (2003), de Caldeira (2000), de Carvalho (2001), de Dahrendorf (1982), de Hespanha e Santos (2000), de Lopes Junior (2006, 2008), de Marx e Engels (1980), de Simmel (1998), Zaluar (2001) e de Zaluar e Leal (2001).

No terceiro capítulo, analisou-se as causas e as manifestações do crime enquanto negócio globalizado, como ele enlaça nas entranhas do Estado e como este se empenha no enfrentamento da criminalidade em busca de uma cidadania, conforme os estudos de Bourdieu (2002), de Brasil (2006), de Carvalho (2001), de Goffman (1999), de Hespanha e Santos (2000), de Kahn (2002), de Lopes Junior

(2006, 2009), de Mizukami (1986), de Monjardet (2002), de Oliveira e Tosta (2001), de Porto (2001), de Silva (2001), de Weber (1982) e de Zaluar (2007).

No quarto capítulo, estabeleceu-se o percurso metodológico para a consecução desta pesquisa, amparado nas teorias de Apolinário (2004), de Brasil (2010), de Cervo, Bervian e Da Silva (2007), de Cervo e Bervian (2002), de Marconi e Lakatos (2005), de Mascarenhas (2012) e de Samara e Barros (2002).

No quinto capítulo, buscou-se analisar a origem, o *modus operandi* e as manifestações do crime organizado na Paraíba, identificando tais fenômenos nas publicações midiáticas da Folha de São Paulo, do Portal Correio, do Jornal do Comércio e do portal Isto É independente, analisando-se os questionários aplicados junto aos presos da Paraíba e identificando os elementos quantitativos para uma apreensão do seu universo, dos seus valores e das suas atitudes, sua situação, seu perfil e sua vulnerabilidade, procurando entender a herança de uma condição social e a sua reprodução, como se processa o seu acesso ao sistema jurídico e ao consumo de drogas, sua sociabilidade e suas valorações, como encontram-se engendradas as redes de apoio e qual o peso dessas facções criminosas no interior das penitenciárias paraibanas. Ainda buscou-se entender as causas e os fatores que determinam a atuação das facções criminosas na percepção de seus atores e a visão desse fenômeno da violência urbana pelos operadores da segurança pública.

Por fim, a partir dos resultados obtidos e devidamente tratados, no sexto capítulo, apresentou-se as considerações finais relativas ao tema abordado.

1 GÊNESE HISTÓRICA DO SURGIMENTO DO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL

Observa-se que algumas teorias circundam a questão do surgimento do crime organizado em território nacional, compreendendo-se, portanto, que suas raízes são as mais controversas possíveis, pois, para tal surgimento, são atribuídas à origens diversas e em momentos históricos distintos. Assim, para se buscar entender o surgimento do crime organizado no Brasil, faz-se necessária uma abordagem histórica-antropológica-política, na tentativa de se perceber como o crime se manifesta, em cada lugar e época.

Em Gomes (2007), a formação dos aglomerados nos morros cariocas, dando origem às favelas, enquanto constituição do espaço urbano, marcados pela marginalização social, principalmente, no tocante à ausência de políticas públicas de acesso à segurança de qualidade e respeito aos direitos humanos. Espaço esse, considerado por alguns estudiosos, como marco para o surgimento do crime organizado.

As áreas ao redor da corte do Rio de Janeiro, repletas de florestas e montanhas, ofereciam refúgio para centenas de escravos fugitivos. A floresta da Tijuca, o Morro de Santa Teresa e as regiões de Niterói e da atual Lagoa Rodrigo de Freitas ficaram famosas por abrigar quilombos. Seus moradores sobreviviam dos produtos própria mata, coletando frutas, raízes e matando pequenos animais e roedores. Seu principal sustento, porém, eram as fazendas e chácaras vizinhas, que assaltavam com frequência. (GOMES, 2007, p. 225)

Entende esse autor que a malandragem e a marginalidade carioca ganham contornos bem particulares, no tocante à questão territorial, devido, quase sempre, a uma conflituosa divisão regional originada, desde o fim do Império, entre as facções. Tal conflito é observado, historicamente, com os territórios das maltas de capoeiras, que subdividiam a cidade, dando origem, assim, a delimitação dos territórios dos bicheiros; os territórios denominados de Zona do Mangue, ao que, atualmente, entende-se por favelas, que se ergueram nos morros cariocas, servindo, inicialmente, como refúgio dos malfeitores e dos marginais, marca característica da capital fluminense.

Afirma Gomes (2007) que, a partir dos anos 1970, os morros cariocas tornaram-se territórios do tráfico, ganhando, neste período, contornos militares, no tocante à disputa e à defesa dos territórios conquistados pela facção criminosa,

transformando essa disputa territorial, ora entre organizações criminosas rivais, ora entre estas e a polícia, em uma verdadeira guerra urbana.

Todavia, observa-se uma equivocada visão desse autor, de que as favelas são lugares ocupados por “classes perigosas”, e, assim sendo, precisam ser dominadas, pacificadas, civilizadas, por serem concebidas como territórios hostis.

No entanto, conforme a abordagem de Olivieri (1997), o crime organizado no Brasil origina-se no final do século XIX e no início do século XX, tendo como marco o surgimento do cangaço no nordeste brasileiro. A atuação dos cangaceiros assemelha-se, em parte, ao das facções criminosas atuais, no que tange o aspecto de respeito à hierarquia, nas táticas de guerrilha, onde os grupos eram divididos sob o comando do mais valente deles, e se uniam, quando necessário, para a realização de ataques maiores, visando saquear vilas, pequenas cidades e fazendas, extorquir dinheiro mediante ameaças de ataques e pilhagem, bem como sequestrar pessoas importantes.

Contudo, no entendimento do autor, esse movimento constitui apenas um antecedente, ou seja, a raiz histórica do que, atualmente, entende-se por criminalidade organizada, pois, conforme discutido na introdução deste capítulo, apesar de sua indiscutível importância, a obra de Olivieri (1997) não é imune à críticas, uma vez que o cangaço, enquanto movimento social, pode ser entendido um fenômeno social, caracterizado por atitudes violentas, assim, mesmo evidenciando a existência de certa sistemática das organizações criminosas atuais, o cangaço possuía objetivo e *modus operandi* diverso do que se vê hoje nas facções criminosas, sobretudo no tocante ao seu poder lesivo.

Para Silva (2003), o jogo do bicho é outro provável antecessor da criminalidade organizada, como hoje se apresenta, no entanto, o autor explica que não foi o seu surgimento que deu origem ao crime organizado, pois essa atividade foi idealizada pelo Barão de Drumond, e, inicialmente, teve a finalidade de angariar fundos para salvar os animais do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro. Assim, Silva (2003) exagera na importância e na influência relativa que essa atividade teve com relação ao surgimento da criminalidade organizada no território brasileiro e, em especial, no Rio de Janeiro, contudo, corrobora-se a afirmação do autor, ao relatar que foi a criminalização dessa atividade, com forte o apreço popular, passando, assim, a ser gerenciada por grupos organizados mediante a corrupção de agentes públicos,

como políticos e policiais, que pode ser entendida como uma das teorias que abordam a origem da criminalidade organizada no Brasil.

O controvertido 'jogo do bicho', enquanto tal, considerado isoladamente, não pode ser concebido como 'crime organizado' (tecnicamente), porque e, na verdade, uma contravenção (art. 58 da lei de Contravenções Penais). (GOMES; CERVINI, 1995, p. 63).

Apesar do exposto quanto ao "jogo do bicho", cumpre mencionar o que todavia, entende-se, corroborando os ensinamentos de Silva (2003) e de Gomes e Cervini (1995), que o jogo do bicho, atualmente, transformou-se em um excelente meio de lavagem de dinheiro, atividade essa comum e imprescindível à manutenção das organizações criminosas.

Conforme Misse (1997), historicamente, foram produzidas certas ligações entre vários mercados informais, a princípio, o jogo do bicho e, tempos depois, o narcotráfico, sobrepondo-se mercadorias ilegais com "mercadorias políticas"¹. Mesmo essa prática não adquirindo obrigatoriamente contornos espaciais, ao se desenhar algum tipo de contorno, se, por um lado, é forçado um estereótipo e importantes segmentos sociais do espaço serão estigmatizados, por outro, novas redes de sociabilidade começam a descortinar-se.

O mercado ilícito e seus efeitos de violência, aponta Misse (1997), foram transformados em ponto de convergência, sejam no sentido público de insegurança, seja no foco privilegiado das políticas de criminalização, devido ao caráter territorial-político-militar do comércio de drogas do Rio de Janeiro.

No tocante ao mercado informal ilegal do narcotráfico carioca, o autor traça algumas características, analisando a partir do aumento dos assaltos, com ou sem arrombamentos, de bancos, de carros, de residências e de apartamentos transformou a classe média dos anos 70 em prisioneiras dos seus próprios apartamentos a condomínios. No Rio de Janeiro, afirma Misse (1997), iniciou-se o medo da violência a partir do tráfico.

A infração mais difundida até o início dos anos 70 era o furto que, tendencialmente, foi dando lugar ao roubo. Após o auge estatístico do roubo em 1985, conforme Misse (1997), ocorreu a queda nos índices do cometimento deste tipo de

¹ Conceito atribuído por Misse (2002) a toda mercadoria que combine custos e recursos políticos expropriados do Estado, produzindo valor de troca político ou econômico por parte de agentes públicos, para a concretização de fins privados.

crime, coincidindo com o aumento de uma atividade mais lucrativa e menos arriscada nas áreas urbanas pobres, o tráfico de cocaína. Tudo isso avaliado com base numa avaliação de custo-benefício, considerando-se as bases policiais envolvidas nas políticas de repressão, nesse período em diferentes conjunturas.

Em Santos (2004), observa-se outra hipótese para a origem do Crime Organizado no Brasil, onde ressalta-se que, durante os anos de chumbo, período compreendido aos governos militares, surge, no país, um novo modelo de criminalidade, aos moldes e aos padrões de atuação delituosa advindas de outros países.

Corroborando o mencionado autor, entende-se ser a teoria mais adequada para se debater as questões que circundam o surgimento do crime organizado no Brasil, pois foi durante esse período histórico que presos políticos enquadrados na Lei de Segurança Nacional repartiram o mesmo espaço com criminosos comuns, ensinando-os táticas de guerrilhas e organizando-os sob a hierarquia de comando e de clandestinidade.

Naquele mesmo setor do Instituto Penal Cândido Mendes – a Galeria B – estavam os presos comuns condenados por crimes previstos na LSN, como assaltos a bancos e instituições financeiras. O governo militar tentou despolitizar as ações da esquerda, tratando-as como “simples banditismo comum”, o que permitia também uma boa argumentação para enfrentar as pressões políticas internacionais em prol da anistia e contra as denúncias de tortura. Nivelando o militante e o bandido, o sistema cometeu um grave erro. O encontro dos integrantes das organizações revolucionárias com o criminoso comum rendeu um fruto perigoso: o Comando Vermelho. (AMORIM, 2010, p. 58).

Assim, assevera Santos (2004) que, a partir desse momento, os atos criminosos passaram a ser planejados e desencadeados com mais eficiência, amparados em métodos avançados de organização e de atuação, atualmente, afirma o autor, que as organizações criminosas brasileiras operam, devido às facilidades de comunicação e a abertura da economia, em parceria com grupos criminosos de outros países.

Certifica esse autor que, dentre os defensores da teoria de que a origem do Crime Organizado no Brasil se deu no interior das penitenciárias, existe um ponto contraditório, que é a intencionalidade ou não dos presos políticos em contribuir com a formação de grupos criminosos com o atual formato.

Dialogando, pois, com o ensinamento de Amorim (2010), observa-se o posicionamento de que os ensinamentos repassados aos criminosos comuns pelos presos políticos ocorreram de forma involuntária, como resultado espontâneo do convívio eventual no interior das penitenciárias brasileiras.

O referido autor endossa seu pensamento, ao entender, nos dizeres do advogado José Carlos Tórtima, que não houve qualquer intencionalidade de se repassar táticas e estratégias de organização criminosa aos criminosos comuns por parte dos presos políticos. [...]: os presos políticos não ensinaram a criar uma organização criminosa, mas a convivência passou para os presos comuns um ‘novo significado de solidariedade’”. (AMORIM, 2010, p. 101)

Um dos argumentos daqueles afirma, tacitamente, não ter havido qualquer intenção de se formar uma criminalidade organizada, junto aos presos comuns, por parte dos presos políticos. Como assevera Amorim (2010), é o fato de que, primeiramente, devido ao individualismo reinante nas atuações dos criminosos comuns, dificultava que eles compreendessem a doutrina comunista com sua proposta, entendendo, portanto, que o crime organizado nada tem em comum com a ideologia de esquerda que se observava nas décadas de 70 e de 80.

Contrapondo-se ao entendimento de Amorim (2010), observa-se o posicionamento de Carvalho (1994), o qual afirma ter havido intenção dos presos políticos, à época, de ensinar ou mesmo capacitar os presos comuns nos ensinamentos próprios dos movimentos guerrilheiros e na organização criminosa de oposição ao regime vigente.

Desta feita, muitos revolucionários que agiam movidos por uma ideologia política e, se valiam da luta armada, foram encarcerados no presídio de Ilha Grande, juntamente com presos comuns, pelos militares que se encontravam no poder, à época, no intuito de descaracterizar a fundamentação política que guiava suas ações.

Corroborando, assim, os ensinamentos de Goffman (1999), quando esse autor afirma que as interações sociais entre indivíduos, mais especificamente a que denomina de “microinteração”, são marcadas em um determinado período e espaço, entre um pequeno grupo. Nessa linha de raciocínio, assevera o autor que a identidade social aparece como a atualização do processo de identificação e abrange a noção de grupo, particularmente a de grupo social. Entretanto, a identidade social não se descarta da identidade pessoal, pois ambas são reflexo uma da outra, posto que

supõe relações sociais, tanto quanto um código de castas destinado a orientar o desenvolvimento dessas relações.

Para ele, a informação sobre um indivíduo possibilita, previamente, o conhecimento do que se pode esperar dessa pessoa, e a expectativa que se tem dos demais indivíduos, quando se desconhece o ser humano. Tal informação será fundamentada na aparência e na conduta deste, baseando-se, para tal, em experiências precedentes que se aproximem ou se assemelhem com o mesmo estereótipo.

Já segundo Carvalho (1994), esses ensinamentos foram, inicialmente, repassados, principalmente, no Presídio da Ilha Grande, com a intenção de doutrinar os criminosos comuns nos embates políticos e da guerrilha armada, no entanto, observa-se um contrassenso nessa intenção, pois, parte dos presos políticos, além de intelectualizados, eram provenientes das classes mais abastadas da sociedade, enquanto que os criminosos comuns advinham, via de regra, da parcela excluída da sociedade.

Dialogando, pois, com os ensinamentos de Amorim (2010), vê-se que essa harmoniosa convivência entre os presos políticos e os presos comuns possibilitou um intercâmbio de conhecimentos de pessoas letradas com aqueles que possuíam o conhecimento prático do mundo do crime, momento em que esse autor entrevistou o ex-presos político Gregório Bezerra:

Ele me disse na ocasião que os presos comuns, quando reunidos aos presos políticos, “viviavam uma experiência educadora”. “Passavam a entender o mundo e a luta de classes”, explicou, “compreendendo as razões que produzem o crime e a violência”. O mais importante da conversa com o velho comunista se resume num comentário:

- A influência dos prisioneiros políticos se dava basicamente pela força do exemplo, pelo idealismo e altruísmo, pelo fato de que, mesmo encarcerados, continuávamos mantendo organização e a disciplina revolucionárias. (AMORIM, 2010, p. 64).

Assim, afirma Carvalho (1994) que os alunos superaram os mestres, pois se mostram mais eficientes, no tocante à infraestrutura, à hierarquia, à disciplina e à organização, pois tal intercâmbio cultural propiciou aos presos comuns uma nova visão, uma maior conscientização do mundo, aplicando as ideias, os ensinamentos e as técnicas de guerrilha dos presos políticos, em suas atividades criminosas, o que,

consequentemente, observou-se o surgimento de um tipo de crime mais elaborado, planejado estrategicamente.

Estima-se, por conseguinte, que o aparecimento do crime organizado, como se observa, atualmente, em parte, foi propiciada pelas ações ou pelas omissões do Estado na década de 70, período esse, onde foram cassados os direitos e as garantias fundamentais dos brasileiros.

Observa-se, portanto, a existência de duas argumentações para o surgimento do crime organizado no Brasil; ambas se posicionam em argumentos sólidos, da intencionalidade ou não dos ensinamentos dos presos políticos aos criminosos comuns, no interior das penitenciárias brasileiras, porém o que se observa hoje é que o *modus operandi* das facções criminosas assemelham-se e muito às doutrinas da esquerda do período ditatorial no Brasil.

Ressaltando-se, porém, que as organizações criminosas contemporâneas se apresentam mais rigorosas, eficientes e com maior amplitude de ações, conforme entendimento de Carvalho (1994), de Souza (2006) e de Amorim (2010), em comparação à forma como atuavam as organizações de esquerda, pois o que se vê, atualmente, é, por vezes, as organizações criminosas substituindo o Estado em determinadas situações, cooptando o apoio das comunidades para suas ações, o que, historicamente, observa-se que superou os anseios dos que se contrapunham ao Regime Militar do Pós-Golpe de 64, no que tange o apoio e a arregimentação popular.

Diante das controvérsias existentes entre os autores, compreende-se que, proposital ou não, o *modus operandi* dos criminosos comuns sofreu uma mutação e que essa mudança comportamental e nas suas ações coincidem com a reclusão dos presos políticos nas penitenciárias brasileiras durante o Regime Militar.

1.1 *MODUS OPERANDI* DAS FACÇÕES CRIMINOSAS: uma análise sobre as ações do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital

De acordo com Misse (1997, 2002, 2011), enquanto a facção criminosa denominada “Comando Vermelho (CV)” comandou a primeira fase do tráfico de drogas, observa-se uma descentralização de suas ações, dada a segmentação territorial. Este formato é como se apresenta, atualmente, a gestão do tráfico nas mais diversas metrópoles do Brasil, tornando-se mais violenta que a antiga fase. Como

observa o autor, as redes do mercado informal ilegal em comunidades carentes são estabelecidas por determinados limites de interação.

Quando explana sobre o mercado do tráfico de drogas, Misse (2002), no atacado e no varejo, analisa que uma das características principais do tráfico de drogas é ser varejista, tendo como sua melhor composição custo/benefício desde 1980. Nas diferentes áreas, a sazonalidade pode ser explicada pelo preço, a qualidade do produto, a repressão policial e o custo das “mercadorias políticas” de repressão. O que também possui característica sazonal é a distribuição, que é descentralizada e mantém, de forma mais ou menos organizada, os contatos e intermediário dos quais dependem. Afirmando, ainda, que policiais e ex-policiais, grandes traficantes de outras áreas e de outros Estados, como também, tipos desconhecidos que procuram o movimento local com sua mercadoria que fornecem a droga para os atacadistas que vendem para os traficantes.

Entende-se, portanto, que, embora tal situação possa se constituir em uma tendência que vem se enfraquecendo, o narcotráfico internacional não é tão vinculado aos gerentes ou donos de boca quanto se imagina. Da mesma forma, o contrabando de armas, embora tenha o movimento como seu principal consumidor, desenvolve-se inteiramente desvinculado dele. Mediante esse contexto, o que se pode dizer do tráfico da maconha é que, de forma descentralizada e medíocre, ele organiza seu comércio que, atualmente, com toda certeza, apresenta bem menos lucratividade que o da cocaína.

Quando Misse (2002) trata sobre “a organização local do tráfico”, ele nos apresenta o fato de que a classe média só teve acesso ao mercado de drogas e à maconha depois de que eles deixaram de ser limitados a comunidades locais. A transição da boca de fumo tradicional para o movimento deveu-se à acumulação proporcionada pelo aumento da venda da maconha, o início da onda de assaltos a bancos e à residências, a oferta de cocaína a partir de meados de 1970 e a organização dos presídios.

Conforme o autor, vários moradores de favelas e de conjuntos residenciais da periferia, caracterizam a primeira fase do tráfico em franca dissonância com a segunda, por esta última ter sido marcada pelo enfraquecimento do “comando” e pela “segmentação do movimento”. O domínio das lideranças maduras experientes que tinham respeito às famílias teve lugar na primeira fase, vindo a ser substituído por

comando jovem extremamente violento, sem respeito às famílias, formados por garotos empolgados. A transação de mercadorias criminalizadas com recurso à violência sempre torna problemática a organização social que se baseia em confiança.

No tocante à forma violenta adotada pela liderança jovem das organizações criminosas, Souza (2006) relata uma cena de uma festa, onde o anfitrião revelaria uma macabra surpresa aos seus convidados, momento em que um traidor da facção criminosa seria estripado sem piedade diante de todos os convidados.

Abaliza o autor que o traficante Fernandinho Beira Mar, conhecido nacional e internacionalmente por sua crueldade ao mandar matar e torturar seus desafetos, relatos apontam para um momento em que o citado traficante ordenou, por telefone, o assassinato de um jovem que teria saído com sua namorada. Mandou que lhe arrancassem os dedos das mãos, dos pés e as orelhas. Em outra ocasião, quando já se encontrava preso, comandou o assassinato do também traficante Mê, amarrado nas grades de uma cela e apunhalado violentamente.

Outro relato mostra que o traficante Elias Maluco comandou o assassinato do jornalista Tim Lopes, que teve seu corpo picotado e colocado para queimar envolto em pneus, ação essa denominada pelos traficantes como “micro-ondas”.

Descreve, ainda, Souza (2006) que os traficantes da fronteira Brasil-Paraguai mostraram várias vezes sua força, quando assassinaram o juiz federal de Cuiabá, Leopoldino Marque do Amaral, por denunciar a corrupção dentro do Poder Judiciário e quando pistoleiros também mandaram matar a prefeita Dorcelina Folador, considerada uma pedra política no caminho do narcotráfico.

Por fim, refere-se o autor ao homem que, durante mais de três décadas, foi considerado o rei da fronteira, Fahd Jamil Georges, o turco. Durante anos a fio, ditou ordens na região com mãos de ferro, mandando matar os indesejáveis perante sua corte. Sua influência não se restringia ao narcotráfico, chegava às esferas políticas e empresariais. Para citar alguns exemplos, abasteceu de bebidas importadas a posse de um Presidente da República; um delegado paulista recorreu a Fahd para obter informações na fronteira para definir os rumos de uma investigação de assassinato de um filho de um senador. Uma vez, foi preso por sonegação de impostos e o delegado que ousou prender Fahd foi transferido.

Assim, no tocante ao Primeiro Comando da Capital (PCC), Souza (2006) mostra que essa organização criminosa contribui e muito para a crescente onda de

violência que assola o Brasil, não muito diferente do cenário mundial; os hábitos dos criminosos que integram as diversas facções criminosas brasileiras em muito se assemelham, devido à tamanha barbárie que é promovida.

Para esse autor, a doutrina aplicada sempre segue um padrão claro de muito sofrimento, intimidando, coagindo e matando aqueles que se opõem; assim, a conquista de adepto funda-se por meio da força e, em alguns casos, mostra-se como forma de sobrevivência: ou se faz parte do movimento, ou morre.

Diante desse cenário, entende-se, portanto, que o Estado contempla o caos formado, contemplando-se, diariamente, pela morte de policiais e pelo enclausuramento e amedrontamento da população. A diversidade de entendimento, no tocante ao enfrentamento efetivo dessas organizações, por parte dos gestores da segurança pública brasileira, observa-se, pouco ou quase nenhum método eficaz de debelar as práticas das organizações criminosas e o contínuo avanço da violência, dado o grande poderio bélico e a falta de políticas públicas eficientes para tal.

Souza (2006) compartilha uma reflexão sobre o crime organizado no Brasil, descrevendo como se formaram grupos criminosos, como o PCC e relatando a inércia dos poderes públicos diante dessa situação; observa-se, em sua narrativa, que a formação do PCC, além de possuir requisitos de graduação hierárquica, conta, também, com requisitos subjetivos ligados à moral de cada integrante. O preparo da organização mostra alta complexidade, desde a utilização de descentralização de comando, de investimentos, dentre outros.

Corroborando Goffman (1999), observa-se que Souza (2006) afirma que o indivíduo influencia a impressão de que os demais integrantes do movimento terão dele, onde, por vezes, intencional ou inconscientemente, suas ações incidirão em respostas positivas ao seu interesse. No entanto, esse indivíduo nem sempre molda seu próprio comportamento, mas sim o grupo no qual esteja tentando ingressar. Os integrantes desses grupos criminosos são politizados, além de ousados, pois se utilizam até de equipamentos públicos, caso que merece destaque pelo autor; foi o envio de fuzis para um presídio, certamente com a conivência de agentes públicos.

Aponta Goffman (1999) que a inércia do Estado, quando em situações onde sua subordinação ao crime organizado garante espaço, enfraquece a segurança e a corrompe, tornando o próprio sistema refém dos criminosos, chegando-se ao ponto de se negociar a manutenção da ordem interna dos presídios, tendo como

contrapartida a moeda de troca, o aumento no número de visitantes, como também o aumento no horário dessas visitas; esta seria a busca que formou, inicialmente, a bandeira do PCC.

No comando da população carcerária que, no Brasil, conforme Brasil (2013), através dos dados disponibilizados pelo Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN), onde demonstra-se um crescimento dessa população na ordem de 507%, nos últimos 20 anos, levando-se em consideração o período compreendido entre os anos de 1990 a 2013, saindo de um quantitativo de 90 mil presos para 574.027. Já no período compreendido entre 2003 a 2013, observa-se um aumento da população carcerária em 86%, onde, em junho de 2013, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a taxa de presos era de 300,96 por 100 mil habitantes.

Segundo também os dados do INFOPEN, houve um aumento no número de presos condenados na ordem de 336%, enquanto que o quantitativo de presos provisórios, no mesmo período, observou-se um aumento de 1.231%, demonstrando-se, com isso, de acordo com o que preceitua Bauman (1998), uma forma de controle social de determinado segmento da sociedade socialmente excluído, por não possuírem recursos financeiros que os façam acessar o mercado de consumo, segregando-os. Para tanto, o Estado reprime belicamente o tráfico de drogas ilícitas e emprega a prisão cautelar como forma de pena antecipada.

Já no Estado de São Paulo, observa-se, segundo Brasil (2013), ainda analisando-se os dados do INFOPEN, uma população carcerária de 190.828, em sua maioria, seguidores da doutrina estabelecida pelo PCC, sem contabilizar-se os simpatizantes, que possui ligação fora do presídio, número que cresce em larga escala pela participação dos criminosos, como também de seus familiares.

Conforme Souza (2006), tamanha é a ramificação do PCC, que observa-se a coação de agentes públicos, como magistrados, promotores de justiça, advogados, policiais, diretores de presídios e agentes penitenciários, citando o autor a corrupção em todos os níveis da área da justiça criminal brasileira, onde esses agentes barganham prestígios e benesses dos criminosos, ou, no mínimo, omitem-se diante desse descaso que penetra até mesmo na esfera do Poder Judiciário do país, onde alguns posicionamentos dos magistrados, influenciados, talvez na fundada descrença nas autoridades fiscalizadoras e promotoras da lei, ou, até mesmo, no envolvimento

desses com o crime organizado, aproveita-se de algumas brechas da legislação penal em vigor no Brasil e minimiza o grau de envolvimento dos criminosos.

Compreende-se, então, que o controle das organizações criminosas por parte de presidiários vem se mostrando ainda forte, estendendo-se para as atividades criminosas externas aos muros das penitenciárias brasileiras. Para tanto, assevera Misse (1997, 2002) que a estrutura funcional do CV se apresenta com uma estrutura hierarquizada, onde os “donos e gerentes”, de origem familiar pobre ou de baixa renda, têm no mercado ilegal ou criminal uma forma de acumulação primitiva, caracterizada por ser uma estratégia aquisitiva de curto prazo. Diferencia-se totalmente das estratégias de consumo ou mesmo de mais-sobrevivência, as quais a maioria dos trabalhadores pode incorporar.

A estrutura hierarquizada do movimento possui divisões de atribuições dispostas em três níveis, conforme ensina Misse (2002); o primeiro escalão, que são os donos e seus gerentes; o segundo nível, formado por vendedores diretos, conhecidos como vapores e aviões e os soldados. E, o último nível, formado por endoladores, uma parte dos aviões e os fogueteiros responsáveis por avisar, através de fogos de artifício, a chegada de invasores de outras áreas concorrentes, como também da repressão policial.

Para o autor, uma dupla hierarquia sobreposta, a econômica e de distribuição de poder, se apresenta, mantendo, no topo, o controlador da área, que é o dono ou o General, que tem o braço com sua principal relação.

Os pagamentos, a arrecadação geral, a contabilidade e a distribuição de drogas aos demais gerentes é responsabilidade do gerente geral. É verticalmente, de cima para baixo, que acontece a comercialização. O dono passa a droga comprada para o gerente geral, que, por sua vez, repassa ao gerente da cocaína (gerente do pó ou gerente do branco) e ao gerente do preto, quando se tratar de maconha. Esses gerentes distribuem aos subgerentes, que repassam para os vapores, tendo como contrapartida a consignação ou o pagamento à vista, para todos os níveis, a exceção dos vapores que são recrutados pelo gerente do branco ou do preto, na maioria das vezes, de pessoas pobres que não possuem nenhum envolvimento com o tráfico.

De acordo com Misse (2002), as cargas endoladas – separadas em uma quantia denominada dólar – são entregues aos fregueses habituais pelos vapores; na

maioria, são repassadas à vista para os aviões de fora e em consignação para os aviões locais.

Os soldados, como afirma o autor, na maioria das vezes, são adolescentes, contratados para manterem a ordem interna, proteger o serviço do gerente e defender a área ou invadir outra área, quando necessário. São contratados por um responsável, que também é encarregado de guardar e de distribuir o armamento segundo o calibre, definindo e determinando a responsabilidade para cada soldado.

Caso alguém queira sair do movimento, não se criará objeção, ao menos em caso de dívida. Porém, para se ingressar nele, passa-se por uma série de exigências e regras de segurança. São respeitadas conversões religiosas que afastam alguns membros.

Assevera Misse (1997, 2002) que o comércio da cocaína tem como característica geral a rotatividade dos donos e sua provisoriedade de inserção. Contudo, o mesmo não acontece com os endoladores, os fogueteiros, parte dos aviões, dos vapores e dos soldados, que são mais vulneráveis à ação policial, mais subalternos e economicamente incapazes de produzir saída. São reproduzidas, nesse microcosmo ilegal e criminal, algumas formas de ação estratégica, essencialmente políticas e militares e comuns às esferas globais, contudo elas se apresentam desprovidas de ideologia ou de símbolos que não seja da lógica do movimento, assim como de qualquer apoio em identidades coletivas.

Entende-se, contudo, que o fato do mercado de “mercadorias políticas” sobrepor o mercado ilegal de drogas, propicia novas formas de desconfiança, que reproduzem a raiva contra a polícia, favorecendo a abertura de novas frentes criminais, o aumento de uma agência de proteção criminal eficiente e da dependência dos traficantes libertos em relação ao movimento.

Na abordagem sobre o mercado informal ilegal, narcotráfico e “mercadorias políticas”, o autor nos mostra que, quando o núcleo informal de um mercado criminalizado de maior significância se expande, ele dá origem ao que se intitula mercado informal.

A política de criminalização, em contradição com percepção social da atividade criminalizada, propiciou o desenvolvimento da oferta de “mercadorias políticas”, desde clientelismos políticos, até a corrupção mais desmedida, com a subsequente banalização, seja do poder dos bicheiros, seja do jogo do bicho, jogo

este que foi responsável pelo estabelecimento do padrão histórico de mercadoria ilegal no Rio de Janeiro. Essa banalização, conforme Misse (1997, 2002), a qual parece ter-se transferido, primeiramente, para a mercadoria maconha e, depois, na primeira fase do tráfico para a mercadoria cocaína, foi de fato, e não de direito.

Mesmo sendo comum muitos policiais justificarem a baixa eficácia da polícia, assim como seu envolvimento com a criminalidade, nenhum bandido importante justifica sua opção criminal pela sua pobreza familiar ou pessoal. O fato do acesso a meios públicos de combate à violência permitir construir mercado informal de “mercadorias políticas”, como um sistema compreensivo de complementação de salários, serve de base para a lógica moral desta afirmativa.

Assegura Misse (2002) que a criminalização do jogo e da prostituição pode ter sido o ponto de partida da corrupção policial. Alimentadas pela banalização, novas redes de troca favorecem a instalação do tráfico nas áreas de pobreza urbana. Contribuindo, para isso, temos, também, o extraordinário aumento da violência criminal e, principalmente, o acréscimo da criminalidade convencional. Todas as impunidades são evidenciadas, atualmente, pela ruptura com a banalização.

No ponto que apresenta a discussão sobre as políticas criminais e demanda de “mercadorias políticas”, o autor mostra que várias empresas legais de proteção e de segurança surgiram com o aumento do medo e da insegurança, pois aumentou, assim, a procura por mercadoria de proteção. Foi, então, que a mercadoria política apareceu como produto da privatização do uso dessa proteção, por intermédio dos agentes do Estado.

Percebe-se, então, o aparecimento do que, segundo Misse (1997, 2002), denominam-se ligações perigosas, ou seja, dos grupos de extermínios formados, em sua maioria, por policiais e por ex-policiais, surgindo daí uma rede de confiança nascida entre os negociantes que possuem em comum a legalidade. Tal rede propicia as extorsões e as transações de proteção que também incluem as propinas policiais. Porém, a grande maioria dos cidadãos prefere não notar a incoerência de seus próprios atos, quando, de certa forma, coloca-se, por diversas vezes, como peça integrante no quebra-cabeça da corrupção, já que, para haver o recebimento de propina pelo policial corrupto, muitas vezes, do outro lado, encontra-se o cidadão dito honesto, que, ao pagar o combinado, não aceita sua parcela de culpa nesse emaranhado mundo ilegal.

Entende-se, assim que ainda é gerada uma estapafúrdia raiva contra o policial que, pelo fato de ser corrupto, não deveria, na visão do cidadão, estar punindo ninguém. O Estado, nesse caso, é representado e percebido como forte e os indivíduos como órfãos.

A economia das ligações perigosas, de acordo com Misse (1997, 2002), é alimentada pelos mercados ilícitos e pelas “mercadorias políticas” demandadas das políticas de criminalização. O excesso de poder das bases sociais de implementação, e não a lógica da violência legítima e legal, permanecem presos a essas políticas.

As redes do tráfico sentem-se mais à vontade para aumentar os próprios acertos de contas e conflitos, assim como também sofre um acréscimo à demanda da violência ilegal, quando crescem a perda da confiança nos organismos policiais, a perda de confiança no Estado e a sensação de insegurança.

O crime organizado e a política se cruzam em muitos pontos do caminho. Quando o Comando Vermelho assumiu o controle de quase 70% dos pontos-de-venda de drogas, se constituiu numa espécie de governo paralelo das comunidades pobres. O “dono do morro” é também o juiz e o prefeito da área controlada. Até mesmo o sobe-e-desce das pessoas é feito sob vigilância armada. O chefe do tráfico tem poderes quase absolutos, incontestáveis. Como já vimos, o bandido investe no samba e na educação, no saneamento e na moradia. Com o passar do tempo, essa administração de fato se torna também uma administração de direito. Com respaldo – ou com a complacência – dos próprios favelados, a organização disputa e vence inúmeras eleições para a diretoria de associações de moradores. (AMORIM, 2010, p. 280).

Conseqüentemente, indo de encontro à ética e à regulamentação estatal ou pública, observa-se a “mercadoria política”; os mercados informais de mercadorias ilegais atenuam a dimensão política competitiva com o poder estatal sob várias legitimações sociais, afastando-se, assim, concretamente desse tipo ideal. Quando as “mercadorias políticas” têm objetivos econômicos e privados, elas adquirem valores específicos e se sujeitam, também, às leis e à concorrência do mercado. Porém, quando elas possuem objetivos políticos e não privados, geralmente a troca é por bens políticos.

Entretanto, existe um outro mercado informal cujas trocas combinam especificamente dimensões políticas e dimensões econômicas, de tal modo que um recurso (ou um custo) político seja metamorfoseado em valor econômico e cálculo monetário. O preço das mercadorias (bens ou serviços) desse mercado, ganha a autonomia de uma negociação política, algo como um mercado de regateio que passa a depender não apenas das leis de todo

mercado, mas de avaliações estratégicas de poder, de recurso potencial à violência e de equilíbrio de forças, isto é, de avaliações estritamente políticas. Para distinguir a oferta e demanda desses bens e serviços daqueles cujo preço depende fundamentalmente do princípio de mercado [...]. (MISSE, 2002, p. 14).

Assim como no sequestro e na chantagem, a extorsão, explica Misse (2002), é um caso limite de “mercadoria política”. Na medida em que a troca se realiza, seja porque uma parte a ache vantajosa, seja por qualquer outro motivo, há “mercadoria política”. Um caso limite raramente criminalizado é o do clientelismo, em que a troca é assimétrica e não resulta da subordinação de uma das partes, mas, ao contrário, é o que a produz.

1.2 O CRIME ORGANIZADO E A REALIDADE PENAL BRASILEIRA

Observa-se que, atualmente, o Brasil enfrenta um aumento quantitativo considerável nos índices de violência urbana; políticas e projetos são desenvolvidos cotidianamente, com o propósito de minimizar a escalada da violência, violência essa que coloca João Pessoa entre as dez localidades mais violentas do mundo e o 2º lugar no cenário nacional.

Ressaltam Gomes e Cervini (1995) se constitui, atualmente, em uma preocupante realidade, merecendo, pois, uma atenção especial, percebe-se, portanto, que alguns esforços são despendidos na tentativa de se debelar o aumento da criminalidade, no entanto, em sua maioria, são fórmulas prontas, adaptadas de outros países, visando o enfrentamento ao crime organizado.

Todo diagnóstico social é muito problemático e discutível no Brasil, como sabemos, porque temos uma carência quase absoluta de investigações e dados empíricos. Apesar disso, talvez possamos arriscar que o crime organizado no nosso território ou seu lado mais saliente esteja ligado ao tráfico de drogas e de armas, corrupção (fraude contra o erário público ou contra a coletividade), furto e roubo de automóveis e roubo de cargas. O controvertido “jogo do bicho”, enquanto tal, considerado isoladamente, não pode ser concebido como “crime organizado” (tecnicamente), porque é, na verdade, uma contravenção. (GOMES; CERVINI, 1995, p. 63).

Técnicas e tecnologias são testadas e implementadas, com o intuito de combater, de controlar e, até mesmo, de extinguir o crime organizado e a violência, mas, para que isso ocorra, necessária se faz uma maior capacitação e valorização

profissional dos operadores da segurança pública, bem como uma maior participação e contribuição da sociedade, enquanto ator responsável e participe das políticas públicas e gestão da segurança pública.

Analisando-se as políticas públicas de combate à violência e ao crime organizado, verificamos o empenho dos órgãos e das entidades para, em conjunto, solucionar tal problema. Há especulações acerca da implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que contribuiria significativamente para a diminuição da violência e do crime organizado. Contudo, parece-nos que os órgãos de segurança, as polícias propriamente ditas, ainda tenham certa resistência a este novo modelo, pelo fato de acharem que cada **comando ou unidade** (Polícia Civil, Militar, Federal, Rodoviária Federal, Guarda Municipal etc.) se submeteria ao comando de quem? Quem seria o órgão responsável pelo comando de todas as polícias? Os agentes estariam preparados, até mesmo psicologicamente, para enfrentar esta mudança? Eis o grande desafio da implementação deste programa.

Em Gomes e Cervini (1995), vê-se que o crime organizado encontra-se cada vez mais articulado, fortalecendo-se, para que essas políticas públicas sejam ineficazes e insuficientes a este combate. Infelizmente, a corrupção é um indicador forte do aumento e da modernidade do crime organizado. Tem-se investido cada vez mais, por parte do crime organizado, em políticos corruptos para tornarem fracas as investigações, fazendo com que muitos deles sejam aliados a estas organizações criminosas, recrutando-se, também, muitas vezes, agentes públicos para trabalharem em conjunto com o crime, deixando, desta forma, a sociedade cada vez mais desprotegida e *a mercê* da violência.

De tal modo, ao se relacionar e ao analisar, às vistas da Legislação Brasileira, a conduta criminosa, separando-se os conceitos entre Associação e Organização Criminosa, observa-se que a ausência de definição e de conceituação de fatos criminosos e as suas disparidades relacionadas com as normas constitucionais, no que diz respeito a crimes cometidos pelas organizações criminosas, é um ponto crucial para que vários criminosos fiquem impunes, corroborando o entendimento de Michaud (1989), ao afirmar que a violência passa, por vezes, despercebida, tornando-se, em alguns casos, tolerada e encorajada.

Pode-se dizer que o crime organizado, ao menos dentro da realidade brasileira e, talvez, latino-americana, faz parte da criminalidade que está fora do controle penal [...]. Isso se deve, em primeiro lugar, à inexistência de lei bem elaborada que defina com precisão o que devemos entender por “organização criminosa”. A impunidade do crime organizado só será abrandada no dia em que “profissionalmente” forem estabelecidos com exatidão as metas e os meios investigativos e o objeto dessa investigação. E desde logo convém recordar que a Lei brasileira 9.034/95, [...], ficou muito distante desse ideal. Por natureza já é grande a distância entre toda estrutura normativa (campo do “dever ser”) e a realidade (campo do “ser”). E quando a lei é lacunosa e aporética, às vezes até inconstitucional, é evidente que muito pouco ou nada podemos esperar. (GOMES; CERVINI, 1995, p. 65).

Para os autores, a Legislação Brasileira preocupa-se apenas com **associações criminosas**. Encontramos no Art. 62, inciso I do Código Penal, uma pena para quem “Promove ou Organiza a Cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes”, (GRECO, 2014, p. 188) e, também, no Código Penal, em seu Art. 288, define o crime de quadrilha ou bando como sendo o ato de “associarem-se três ou mais pessoas para o fim específico de cometer crimes”. (GRECO, 2014, p. 910). Outras leis especiais, como a nº 6.368/76 e a nº 8.072/90, tendem a aumentar a pena para a associação de duas ou mais pessoas com o fim de praticar crimes. Em contrapartida, o Código Penal e a Legislação Especial não possuem a mesma rigidez punitiva para a organização criminosa, pois, quando se fogem as características da quadrilha ou bando, não há como tipificar a conduta criminosa e, logo, não há crime cometido.

Muitas contradições são encontradas na Lei do Crime Organizado de nº 9.034/95. A falta de especificidades faz com que a legislação trate da mesma forma um furto de galinha praticado por quatro ou mais pessoas e uma organização criminosa transnacional; o réu não poderá responder em liberdade.

Os crimes hediondos provenientes de organizações criminosas são favorecidos em alguns casos, pois se permite a liberdade provisória. Além disso, até mesmo para arrolar dados, documentos e informações sobre atuação das organizações criminosas na lei nº 9.034/95, é necessário que um juiz dê a autorização, e todos os julgamentos podem ser interrompidos, pois, do contrário, provas obtidas podem ser classificadas como ilícitas e são retiradas dos autos do processo.

Em outros casos, os crimes praticados por organização criminosa dão a possibilidade do réu recorrer em liberdade, após a pronúncia da sentença pelo Tribunal do Júri. Amarrados aos princípios constitucionais, como o Princípio da Ampla

Defesa, o Princípio do Devido Processo Legal e o Princípio da Liberdade, ainda dão subsídio para aliviar o tratamento e a penalidade aos que compõem a organização criminosa.

Outra relevante informação prestada por Gomes e Cervini (1995) é a de que as próprias expressões e vocábulos contidos na lei, como “supõe”, “pessoas envolvidas”, “intensa e efetiva participação” se desdobram e dão margem a diversas interpretações, não facilitando a atuação policial e, muito menos, a formação de provas dos crimes.

Ressalta-se, ainda, que os benefícios utilizados pelas organizações criminosas, em decorrência das múltiplas tecnologias, impunidade e crescentes atos de ilegalidade, permeiam o ambiente eletrônico. Tal cenário exige, pois, a especialização de conhecimentos técnicos por parte dos agentes de segurança, para que se possa intervir de forma efetiva na prevenção e na repressão dessa nova modalidade criminosa. Tal especialização perpassa a mera modificação de órgãos e de instituições, exigindo, sobretudo, o aperfeiçoamento do conhecimento dos agentes, com o fato de prepará-los para as novas adversidades profissionais.

A atividade criminosa sofisticada atua no Brasil, principalmente, em quatro áreas: roubo de cargas, roubo e furto de veículos, tráfico de drogas e jogo do bicho, utilizando-se dos múltiplos instrumentos tecnológicos, onde a amplitude da atividade criminosa, aliada à sua descentralização administrativa, põe em risco a população brasileira, favorecendo, com isso, a atuação do narcotráfico, bem como a instalação de cartéis.

Entende-se, pois, que o crime organizado coordena e manipula a criminalidade de massa, valendo-se dos benefícios tecnológicos decorrentes do processo de modernização, evidenciando-se, assim, a crescente violência e o aumento de atividades ilícitas, decorrentes, não apenas das tecnologias, como também do despreparo dos agentes públicos operadores do sistema de justiça criminal brasileiro, para lidar com esse novo cenário e, especialmente, criando-se medidas legais de fortalecimento das atividades policiais de repressão ao crime organizado, estabelecendo-se regras mais duras para punir criminosos, assassinos e traficantes de drogas e de armas.

Em suma, a legislação não específica e é mal elaborada, no que diz respeito a tipificar, a conceituar e a definir crimes de organizações criminosas, por vezes

favorecendo o grupo no cumprimento de penas e, até mesmo, na incapacidade de aquisição de provas que os incriminem.

Visando suprir tal deficiência, foi promulgada a Lei Nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, que alterou o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), bem como revogou a legislação que tratava sobre a matéria, a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, onde observa-se a preocupação do legislador com a definição do que vem a ser uma organização criminosa.

Art. 1º Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.

§ 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional. (BRASIL, 2013, p. 01).

Contudo, observa-se que a violência e a criminalidade, atualmente, são percebidas de acordo com o contexto social, relacionada à normas e à regras estabelecidas e decretadas socialmente. Assim, a criminalidade só terá seus índices reduzidos com a participação social na gestão da segurança pública, para se buscar a justiça social, dignificando as famílias com emprego, distribuição de renda e alimentação, para que não sejam alvos fáceis das quadrilhas e do crime organizado, incentivando a cultura, o esporte e o lazer, investindo na educação e inserindo deste a mais tenra idade, a socialização, a integralização e o respeito às diferenças. Não é apenas a letra fria da lei que resolverá os problemas relativos à violência e à criminalidade que, hoje, assolam o Brasil. Para tanto, visando consolidar tal percepção, adiante, buscou-se entender, conceitualmente, o que vem a ser o conflito e a violência.

2 ANÁLISE CONCEITUAL SOBRE CONFLITO E VIOLÊNCIA

Inicialmente, busca-se a compreensão de uma perspectiva, atualmente impregnada no senso comum, quanto à compreensão conceitual do que vem a ser conflito social no cotidiano das sociedades, pois, ordinariamente, constata-se que tal conceito encontra-se, tão somente, coligado e correlacionado, aos aspectos negativos da vida social. Mas, também, em outro ponto de vista, verifica-se a sua regularidade na diversidade de interações e relações reproduzidas na sociedade.

Observa-se que, enquanto Marx e Engels (1980) afirmam que o conflito origina-se na dialética do materialismo e na luta de classes, Max Weber aborda um modelo implícito de reprodução no campo e no domínio da teoria burocrática, conferindo e impondo ao Estado as atribuições de agente de mediação de conflitos e de uma racionalização entre grupos sociais. Já na sociologia durkheimiana, inexistente o conflito propriamente dito, pois, em sua teoria, observa-se a interdependência de ideias do que vem a ser sociedade e indivíduo.

Em conformidade com os ensinamentos de Dahrendorf (1982), o conflito é entendido como sendo um fato social universal e necessário, que pode ser resolvido com a mudança social, explicitando esse autor a formação de grupos de conflitos e identificando suas ações, por meio das quais esses grupos geram transformações na estrutura do sistema social, fundamentando o eixo dos conflitos no seu controle e na repartição da autoridade, jamais na propriedade dos meios de produção.

Considera-se, portanto, que o conflito social, enquanto uma forma social, por vezes, possibilita momentos de construções e de desconstruções, seja nas instituições, nas estruturas, nos arranjos, nos processos, quanto às relações e às interações sociais.

Sendo assim, neste tópico, realizou-se uma interpretação reflexiva sobre o conceito de conflito social formulado por Simmel (1998), devido a relevância de entendimento pertinentes e derivadas desta dimensão na vida social ordinária, buscando-se, assim, identificar traços concernentes ao mesmo. Esse autor parte da premissa de que o conflito reproduz-se em todas as ações produzidas no seio de uma sociedade, implementando-se, conjuntamente, às ações interativas e relacionais sociais, defendendo, pois, que o conflito pode cooperar para preservar a ordem social,

atuando como fio condutor para o escape, fortalecendo, com isso, a organização social.

Nesta perspectiva, entende-se que os conflitos sociais se mostram socialmente ressaltantes, enquanto forma prevalente nas interações de convivência social, e uma expressão das relações existente entre formas e conteúdo, como também situa-se, espacialmente, em um tempo de promoção de formas sociais indeterminadas. Simmel (1998) aponta o nivelamento do ambiente social, que propicia aos atores um mesmo plano situacional, como sendo uma das virtudes do conflito; substancialmente, observa-se, na visão desse autor, que o conflito existe nas mais diversas relações entre os indivíduos em uma determinada sociedade.

Portanto, entende-se que o conflito tem a capacidade de estabelecer-se no espaço social, onde reconhece-se o próprio confronto como produtor de transformações entre as interações e as relações sociais que delas resultam, bem como na tentativa de superação das lacunas e dos limites fundados pelas desigualdades sociais resultantes nos espaços sociais, pois esse se mostra como um componente rotineiro das relações sociais, que, por vezes, apresentam-se de forma áspera, chegando, também, ao confronto físico, e, assim, produzindo uma substancial multiplicidade que derivam de disposições coletivas e sociais.

Percebe-se, ainda, que o conflito pode ser entendido como um encontro social, produtor de resultados consideravelmente construtivos, onde ele próprio resolve a tensão existente entre os contrastes sociais.

Nesta ótica, observa-se que a disseminação da violência na sociedade está diretamente relacionada a uma cultura própria, que instiga e ratifica atos violentos como algo natural. Conceitos políticos, morais e sociais, como o individualismo, o consumismo e a competição exacerbada, entre os indivíduos, cunharam um padrão e um modelo de relacionamento interpessoal, ameaçando, com isso, características, como a cordialidade e a solidariedade.

A agressividade, portanto, passou a ser aceita como uma manifestação normal que caracteriza uma instabilidade afetiva, e que suscita comportamentos de riscos, comumente observados entre os habitantes das grandes cidades, que culminam em reações e em comportamentos de defesa e de autoproteção, colaborando, assim, para a sobrevivência, principalmente, enquanto manifestação da violência.

Manifestações mais sutis da cultura da violência aparecem em todas as classes sociais. Tráfico, homicídios, assaltos, extermínios são, notadamente, os efeitos mais percebidos do quadro de disseminação e de banalização de atos violentos. Tais episódios ocorrem, pois, quando a raiva e a agressividade se tornam excessivas, produzem graves consequências para a sociedade como um todo.

O recurso à violência é, então, inevitável. Como os conflitos terminam em morte e o aparelho estatal somente entra em cena quando estas ocorrem, as pessoas envolvidas com as vinganças, por exemplo, “caem na clandestinidade”. (LOPES JUNIOR, 2006, p. 362).

Ressalta-se que os jovens, residentes em áreas de risco, em comunidades carentes das ações do Estado, atualmente, já não se assustam com as brigas nos bailes; já os de classe média, utilizam-se de artes marciais para agredir rivais em bares e em boates. Observa-se, portanto, que os contextos e os contornos dos atos violentos disseminados pela juventude, não importando a classe social a que pertençam, sejam eles pobres e ricos, atualmente se assemelham, pelo simples prazer de demonstrar força e poder, seja na disputa pelo controle de territórios ou pelo acirramento de rivalidades entre colégios, academias e agremiações esportivas ou recreativas.

Assim, compreende-se que, em uma sociedade onde se perpetua a valorização do forte, do vitorioso e do competitivo, cunha-se uma lógica onde conceitos como solidariedade, utopia e participação coletiva têm sua importância diminuída, onde o vencer passou a ser o ideal de vida dos jovens contemporâneos.

Neste contexto, a publicidade se apresenta com um relevante papel, destacando a ideia consumista de que, para uma pessoa ser notada na sociedade, é necessário que ela tenha posses. Assim, reforça-se o estímulo ao consumismo e ao individualismo, enaltecendo-se a rivalidade em detrimento da amizade e do companheirismo, momento em que essas ações afastam-se dos referenciais éticos-sociais.

Historicamente, a sociedade convive com a violência. Crimes hediondos advieram das sociedades ao longo dos séculos, reproduzindo-se por toda contemporaneidade. Porém, hoje, assusta a tolerância da sociedade em relação a determinados atos violentos, onde preconceitos, social, de gênero ou de raça, por exemplo, ainda são tolerados por muitos.

O discurso violento sobre a violência convoca a paranoia, quando não a intolerância, e embaça a visão serena na busca de alternativas de pacificação dos ânimos. Esse caráter de contágio é provavelmente é provavelmente um dos efeitos mais negativos dos discursos sedutores sobre a violência quando se intensificam e se expandem pelo corpo social, como é o caso da sociedade brasileira hoje: [...]. (CARVALHO, 2001, p. 91).

Portanto, para parte da sociedade, a violência se apregoa apenas com o desencadeamento de situações graves, tais como: assassinatos, roubos, sequestros e embates armados entre facções criminosas pelo controle territorial do tráfico de drogas. Deste modo, os pequenos atos violentos do cotidiano, por vezes praticados de forma involuntária, passam despercebidos, devido à banalização da cultura da violência.

Segundo Hespanha e Santos (2000), a violência é, portanto, a destruição física, moral e psicológica do outro, a expressão encurralada através da imposição do silêncio, na perda do acesso à linguagem, impedindo o desenvolvimento do conflito e, por conseguinte, a solução da crise já estabelecida. Essa argumentação é intimidada pelo uso da força física e da arbitrariedade.

Já o conflito, afirmam os autores que consiste numa forma de sociabilidade que cria uma unidade através da interação entre os oponentes, isto é, um ponto comum atingido por meio do debate entre os lados opostos. No desenrolar do conflito, estes desenvolveram regras de conduta e meios de expressão de suas divergências e de seus interesses opostos, instituindo a socialização para o conflito e a medida ou limite para a violência. Dessa forma, o conflito contribui para a regulação social, invenção de normas e de regras, respeito mútuo e espírito esportivo.

Apesar de o conflito tornar o consenso incompleto e precário, faz dele algo muito mais dinâmico. Dessa forma, a questão parece estar, não na sua existência, mas na forma de sua manifestação, possibilitando ou não o estabelecimento da negociação (diálogo), na qual se exerce a autonomia do sujeito e se criam novas ideias através da palavra.

Para os autores, a conflitualidade contribui para a socialização, mas, nem sempre, ela ocorre dessa forma. A exclusão de certos grupos da sociedade, muitas vezes, acaba por destinar seus integrantes a ocupar posições subalternas em suas atividades, o que favorece a sua entrada para grupos em que poderão mudar essa forma de viver, exercendo funções de maior destaque e representatividade. São acolhidos por grupos, como quadrilhas, galeras e até torcidas organizadas, os quais

praticam uma socialização concorrente, disseminando medo e insegurança na vizinhança e na cidade. Esses grupos têm comportamentos que estimulam a alegria e a liberdade de competir para vencer o adversário, destruindo-o fisicamente. Sua ação é estimulada pelo orgulho de ter seu autocontrole e de não se submeter a nada superior.

Nas nações em que o Estado é forte, a situação de elementos de classes mais baixas atuarem de forma violenta sobre seus “adversários” é substituído pela tensão presente no esporte, por exemplo, em que se busca a glória individual e coletiva em detrimento dos oponentes, sem, contudo, eliminá-los. O conflito não é eliminado. O que ocorre é um desestímulo da violência como meio de destruição do outro.

Afirmam, ainda os autores, que a violência tem profunda relação com a conflitualidade, originando-se nela. Todavia, o conflito tem uma limitação de violência, estabelecida entre os lados opostos. Atentando-se a situações atuais, é possível observar tal relação.

Numa discussão entre marido e mulher, por exemplo, a conflitualidade está presente, o que é normal. Todavia, a violência aflora-se, a partir do momento em que um passa a agredir física ou verbalmente o outro. As causas para as agressões são diversas, porém inter-relacionadas. Fatores, como o desemprego, o *stress* do dia-a-dia, as características inatas ao ser humano, o alcoolismo etc., encontram-se interligados, de onde se infere que a violência é fruto de um conjunto de fatores sociais.

No tocante à estruturação das ditas organizações criminosas contemporâneas, aponta Lopes Junior (2008, p. 65) que suas redes de relações são construídas no interior das cadeias e dos presídios e amparadas apenas na cooperação técnica, fundado no individualismo que produz, entre eles, um “baixo grau de solidariedade e confiabilidade”.

Já no caso de brigas de gangues, os integrantes de bairros ou regiões diferentes confrontam-se, pois o conflito sem agressão não comporta suas desavenças, sua ira. Do mesmo modo, ocorre nas brigas entre torcidas e entre jogadores, nas quais o esporte deixa de ter seu caráter de conflito saudável e volta ao estágio de eliminação do opositor. Nessas situações, as causas são também interligadas e remetem ao cunho social.

2.1 NOVO CENÁRIO DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

Para Zaluar e Leal (2001), a crescente violência urbana expõe um monumental *déficit* na vida democrática do Brasil. Caem regimes autoritários e constituições se aperfeiçoam, mas, mesmo assim, a repressão fica cada vez mais letal, a Justiça ainda permanece inacessível, as prisões subumanas, a defesa legal dos pobres inexistente, os agentes estatais não sofrem controle sobre suas ações.

A violência implantada num sistema de relações sociais profundamente assimétricas não é fenômeno novo: dá continuidade a uma longa tradição de práticas de autoritarismo. A cultura da violência só perderá força, quando houver transformações profundas em toda a sociedade. Não se pode acabar com a cultura da violência sem que surja algo em seu lugar.

Sob esse prisma, Zaluar (2001) corrobora os ensinamentos de Caldeira (2000), ao abordar sobre o crime e os criminosos, mostra que essa temática trata-se de um discurso classificatório, no momento em que estabelece um nítido limiar entre o bem e o mal, sem limitar-se, porém, a um universo social.

Fica, portanto, demonstrado, na visão de Caldeira (2000), a existência de estereótipos que produzem diferenças, não só entre criminosos e as pessoas ditas de bem, mas também é notada entre os moradores dos bairros periféricos e os bairros de classe média e alta. “Entretanto, as experiências de violência tendem a ser específicas de cada classe. Embora todos os grupos sociais sejam vítimas do crime, elas são vítimas de diferentes tipos de delitos, [...]”. (CALDEIRA, 2000, p. 57).

Conforme Zaluar (2001), na cidade de São Paulo, estudos apontam que as mudanças populacionais no espaço físico da cidade afetaram a construção do medo nos moradores dos bairros pobres e remediados. As pessoas falam, não só dos criminosos que transgridem a lei, mas também que "a justiça não funciona, a polícia falha e desrespeita a lei". Nos bairros de classe média, os moradores culpam os nordestinos que passaram a morar no mesmo bairro pela situação insuportável e exigem políticos duros – "de pulso forte" – para restabelecerem a ordem.

Os efeitos mais evidentes dessa postura não foram as modificações do visual das residências, com muros altos, grades, fechaduras, alarmes e cadeados, mas o descrédito no trato com estranhos e a descrença na participação democrática. A

idealização da comunidade de semelhantes encolheu os horizontes sociais, restringindo o mundo significativo e de confiança.

Pode ser notado, também, nos estudos de Caldeira (2000), quando enfatiza que a desvalorização do público em relação ao privado se mostra com a demarcação e o isolamento por muros e por grades, bem como quando se apresenta como um espaço controlado e monitorado por vigilância armada e eletrônica, impondo aos demais moradores da localidade regras de inclusão e de exclusão, ao qual ela denominou de “enclave fortificado”.

Condomínios fechados, o novo tipo de moradia fortificada da elite, não são lugares para os quais as pessoas caminhem ou pelo quais passem. Elas são distantes para serem aproximados só de automóvel e apenas por seus moradores, uns poucos visitantes e, é claro, os empregados, que devem ser mantidos sob controle e comumente encaminhados para uma entrada especial – a famosa entrada de serviço. Alguém com aparência errada e que insiste em caminhar só pode suscitar dúvidas e reações ambíguas nos empregados, que têm que reproduzir na prática os códigos de classificação de seus patrões. (CALDEIRA, 2000, p. 258).

Ainda, conforme essa autora, tanto os enclaves, quanto a polícia, ambos associados a um discurso discriminatório, que marginaliza a parte pobre da sociedade brasileira, fortalecem o que a autora chama de “caráter disjuntivo da democracia”.

Muitas foram as tentativas de se encontrar resposta ao fenômeno da violência em suas mais variadas manifestações: institucional, doméstica ou a difusa violência urbana. Muitos foram os apontamentos levantados e abordados nos meios de comunicação ou nos estudos especializados.

Apontar a causa da violência na pobreza, desigualdade ou exclusão, argumento repetidamente utilizado na defesa dos pobres, acabou por justificar a preferência, carregada de suspeitas prévias, que policiais têm pelos pobres. Há, também, uma redução de complexa argumentação para o primado do *homo economicus*, comandado exclusivamente pela lógica mercantil do ganho e a necessidade material, pois se baseia no pressuposto utilitarista de que, movido pela necessidade, o homem agiria para sobreviver.

[...] A redução da criminalidade violenta à pobreza tampouco permite analisar os efeitos inesperados da primeira sobre a segunda, aumentando a pobreza e os sofrimentos dos pobres na medida em que impede o acesso aos serviços e instituições do Estado presentes, tal como escolas, postos de saúde, quadras de esporte ou centro de atendimentos. (ZALUAR; LEAL, 2001, p. 76).

O que se denota das assertivas acima é que, se o nó de relações sociais esboroa-se em decorrência do aumento da violência, corre-se o risco de se formar uma "sociedade da desconfiança", onde o temor faz esmorecer a confiança, tanto no próximo, quanto nas instituições, de onde emerge, por conseguinte, o descrédito e o desrespeito por quaisquer autoridades constituídas ou não.

Esse é um problema de todos, pois destrói a condição essencial para a vida em sociedade – a segurança -, colocando os frutos do esforço de cada um e de todos sob o signo da suspeita, transformando direito em privilégio.

Na contextualização da violência na sociedade contemporânea, os jovens assumem posição como portadores de grande porção desse conflito social que se reflete nos atos de violência que os afligem, seja na busca de afirmação e de reconhecimento, seja nos ritos de passagem para a vida adulta. No entanto, para além das atuais contradições estruturais e culturais da sociedade brasileira, os jovens e os adolescentes precisam ocupar um lugar privilegiado, a fim de que todos possam viver em espaços de sociabilidade, sem práticas de violência, nos quais se potencializem as esperanças de uma sociedade pacífica e alternativa.

Por outro lado, à luz das políticas públicas de segurança, deve-se atinar para um novo arranjo institucional voltado para a prevenção social da criminalidade e da violência que rompa com a lógica tradicional da repressão, promovendo a adoção de mecanismos de acompanhamento e de mensuração de resultados; este reordenamento do aparato institucional tem papel fundamental no enfrentamento da violência e da criminalidade.

No que atine a violência no campo, o momento atual é propício para que mudanças ocorram, como, de fato, vêm ocorrendo, no sentido corrigir erros históricos que deixaram à margem da sociedade grande parte da população do campo por conta dos grandes latifúndios. Apenas existirá uma democracia verdadeira, portanto, efetiva, quando os grandes desequilíbrios sociais forem se atenuando gradativamente; sem isso, persistindo a desigualdade, envergonha e faz corar, teremos avançado nada como democracia e estaremos mais próximos do que éramos três séculos atrás.

A violência é, e sempre foi, uma parte importante da vida humana. A história da humanidade é assim; problemas insolúveis sempre existiram. E, quando se encontra uma solução, logo surgem efeitos colaterais inesperados para atrapalhar novamente as esperanças e as expectativas. Entende-se, portanto, que não existem soluções rápidas e fáceis. As pessoas sempre conviveram com a violência; a geração atual terá que conviver também, tentando minimizar seus custos e seus impactos na medida do possível, sempre, porém, respeitando a dignidade da pessoa humana.

2.2 FATORES SOCIAIS COMO GERADORES DA CRIMINALIDADE

Há alguns anos, a violência urbana era noticiada apenas nas grandes cidades. Não era difícil encontrar pessoas que relatassem que buscavam na zona rural a paz que não encontravam nos locais em que residiam. Atualmente, a instabilidade e a insegurança trazidas pela violência e pela criminalidade são encontradas em qualquer região, seja ela de grande porte ou não. Em qualquer lugar, encontramos moradores amedrontados com os altos índices de criminalidade, fazendo com que a população se sinta desprotegida, frente a pouca possibilidade de solução apresentada pelo governo, a fim de combater esse mal.

Essa perspectiva nos leva a indicar que a violência no Brasil está enraizada em nossa cultura e sociedade. A violência de caráter endêmico, implantada num sistema de relações sociais profundamente assimétricas, não é fenômeno novo: dá continuidade a uma longa tradição de autoritarismo das elites contra as não-elites e se verifica nas interações entre as classes – apenas dissimulada pela repressão e pela censura que os governos militares impuseram. (ALMEIDA e PINHEIRO, 2003, p. 80).

Diante desse caos que a sociedade foi inserida por causa da violência e da criminalidade, os cidadãos têm buscado outras formas de proteção que não dependam exclusivamente da segurança pública, dentre elas podemos citar: a verticalização das moradias (mudanças de casas para apartamentos), instalação de cercas elétricas, alarmes em casas ou nos automóveis, blindagem de vidros, porte ou posse ilegal de armas, dentre outras.

O resultado dessa busca pela proteção pessoal, familiar e até patrimonial foi que a sociedade passou a viver mais encarcerada que os próprios infratores. O lar,

considerado asilo inviolável, passa a ser um cárcere e, em casos mais extremados, até um instrumento bélico na luta contra a violência.

As casas dão lugar aos edifícios, cada vez mais altos e isolados, ou a condomínios fechados, com alto esquema de segurança, que, em sua maioria, dispõem de todo o lazer e, em alguns residenciais, até mesmo um pequeno comércio a sua disposição, para que, cada vez menos, seja preciso sair de casa, gerando, assim, uma “asilofobia”, caracterizada pelo medo de sair de casa.

A criminalidade insere-se no conceito de segurança pública, aspecto da ordem pública, por sua vez contida na ordem social. Entender esse encadeamento doutrinário é importante para o estudo aprofundado da questão.

Na sequência, ressalta-se a relevante abordagem da criminalidade, onde se busca evidenciar as origens dos atos que ferem a segurança pública, denominados de geradores da insegurança.

Zaluar e Leal (2001) apontam como fatores sociais geradores da insegurança o crescimento populacional acelerado, a má distribuição demográfica, a distribuição inadequada de renda, a falta de planejamento familiar, a proliferação das favelas e o problema do menor infrator, podendo-se, ainda, alinhar os fatores como causadores da insegurança pública, a facilidade do cidadão em se armar, o abandono de menores, o avanço e a proliferação das drogas ilícitas, a violência urbana, a miséria e sua exploração política, a banalização da violência pelos meios de comunicação, a natalidade irresponsável, o abandono pela administração pública da infraestrutura sanitária e educacional, a falta de programas assistenciais, o desemprego dos mais jovens, a carência de educação etc.

Observa-se, portanto, que as causas da violência urbana e da criminalidade estão, entre outras, no desordenamento das metrópoles e a conseqüente falta de saneamento, de habitação, de escolas e de hospitais, bem como vê-se no desemprego e na desagregação familiar ressaltante contribuição para o aumento da criminalidade e da violência que assolam as cidades brasileiras, pois não é inegável que, devido a miséria e a promiscuidade em que se vive nas favelas, para o crime, a distância é praticamente inexistente.

Ressalta-se, também, que o processo de ocupação territorial no Brasil, com o enfático êxodo rural para as zonas urbanas, propicia e desencadeia a precariedade na infraestrutura habitacional, de transportes, de saúde e de assistências públicas, a

insanidade da violência urbana e, sobretudo, de mercado de trabalho, mormente com a disseminação de mão-de-obra desqualificada.

É sabido que, no estigma da fome, o homem perde, via de regra, o senso ético, o sentimento de solidariedade. Ignora a lei, apoia-se no instinto de sobrevivência como fator determinante de um padrão de conduta, momento em que se observa famílias integrando-se ao crime, jovens engrossando as fileiras do crime organizado e da prostituição, aumento, assim, a criminalidade, promove riscos de convulsão social, fundamentadas numa política excludente.

Compreende-se, portanto, que, criminologicamente, os geradores da insegurança estão localizados nas iniquidades sociais. É evidente que tais problemas, de ordem estrutural, são as causas da maior parte da criminalidade, cabendo, à parte menor a fatores endógenos dos indivíduos, buscar entender o poder econômico que circunda o crime no panorama nacional. Na continuação deste estudo, realizou-se uma análise do crime enquanto negócio economicamente globalizado.

3 O CRIME ENQUANTO NEGÓCIO GLOBALIZADO

Observa-se que, atualmente, o Estado apresenta uma certa dificuldade para lidar com questões relacionadas ao enfrentamento da violência urbana e da criminalidade de uma forma geral.

Um dos principais problemas mundiais de hoje é a incapacidade de controlar o uso de drogas ilegais, mas principalmente do mundo criminal sinistro que se desenvolveu para fazê-las circular por toda parte com uma logística que impressiona pela sua eficácia. Diz-se que o mercado ilegal de drogas é hoje um dos maiores setores econômicos do mundo. Todavia, é apenas uma parte do sistema de funcionamento do crime-negócio, mais ou menos organizado, que funciona em diversos setores, utilizando redes e mecanismos similares para parecer operações limpas e legais. (ZALUAR, 2007, p. 32).

Compreende-se, portanto, que, circundando o mercado ilegal de drogas, surgiram organizações que fizeram dessa forma de comércio, meio de obtenção de lucros, implementadas pelas atividades do tráfico de drogas e por intermédio dos mercados formais e informais, conectadas, por vezes, à participação de agentes públicos, fazendo com que esse comércio ilegal adentre nos setores legais da sociedade.

Vê-se, portanto, em Zaluar (2007), que algumas instituições, tais como bancos, mercado imobiliário e companhias de transporte abastecem os negócios ilegais, principalmente, contribuindo para a lavagem de dinheiro sujo. Para tanto, pessoas são atraídas para as atividades ilegais e violentas do crime-negócio em busca de lucros financeiros, passando essas pelo crivo dos chefes do crime organizado.

Assim, corroborando e dialogando com os ensinamentos de Goffman (1999), observa-se que, no entendimento da autora, para se haver a interação, deve-se existir a aceitação do indivíduo na organização criminosa, e ele, ignorando seus sentimentos, propague suas ações e suas intenções de maneira supostamente aceitável a todos, principalmente aos que determinam a entrada deste na organização criminosa.

Através de suas ações ilícitas, o crime organizado obstrui as ações do Sistema de Justiça Criminal, passando, assim, a contribuir com o aumento da corrupção dos agentes públicos, do crime organizado e da violência urbana, em especial, do tráfico de drogas, fomentando, também, práticas ilícitas, como: “as ameaças, a intimidação,

a chantagem, a extorsão, as agressões, os assassinatos e, em alguns países, a prática do terrorismo”. (ZALUAR, 2007, p. 33).

Discorre a autora que as mudanças nos estilos de vida e as transformações econômicas, políticas e culturais contribuíram para o aumento do consumo e para o conseqüente aumento do comércio ilegal de drogas, traduzidos pela fragmentação social, favorecendo, com isso, também, o crescimento de determinados crimes, em especial, os denominados crimes contra o patrimônio, como os furtos e os roubos e os contra a vida, como as agressões e os homicídios.

De fato, uma revolução nos modelos de consumo também chegou ao Brasil. Uma pletera de bens de consumo, estilos de consumo sempre renovados e imensos centros de lazer e de consumo foi a principal mudança visível. Os valores culturais acompanharam tais mudanças nas formações subjetivas: valores individualistas e mercantis selvagens se disseminaram durante os anos 1970 e 1980, traduzidos pelas expressões corriqueiras “fazer dinheiro fácil” e “tirar vantagem de tudo”. Ou seja, a sociedade brasileira, pode-se dizer, foi colonizada pelo mercado que passou a carecer dos limites morais usualmente fornecidos pelo social. Como uma atividade ilegal e invisível, que favorece isso, o comércio de drogas faz parte desse novo ambiente social, econômico e cultural. (ZALUAR, 2007, p. 34).

Dialogando-se com os ensinamentos de Bourdieu (2002), observa-se que as distintas posições que os indivíduos ocupam na sociedade correspondem aos diferentes estilos de vida, entendendo o autor que as práticas sociais, enquanto expressão da condição de existência ou estilo de vida como resultante do *habitus*, que orienta e determina as preferências corporais, estéticas e linguísticas, exprimem as diferenças sociais, tanto as fundamentais, quanto as mais complexas.

A partir desse conceito, o autor assevera que os atores sociais são entendidos de acordo com uma determinada lógica, inerente ao indivíduo enquanto ser e seus princípios geradores, éticos e estéticos, que correspondem às preferências individuais em sentido simbólico.

Ressalta-se, pois, que tais mudanças influenciam, de certa forma, uma redefinição das identidades sociais, dada a ostentação e ao consumismo do indivíduo, onde as conversões morais se enfraquecem, ganhando força as funções tipicamente policiais-legais.

Nos grandes centros, onde as diferenças se camuflam em um mesmo cenário, cenas cotidianas se fundem em uma dura realidade, a denominada violência urbana. Esta toma forma entre os pequenos delitos, até homicídios e grandes assaltos, sem

esquecer do tráfico de entorpecentes e de todo o maquinário que seu poder sustenta. Os dados das pesquisas tentam desvendar esse mistério, mas esbarram na pouca exatidão, na falta de acesso às informações e, até mesmo, na ausência de justificativas para a violência, impedindo, assim, que seja retratada a criminalidade nas grandes cidades, como é o caso do Rio de Janeiro, com exatidão. É como se faltasse muitas partes desse engenhoso mosaico.

De um lado está o campo dos que têm, dos que controlam o acesso ao discurso público e que estão incluídos no manto do Estado e no circuito maior do consumo; do outro lado se colocam os que não têm, isto é, os que se vêem despossuídos e excluídos das instâncias decisórias e da riqueza que geram. (CARVALHO, 2001, p. 85).

Nos locais que se consideram desenvolvidos, a violência lúdica está sempre presente, devido ao fato dos cidadãos terem constantemente um sentimento de insegurança que se torna ainda mais difícil de lidar, por ser essa internalizada e naturalizada.

A escola, cada vez mais sobrecarregada de atribuições, tem atribuída a suas funções a de mudar o cenário social, porém é sabido que apenas o ambiente escolar é pouco ou até mesmo ineficiente na obtenção de resultados emergenciais. Juntamente com a sociedade, a escola ganha força e voz para lutar contra a cultura da violência e estabelecer a cultura dos Direitos Humanos, do respeito pelo próximo, no país.

Observa-se, de tal modo, fundamentada na experiência profissional desse pesquisador, a frequente presença de registros em Boletins de Ocorrência Policial, de algumas das várias facetas da violência, a saber:

- a) A violência física, entendida como agressão à integridade física;
- b) A violência emocional, enquanto violação da integridade emocional;
- c) A violência psicológica, aquela que incide diretamente no psicológico da vítima;
- d) A violência simbólica, trata-se do processo de legitimação do poder simbólico. Conforme Bourdieu (2002), tem origem nas crenças elaboradas pelo processo de socialização que levam o ser a seguir o discurso dominante;
- e) A violência moral, que afeta diretamente a imagem das pessoas;

- f) A violência sexual, mais representada pelos crimes de estupro e de atentado violento ao pudor. Observa-se que, no interior das penitenciárias brasileiras, esse tipo de violência é repugnado até mesmo pelos infratores de outros delitos, que castigam com violências físicas, sexuais e até pena de morte os que cometem esse crime;
- g) A violência doméstica, forma de agressão que é cometida entre parentes ou entre pessoas que tenham uma relação familiar e pode ser praticada através de violência moral, física ou psicológica, podendo deixar sérias sequelas no desenvolvimento cognitivo, físico e até nos relacionamentos dos membros envolvidos;
- h) A violência no trabalho, que ocorre quando os gestores, ou qualquer outra pessoa que exerça um cargo de comando tratam de forma degradante seus subalternos. Também pode ser caracterizada pela falta de oportunidade de crescimento profissional, salários que estão aquém da função desempenhada;
- i) A violência no trânsito, cometida pela imprudência e pela não observação das regras de trânsito. Em sua maioria, tem-se pedestres como vítimas;
- j) A violência nos estádios, que ocorre geralmente por meio de agressões entre torcidas adversárias. Fato bastante comum na atualidade e que põe em risco a vida de várias pessoas, fazendo com que os cidadãos deixem de ir aos estádios com medo dos atos criminosos cometidos por estes;
- k) A violência na saúde, representada pelo desrespeito ao bem estar e à saúde dos pacientes por parte do Estado, das entidades e/ou dos profissionais da saúde que oferecem o serviço de saúde, violando, assim, um dos preceitos básicos dos Direitos Humanos;
- l) A violência rural, observada nos conflitos por disputas territoriais, que geralmente ocorre entre proprietários e trabalhadores rurais ou por movimentos que os representem. É baseado em uma cultura de exclusão e de desqualificação do outro, fomentando a indiferença. Uma das soluções seria estimular a convivência dos diferentes grupos, e;
- m) A violência institucional ou violência policial, praticada por pessoas que são nomeadas agentes de segurança pública. Ocorre quando estas pessoas violam os Direitos Individuais dos cidadãos, quer seja com agressão física, verbal ou abuso de autoridade.

Sem dúvidas, esse é um problema muito complexo, que não pode ser resolvido apenas com medidas de segurança. Por mais que se desenvolvam técnicas para solucionar o caso, sempre haverá a falta de convivência e o desinteresse pelo bem estar do próximo para atrasar o desenvolvimento de ações de fato eficientes.

3.1 O CRIME ORGANIZADO NAS ENTRANHAS DO ESTADO

Diuturnamente, a imprensa nacional noticia ondas de assalto, explosão de caixas eletrônicos, arrombamentos, estupros e outra série de atrocidades e de selvagerias oriundas da violência.

Conforme esclarece Lopes Junior (2006), o crime organizado acirra, contemporaneamente, o imaginário das pessoas, assemelhando-o ao que se entende hoje por terrorismo; assim, o crime organizado passa a ser entendido como um problema social.

O crime organizado instiga a imaginação social contemporânea e potencializa a produção de narrativas literárias, cinematográficas e jornalísticas. Empurrado para o centro da cena política e social nos últimos anos, o crime organizado parece guindado, ao lado do terrorismo, a ocupar o lugar do “outro ameaçador” em um mundo no qual o processo de reconhecimento de riscos e ameaças foi esmaecido pela aceleração do que Anthony Giddens, em diversas de suas obras, identifica como processo de “destraditionalização da vida social”. (LOPES JUNIOR, 2006, p. 353).

Observa-se, no entanto, o crescente número de ocorrências envolvendo a prática delituosa das organizações criminosas, dados numéricos esses que formam as estatísticas policiais e que se mostram falhos, pois alguns casos não são registrados nas delegacias.

Por vezes, a inoperância e a falta de efetividade na prestação do serviço fazem com que a polícia contribua, mesmo que indiretamente, para o acréscimo no número de casos violentos, porém deve-se considerar o fato de que os agentes de segurança pública atuam diretamente no efeito e não nas causas desse problema social. Assim, “um esclarecimento da complexidade do crime organizado é uma tarefa que pode contribuir, mesmo que indiretamente, para um dimensionamento dos esforços e recursos empregados no seu combate”. (LOPES JUNIOR, 2009, p. 54).

Observa-se, no entanto, o silêncio do Estado frente às políticas públicas destinadas às ações sociais, que buscam a diminuição dos efeitos nefastos

proporcionados pelo aumento desenfreado dos atos violentos e da criminalidade, o que ocasiona a instabilidade do sistema de segurança pública brasileiro, que se utiliza de ações reativas, fazendo da violência um problema de sintoma social, quando, na verdade, deveria adotar-se ações proativas que visem a excelência na formação dos operadores de segurança pública, com investimentos em uma formação humanitária que busque a aproximação dos policiais para com a sociedade e para com os Direitos Humanos, além de equipá-los com bons aparelhos, dignificando-os com melhores condições de trabalho.

Assim, observa-se, nos ensinamentos de Lopes Junior (2009), que as causas sociais da violência no dia-a-dia da sociedade contemporânea estão relacionadas aos diversos fenômenos culturais e as reações violentas que estas podem fazer um indivíduo tomar. A partir disso, ressalta o autor que a violência ocupa, atualmente, uma dimensão no campo social de tal modo que assola o cotidiano da humanidade; de tal modo, vê-se a violência diretamente relacionada com a conflitualidade, característica inata, essencial e puramente humana, que rege as pessoas quando elas se deparam com alguma divergência.

Porém, quando se aborda as questões relacionadas à temática da violência, deve-se considerar que este é um problema com várias facetas e que os atos violentos cometidos pelos seres humanos tratam-se especificamente de uma reação à determinada situação, e não a algo inerente a sua essência.

Inconscientemente, observa-se que, por vezes, as consequências dos atos violentos acabam recaindo sobre inocentes e que, na maioria dos casos, suas principais causas estão no individualismo, na intolerância, no desrespeito e, em casos mais raros, em algumas patologias, que permeiam a sociedade atual.

A arqueologia do chão social dessa sociabilidade não nos leva a camadas justapostas de “moderno” e “arcaico”, mas, sim, a uma argamassa na qual o individualismo dito “moderno” está em intricada mistura com a ordem hierárquica na qual se assentavam as relações sociais de ontem (e aqui ainda modulam, na superfície e nas visões apressadas, as paisagens sociais dos chamados “grotões”). Ao não se perceber essa mistura toma-se velhas imagens como se elas (expressões do “velho”) tivessem o mesmo significado de antes. (LOPES JUNIOR, 2006, p. 368).

Buscando-se, então, entender os atos violentos sob a ótica do agente da agressão, observa-se que a ausência de diálogo, na maioria das vezes, é a causa desses atos, fazendo com que utilize-se da força para a resolução do problema,

servindo, assim, como a última solução para a correção do que ele entende estar errado. Erro esse que deve ser entendido pelos gestores da segurança pública, no momento em que se busca um planejamento e a efetivação de políticas públicas que visem a diminuição da violência.

A desigualdade social, no entendimento de Lopes Junior (2009), é um desses erros geradores da violência. No Brasil, esse problema se mostra ainda mais gritante, pois conduz as classes marginalizadas a uma reação violenta como possibilidade de se tornarem vistos e serem ouvidos, por tudo e por todos, principalmente pelo Estado, utilizando-se dos roubos, dos assaltos e dos atos violentos como forma de apropriação do que não lhes está acessível, mas, em seu entendimento, lhes cabe por direito.

Um dos primeiros elementos que singularizam a “cultura do risco” na sociedade brasileira é a disseminação, no universo social das classes populares, do fenômeno que o sociólogo Jessé Sousa, em leitura inspirada na obra de Pierre Bourdieu, denominou de “*habitus* precário” (Sousa, 2003), o qual se traduz, na vida cotidiana de milhões de pessoas, na in-corporação (o hífen aqui não é gratuito) da desigualdade social como algo “natural” e na insegurança de seu lugar no mundo (alimentada pela ausência de espaços e situações positivas de reconhecimento social), algo que se traduz na percepção do próprio corpo como uma duvidosa fortaleza. (LOPES JUNIOR, 2009, p. 59).

Entende-se, portanto, que, tanto a desigualdade social, quanto outras modalidades de desrespeito proporcionam a violência e alimentam as práticas delituosas das organizações criminosas; desse modo, deve-se entender que não é só com ações e com operações policiais que reduzirá a violência, bem como as ações criminosas, devendo, portanto, que o Estado brasileiro implemente políticas públicas que visem combater as explorações econômicas e, conseqüentemente, as desigualdades sociais, respeitando a todos como cidadãos e investir seriamente em um modelo de educação pública de qualidade.

O progresso da humanidade na história, juntamente com toda a problemática inerente ao seu processo evolutivo, foi acompanhado pelo aparecimento de fortes marcas sociais. Os processos de transformação global da economia e da vida social geraram efeitos excludentes sobre as sociedades e desencadearam novos conflitos sociais.

Analisando-se o quadro do século XXI, constata-se que o panorama mundial é marcado por questões sociais globais, manifestadas de forma articulada e homóloga, embora com traços divergentes, nas diferentes sociedades. O panorama

internacional se funda em problemas sociais globais, como a violência, a exclusão, as discriminações de sexo, os diversos racismos, a exclusão social e a pobreza, os problemas do meio ambiente e a questão da fome. Todos esses problemas têm íntima relação com as desigualdades fundadas em diferenças de classes e de *status* social em termos de rendimento, capital educacional ou prestígio. Isso porque essas desigualdades, ao contrário de terem desaparecido, tornaram-se mais visíveis e reforçadas pelo aparecimento de novas desigualdades baseadas no sexo, na etnia, na religião ou nos modos de vida.

Segundo Hespanha e Santos (2000), a discriminação e a pobreza são fatores que englobam uma série de causas da violência, sendo mais aparentes em países com maior desnível sócio-econômico. A ciência, hoje, conclui que a violência é determinada pela complexa combinação entre fatores externos e características inatas do ser humano.

Os autores destacam algumas causas para a disseminação da violência, como, por exemplo: as inovações tecnológicas, as transformações no setor primário da economia, a decadência da instituição familiar, as questões de gênero, os distúrbios de personalidade e a predisposição inata à violência.

Inicialmente, afirmam que as transformações do trabalho decorrentes de inovações tecnológicas (técnicas e organizativas) e de um processo mais amplo de globalização impuseram formas particulares de experimentar a violência na vida cotidiana, como a precarização do trabalho, a desregulamentação das relações jurídicas laborais, o desemprego e a exclusão social.

Em outro momento, mostram que transformações no setor primário da economia, estrangidas pela tardia capitalização e mecanização da agricultura e pela emergência de novas formas de exploração de sua excedente mão-de-obra, resultaram numa intensa crise social, uma reafirmação do poder pelos grandes proprietários de terra e abundantes manifestações de conflitos sociais e de violência.

Outra causa apontada pelos autores é a decadência da instituição familiar, tradicional amortecedora do risco social e do conflito, tornou-se cada vez menos capaz de assegurar aos seus membros a proteção de que necessitam e converteu-se em lugar comum de mal estar e de violência.

Apontam, ainda, as questões de gênero, momento em que os homens são mais violentos em praticamente todas as culturas, o que revela uma característica inata.

Também ensinam que, com relação aos distúrbios de personalidade, vê-se que os seres humanos são muito diferentes entre si, tendo comportamentos e reações divergentes em várias situações. Algumas pessoas, entretanto, apresentam um perfil de personalidade distinto, tendendo a ser impulsivos, ter baixo nível de inteligência, ser hiperativos e com *déficit* de atenção. Esses indivíduos apresentam esses comportamentos desde o início da infância, persistindo ao longo de toda a vida, sendo eles, em grande parte, hereditários.

E, por fim, afirmam que existe uma predisposição inata à violência em todas as culturas; brincadeiras violentas surgem espontaneamente. Essa predisposição inata é facilmente explicável pela necessidade da seleção dessa característica durante a evolução da nossa espécie.

3.2 O COMBATE À CRIMINALIDADE E A BUSCA PELA CIDADANIA

Sabe-se que a atividade policial remonta, desde a antiga Grécia, relativa às suas Cidades-estados, mas, ao longo dos anos, vários foram os sentidos e as formas do fazer policial. Com o surgimento do capitalismo, foi constituído o modelo que conhecemos como a polícia da idade moderna, servindo aos mandos e aos desmandos da classe burguesa. Entretanto, as mudanças continuaram acontecendo, no decorrer dos anos, sendo influenciadas pela dinamização dos fatores estruturais e organizacionais dos processos históricos, nos quais o aparato policial se encontrou inserido.

Desde o significado do termo, a vários exemplos práticos, percebe-se a afinidade da polícia com a política, no que concerne a forma como o Estado exerce o seu poder. Tem-se que, tanto o vocábulo polícia, quanto o termo política derivam do termo grego *polis*, que descreve a constituição e a organização da autoridade coletiva, sendo de se esperar que ambas não possam ser dissociadas e devam trabalhar em prol da coletividade. Mas, infelizmente, em incontáveis situações, viu-se a polícia servir como força coercitiva do Estado, priorizando interesses dos governantes que

deveriam zelar pelo bem estar social. Quanto ao emprego da polícia como instrumento de preservação de poder, observa-se que:

Quem participa ativamente da política luta pelo poder, quer como um meio de servir a outros objetivos, ideias ou egoístas, quer como o “poder pelo poder”, ou seja, a fim de desfrutar a sensação de prestígio atribuída pelo poder. Como as instituições políticas que o precedem historicamente, o Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima). Para obedecer à autoridade alegada pelos detentores do poder. (WEBER, 1982, p. 98-99).

Deste modo, vê-se que as instituições de segurança pública e, no caso deste estudo, a polícia, vêm participando ativamente do controle social, sendo responsáveis pela manutenção da ordem pública, cuidando para que o comportamento dos cidadãos transcorra na mais perfeita ordem. Contudo, entre a teoria e a prática, a obediência das regras sociais, via de regra, encontra quem as descumpra, transgredindo o estabelecido; é nessa hora que a polícia é posta em ação. Assim, vê-se que a função dos policiais, tanto serve à prevenção da criminalidade, quanto à mediação e à solução de conflitos.

[...] intervir em todos os lugares, em todos os tempos de em relação a qualquer um. Nesse sentido a força pública é em seu território, universal e, caso se faça questão de se conservar a idéia do monopólio, pode-se dizer que a polícia detém o monopólio da força *em relação a todos*. [...] Assim é que a força pública é calibrada de tal maneira que possa deter qualquer outra força privada. E se caso falhar nisso, todas as legislações, sem exceção, prevêm o recurso a força armada para - nesse caso - “ajudar” a polícia e, na prática, elas mesma se tornarem, momentaneamente, polícia. (MONJARDET, 2002, p. 26).

Analisando-se o que afirma Monjardet (2002), observa-se que o Estado tratou, ao longo do tempo, de estruturar fortemente a polícia, intencionado que toda a ordem pública ficasse sob seu controle. Entretanto, a lógica da criminalidade não obedece aos padrões estatais, e os clamores sociais por justiça e paz nem sempre são atendidos.

Nesse contexto, como se não bastasse a ousadia e a ganância dos criminosos, encontramos certos contingentes da polícia que se adequam à virulência crescente das ações criminosas, adotando uma política de tolerância zero. Desta forma, os processos de construção da legitimidade da resposta policial à violência criminal são desprezados, em detrimento do exercício da função social da força

policial. Assim, a linha divisória entre segurança e agressão é diluída por atos truculentos e descabidos por profissionais que deveriam primar pela proteção da sociedade.

Tais posicionamentos de policiais desalinhados com as perspectivas de uma polícia apaziguadora vêm despertando, cada vez mais, o interesse da sociedade, bem como de especialistas, que visam investigar as causas e as consequências desta postura errônea.

Em outras palavras, pensar o policial como agente de segurança é indagar ao mesmo tempo sobre as condições de legitimidade de sua função, sem esquecer as íntimas relações teóricas e/ou empíricas que essa função estabelece com a violência, já que estamos falando do policial como o funcionário especializado do Estado em seu papel de detentor (legítimo) do monopólio da violência. (PORTO, 2001, p. 30).

Diante dos desmandos da atividade policial que a sociedade vem presenciando e a mídia veicula acirradamente, surgiu e se asseverou o desejo de requerer-se do Estado um aparato policial consoante com o atual Estado democrático de direito, o qual tornou-se o nosso país. A sociedade não se contenta mais em assistir passivamente o cometimento de abusos por parte daqueles que deveriam trazer-lhes segurança e bem estar, pois, embora esta não seja a regra, há entre os integrantes da força policial de nosso país aqueles que preferem ignorar a importância da preservação dos Direitos Humanos dos cidadãos.

Vê-se, ainda, em certos casos, que as próprias instituições policiais militares, ao formar os seus profissionais, repetem antigas fórmulas inadequadas para que se atenda às prerrogativas do policial que, hoje, a sociedade espera. Os policiais são, deste modo, condicionados a copiar e a reproduzir, métodos e concepções que já deveriam ter sido extirpados da formação policial. Acerca dessa prática, observa-se que:

[...] O homem é considerado como inserido num mundo que irá conhecer através de informações que lhes serão fornecidas e que se decidiu serem as mais importantes e úteis para ele. É um receptor passivo até que, repleto das informações necessárias, pode repeti-las a outros que ainda não as possuem, assim como podem ser eficientes em sua profissão. (MIZUKAMI, 1986, p. 8).

Surge dessas premissas a indagação: qual será, então, o modelo de policial que a sociedade ora espera que o Estado lhe ofereça? Em que se diferenciaria este

dos que ainda agem pautados nas antiquadas e nas incocebíveis concepções de uso da força ilegítima? Diante destas indagações, vê-se como pertinente a observação de que:

É impressionante como as cenas de violência policial, assim como as mais diversas demonstrações empíricas do fenômeno da violência, ocupam significativamente parte do cotidiano dos indivíduos. O mais impressionante é que muitas cenas não fazem parte do imaginário de nenhum produtor de filmes, mais são imagens da realidade cotidiana. (OLIVEIRA; TOSTA (2001, p. 53).

Do mesmo modo que a problemática da criminalidade não é de fácil solução, a resposta para tais indagações não poderia ser simples e a curto prazo, mas, certamente, perpassa pela instituição de uma força policial mais afeta a respeitar os Direitos Humanos da coletividade. Contudo, essa não é uma tarefa facilmente executável, pois:

Talvez a primeira instituição a ser lembrada quando se fala em direitos humanos, no Brasil, é a polícia, encarada quase sempre pelo seu lado negativo. Em contrapartida os defensores dos direitos humanos costumam ser vistos pelos policiais como seus opositores naturais, sempre prontos a execrá-los injustamente e a defender criminosos, razão pela qual mereceriam o seu sistemático repúdio. Essa polarização tem o efeito de obscurecer aspectos relevantes da questão, com o que se mantém a discussão na superfície. (SILVA, 2001, p. 69).

Mas, a despeito de todas as dificuldades, ainda há vários abdicados que buscam soluções para a melhoria do fazer policial em nosso país, tanto dentro, quanto fora dos quadros das forças policiais. A quebra de paradigma encontra resistência que visa a permanência do *status quo*, fazendo com que determinadas corporações permaneçam a *mercê* de contidas desviantes de seu papel, ora sendo objeto de desmandos estatais, ora servindo a desvios de funções de corporativistas.

Modificar, significativamente, antigos e distorcidos hábitos não requer apenas bastante habilidade e força de vontade de quem se propõe a fazê-lo. Também necessita que haja uma reestruturação de toda a estrutura social que contextualiza as atividades policiais, uma tomada de consciência, uma revisão profunda de posicionamentos, pois, como expressa

Forjadas, desde sua criação, como braço armado do Estado e executoras de seus interesses, as instituições policiais vivem hoje um conflito de identidade, em busca de autoafirmação dentro do novo papel exigido por um estado democrático de direito. (SILVA, 2003, p. 21).

Embora o Brasil tenha saído dos porões do autoritarismo, há mais de vinte anos, esse período deixou marcas indeléveis na sociedade. Contudo, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) não esteve alheia aos apelos da sociedade e, em busca da concretude das pretensões da formação de um novo policial, a Matriz Curricular Nacional (MCN) foi criada, em 2004. Como está afirmado em Brasil (2006, p. 7), no que concerne os seus preceitos normativos, estes vem fundamentar "a concepção das ações formativas para os profissionais da área de segurança pública, dos quais se pode destacar os Direitos Humanos e a Cidadania, são referenciais éticos normativo-legais e práticos".

Assim, percebe-se a preocupação governamental em modificar, desde o momento da formação e do aperfeiçoamento dos policiais, a inserção dos conceitos e das práticas que guiaram suas atitudes profissionais. É importante ressaltar, também, a instituição da Polícia Comunitária, que vem sendo apresentada, em muitas corporações, como a luz que faltava no final do túnel da escurecida Segurança Pública.

O policiamento comunitário é uma das poucas unanimidades hoje encontradas na esfera da segurança pública. Policiais e acadêmicos, jornalistas, governantes e ONGs, todos parecem ver a idéia com simpatia. [...] Passando por uma crise de legitimidade em diversos países que transitam do autoritarismo a democracia, as polícias latino-americanas – vistas frequentemente como ineficientes no combate ao crime e violentas no trato com a população – vem abraçando com entusiasmo o modelo comunitário de policiamento, numa tentativa de recuperar prestígio. (KAHN, 2002, p. 7).

Em nosso país, tem-se bons exemplos de atuação das polícias comunitárias, sendo conhecidas como Projetos de Policiamento Comunitário, Policiamento Interativo, Policiamento Solidário ou Polícia Cidadã. Quase todos estes surgiram nas polícias militares de cada Estado, diferenciando-se, seja na abrangência, seja na parte doutrinária. Todavia, pode-se afirmar que esse tipo de policiamento tem como finalidade a prevenção da criminalidade, crendo, também, que a preservação da integridade do infrator, além de uma imposição legal, não é sinônimo de obstáculo à eficiência do trabalho policial. Outro item bastante significativo para o sucesso da implantação do Policiamento Comunitário é conscientizar a população de que sua participação é de suma importância nesse processo. Portanto, não se deve, unicamente, delegar aos investimentos na repressão policial a solução do grave problema social.

Essa ponderação argumentativa, constituída pelo encadeamento evocado da fundamentação teórica expressa nesta pesquisa torna possível entender a metodologia empregada para sua consecução, como adiante se demonstra.

4 ANÁLISE DA ORIGEM, *MODUS OPERANDI* E MANIFESTAÇÕES DO CRIME ORGANIZADO NA PARAÍBA

Este capítulo foi estruturado, objetivando-se apresentar os resultados de análise obtidos, abordando-se, de maneira crítica e reflexiva, o enfoque realizado sobre a origem, o *modus operandi* e a ocupação territorial das facções criminosas Al-Qaeda e Estados Unidos, na Paraíba, mais precisamente, na Região Metropolitana de João Pessoa. Assim sendo, as seções que se seguem foram ordenadas da seguinte ordem:

- a) Fatos jornalísticos que abordam o *modus operandi* das duas facções criminosas na Paraíba, veiculados na mídia nacional;
- b) Fatos jornalísticos que abordam o *modus operandi* das duas facções criminosas na Região Metropolitana de João Pessoa, veiculados na mídia local;
- c) Organização retórica dos fatos jornalísticos envolvendo a atuação das duas facções criminosas, detalhando cada abordagem.

4.1 AS MANIFESTAÇÕES DO CRIME ORGANIZADO PARAIBANO PELA ANÁLISE DOS FATOS JORNALÍSTICOS

No caderno cotidiano do jornal “**A Folha de São Paulo**”, publicado no 25 de outubro de 2011, (**Anexo A**), aborda-se a existência das facções criminosas “Al-Qaeda e Estados Unidos”, como organizações criminosas rivais e inimigas entre si, surgidas no interior das penitenciárias paraibanas; ambas agem e disputam o controle do tráfico de drogas no Estado, apontando, também, que, comumente, tais crimes são orientados pela facção criminosa, Primeiro Comando da Capital (PCC), que atua dentro e fora das penitenciárias do Estado de São Paulo.

Na Paraíba, inicialmente, observou-se a associação com um dos grupos criminosos locais, os “Estados Unidos”, que oferecem pessoal e recebem, em troca, armas, *know-how* e drogas.

A Al-Qaeda e os Estados Unidos são inimigos na Paraíba. Batizadas com os nomes do grupo terrorista islâmico e seu principal oponente, as duas facções agem a partir dos presídios e disputam o controle do tráfico de drogas no Estado. A atuação desse tipo de facção criminosa, que controla o crime a partir de presídios, não se restringe ao Estado da Paraíba ou São Paulo, com o PCC. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011, p. 01).

Tal migração se deu, provavelmente, pela repressão sofrida pelo PCC, em 2006, após os ataques determinados pelas lideranças do PCC no Estado de São Paulo, bem como atribui-se a ampliação do comércio do tráfico com a busca por novos mercados e a mudança em sua hierarquia.

Em geral, os novos aliados são recrutados no interior dos presídios por integrantes do PCC oriundos de outros Estados, que foram transferidos ou presos na região, para atrair os possíveis novos integrantes; a facção propicia apoio jurídico e financeiro para parentes, e, quando isso não é suficiente, utiliza-se da violência e de ameaças para atingir seus objetivos.

O “**Portal Correio**” destacou em sua página principal no dia 28 de fevereiro de 2012 (**Anexo B**) uma matéria jornalística de entrevista com o Promotor de Justiça Herbert Carvalho e com o Delegado Murilo Terruel, a qual demonstra a rivalidade entre as facções “Al Qaeda” e “EUA”, bem como a atuação destas na Região Metropolitana da Capital paraibana.

Conforme Bezerra (2012), o surgimento da “Al Qaeda” se deu há aproximadamente dez anos; a ideia nasceu de um grupo de presos, com o intuito de estabelecer o controle dos pontos de tráfico de drogas em determinados bairros e comunidades de João Pessoa e, para isso, usavam de extrema violência, inspirados nas ações do grupo terrorista islâmico, “Al Qaeda”, que também é chamada de “Okaida”.

Ao abordar o titular da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Polícia Civil, Alan Murilo Terruel, a autora afirma:

"A ideia da Al Qaeda se alastrou e virou até funk. Eles se inspiraram no Osama Bin Laden e pretendiam realizar ações kamikazes", diz Terruel. A facção se propagou por alguns bairros de João Pessoa, como Mandacaru, São José, Novais, Alto do Mateus e Ilha do Bispo, e nestes locais uma estrutura de tráfico de drogas.

O grupo, segundo as investigações, vendia de 20 kg a 30 kg por semana de crack, droga fornecida pelo PCC (Primeiro Comando da Capital), organização que age nos presídios de São Paulo.

No ano passado, após sucessivas ações da polícia para reprimir o tráfico, integrantes da Al Qaeda chegaram a promover badernas na cidade, como a queima de dois ônibus. Um de seus principais líderes, criminoso conhecido como Fão, acabou transferido para o presídio federal de Porto Velho (Rondônia).

O delegado aponta como simbologia de identificação dos integrantes da Al Qaeda a tatuagem de palhaços (bobo da corte) e o boneco Chuck, do filme "Brinquedo Assassino". Segundo ainda essa autoridade policial, outra característica desta facção é o recrutamento do que ele denomina "Exército de Viciados", onde são aliciados jovens consumidores de drogas para trabalhar para o tráfico e, como pagamento pelos serviços prestados, eles recebem entorpecentes para suprir seus vícios, admitindo-se, para tanto, crianças e adolescentes.

Desenho 1 – Símbolos das facções criminosas da Paraíba



Fonte: Portal Correio (2011).

Foto 1 – Símbolos das facções criminosas da Paraíba



Fonte: Arquivos pessoais do autor (2014).

No tocante ao ingresso na facção, afirma o promotor Herbert Carvalho, do Grupo de Combate às Organizações Criminosas (GAECO), que se faz necessários os postulantes passarem por um "ritual de iniciação", onde devem cometer um homicídio, principalmente, com devedores do tráfico, podendo, por vezes, quando não existem alvos específicos, qualquer outra pessoa pode ser morta.

Seguindo o modelo do PCC, a "Al Qaeda", desafiando a polícia, passou a demarcar o território com frases do tipo, "Não entre. Vai levar bala", picharam a sigla do grupo, OKD, no muro de um dos colégios, determinando o fechamento destes, sob a ameaça de incendiá-los, como também passaram a promover badernas na cidade e incendiaram dois ônibus, em represália à transferência de um de seus líderes para um presídio federal.

Foto 2 – Marca da Al Qaeda no Polo da UFPB Virtual



Fonte: Arquivos pessoais do autor (2014).

No entanto, a aproximação da "Okaida" com o PCC foi quebrada em 2010, quando da morte de um integrante da facção paulista, no Bairro São José, reduto da OKD, com quem foi encontrado um estatuto do grupo criminoso paulista.

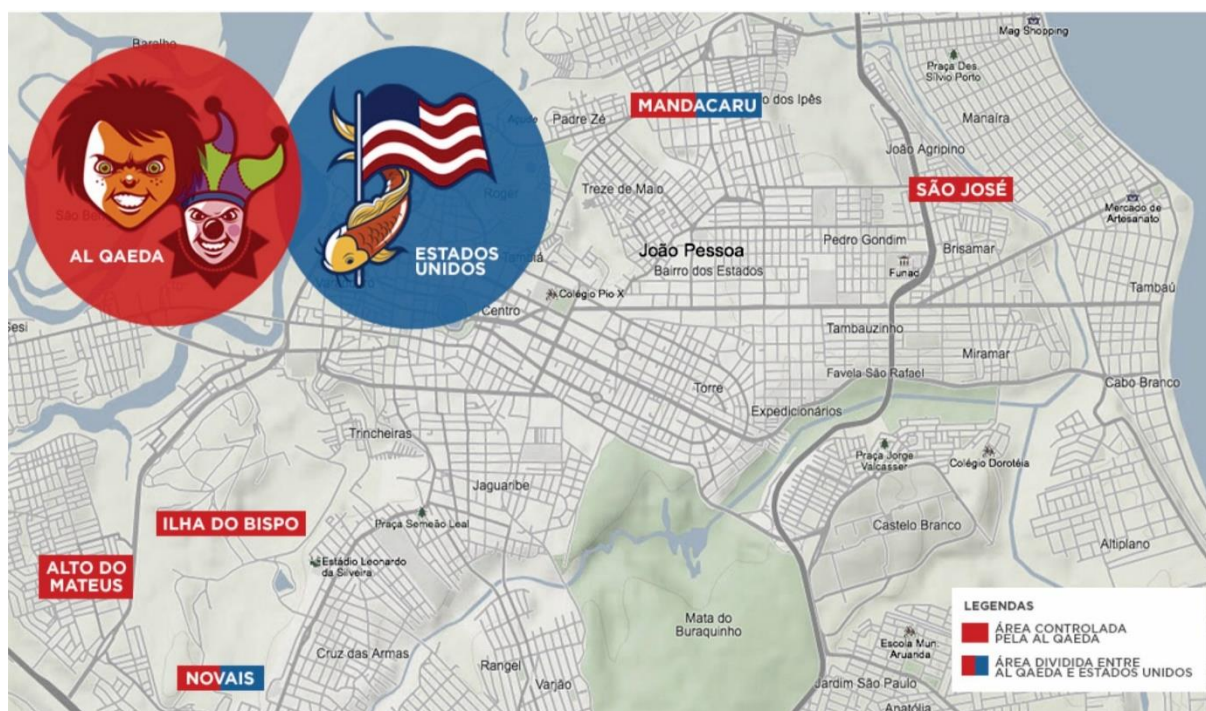
Bezerra (2012), ao interpelar o Delegado Alan Murilo Terruel sobre a outra facção criminosa denominada Estados Unidos, observou que esta surgiu posteriormente à Al Qaeda, não havendo, no entanto, uma data exata para seu aparecimento.

Seu objetivo é, tão somente, fazer frente aos inimigos da Al Qaeda. Assim, como o líder da OKD, também o da facção criminosa EEUU, conhecido como

Alexandre Neguinho, atualmente, encontra-se cumprindo pena no presídio federal de Porto Velho-RO.

Os EEUU atuavam, principalmente, em Mandacaru, dividindo o território com a facção inimiga, e também na comunidade Bola na Rede, no Bairro dos Novais. Como demonstração de força, esta facção pintou a bandeira dos EUA em pontos estratégicos dessas comunidades, como se pode observar na figura a seguir:

MAPA 1 – Distribuição territorial das facções criminosas Al Qaeda e Estados Unidos



Fonte: Portal Correio (2011).

Assim como a OKD, os Estados Unidos recrutam menores para trabalharem no tráfico e marcam seus corpos com a tatuagem de uma carpa japonesa (espécie de peixe), demonstrando, com isso, a ruptura da aliança do PCC com a OKD e a provável união com os Estados Unidos.

Observa-se que o PCC não domina as áreas de venda de drogas de João Pessoa, como ocorre em São Paulo e em alguns outros Estados nordestinos, dada a violência empregada pelas facções paraibanas, o que, ao entender da liderança do PCC, prejudicam as vendas, pois, desta forma, estimula ação repressiva da polícia paraibana. Para tanto, o PCC busca, segundo informações do Promotor Herbert Carvalho e do Delegado Murilo Terruel, modificar o *modus operandi* das facções,

implementando uma nova linha de comando na cidade, o que não conseguiu ainda, como demonstrou a jornalista e autora do texto.

"Os 'americanos' comercializam até mesmo o OXI. Há cobrança de dívidas de drogas que chegam a culminar com mortes", disse o promotor Herbert Carvalho.

No último dia 16, dois homens foram presos em Mandacaru suspeitos de terem matado um adolescente de 14 anos. Um deles tinha a bandeira norte-americana tatuada na perna e disse à polícia ser inimigo da Al Qaeda.

Outros confrontos entre integrantes dos dois grupos resultaram em mortes no Mandacaru, na comunidade Bola na Rede (que fica no bairro dos Novais) e também na localidade de Taipa, no bairro Costa e Silva. Na Bola na Rede, a Al Qaeda expulsou os rivais. (BEZERRA, 2012, p. 01).

Segundo informa a autora, "O Portal Correio", em julho de 2011, teve acesso com exclusividade, aos *funks* que fazem apologia à facção denominada Estados Unidos, com o título "Manos 50", antiga denominação desta facção. "Os parceiros da Ilha do Bispo vão invadir o Alto e o bairro vai ser do Afeganistão. A guerra está lançada EUA x Al Qaeda", afirma letra criminosa.

O "**Jornal do Comércio**" de Pernambuco, em sua edição *on-line*, publicada no dia 15 de maio de 2013 (**Anexo C**), apresenta uma entrevista com o Delegado de Polícia Civil da Paraíba, Alan Murilo Terruel, à época, titular da Delegacia de Repressão a Entorpecentes, onde a referida autoridade policial afirma que não se sabe ao certo em que momento surgiram tais organizações criminosas; estima-se, portanto, o período temporal de uma década.

Ao abordar sobre a Al-Qaeda, aponta Sarmiento (2012) que essa facção, na Paraíba, tornou-se conhecida como "Okaida" e também pela sigla (OKD), adotando, não só o nome do famoso grupo terrorista internacional e movimento radical islâmico, como também algumas de suas práticas violentas.

A "Okaida", conforme afirma a reportagem, inicialmente, tem sua ocupação territorial no bairro de Mandacaru, localizado na Zona Norte da cidade; no Bairro São José, na Zona Leste, e nos Bairros dos Novais, Alto do Mateus e Ilha do Bispo, situados na Zona Oeste da capital paraibana.

Seus integrantes são identificados pelas tatuagens de um "Bobo da Corte" ou do personagem do filme "Brinquedo Assassino", o Chucky. Suas práticas criminosas assemelham-se às das facções do Sudeste do país, quando observou-se que, em meados de 2011, esta facção promoveu alguns atos de vandalismo em João Pessoa, como o incêndio de alguns ônibus, bem como obrigaram algumas escolas a

suspenderem as aulas, sob a ameaça de incendiá-las, em represália à transferência de seus líderes presos, para o sistema penitenciário federal, mais precisamente, para o Presídio Federal de Porto Velho-RO.

Após ações repressivas da polícia, a Okaida chegou a promover quebra-quebra em João Pessoa em meados do ano passado. Bandidos ligados ao grupo queimaram dois ônibus. No dia 21 de junho, o principal líder da Al-Qaeda, André Quirino da Silva, mais conhecido como Fão, e outros sete criminosos foram transferidos para o presídio federal de Porto Velho, em Rondônia. Entre eles, Alexandre Neguinho, um dos chefes da gangue inimiga. Três meses depois, três escolas na capital suspenderam suas aulas após boatos de que as instituições de ensino seriam incendiadas por traficantes da Okaida. (SARMENTO, 2012, p. 1).

Algum tempo depois, observa-se o surgimento da outra facção criminosa, denominada “Estados Unidos”, iniciando-se, então, a disputa territorial e o controle do tráfico de drogas nos Bairros dos Novais e Mandacaru. Os “Estados Unidos” associaram-se ao Primeiro Comando da Capital (PCC), utilizando-se, inclusive, dos símbolos e dos sinais característicos da facção criminosa que atua dentro e fora dos presídios paulistas, ou seja, os “Estados Unidos” utilizam tatuagens, como a “Bandeira Americana” e, seus líderes, como ocorre também com o PCC, tatuam “Carpas” como forma de identificação.

[...]. Os Estados Unidos logo surgiram para fazer frente e dar início a um confronto que, a julgar pela nomenclatura, tem um quê de megalomania. As comunidades de Mandacaru e Novais passaram a ser disputadas entre as gangues rivais. Os membros dos Estados Unidos, a exemplo dos inimigos, têm sinais característicos: usam tatuagens com a bandeira americana ou desenham carpas, espécie de peixe, também adotadas por líderes do Primeiro Comando da Capital (PCC), organização criminosa que age nos presídios de São Paulo.

O delegado afirma que os Estados Unidos viraram uma espécie de filial do PCC na Paraíba. Os traficantes do grupo recebem em torno de 50 quilos de crack por mês da quadrilha paulista, conforme investigações da Polícia Civil. (SARMENTO, 2012, p. 1).

Em sua entrevista a Sarmiento (2012), o Delegado Murilo Terruel aponta que ambas as facções recrutam viciados, geralmente endividados com narcotráfico, por vezes, são crianças e adolescentes, tendo como ritual de iniciação e de aceitação na facção a prática de um homicídio.

Assim, como as facções criminosas que atuam no Sudeste do país, a “Okaida” e os “Estados Unidos”, segundo essa autoridade policial, nasceram no interior das

penitenciárias paraibanas, empregando a mesma doutrina e *modus operandi* do PCC em São Paulo e CV no Rio de Janeiro, empregando um padrão claro que dê muito sofrimento, intimidando, coagindo e matando aqueles que se opõem; assim, a conquista de adeptos funda-se por meio da força e, em alguns casos, na forma de autossobrevivência.

Nota-se, deste modo, na formação das facções criminosas, em especial, a “Okaida” e os “Estados Unidos”, a existência de uma graduação hierárquica e o ingresso e a aceitação de seus integrantes, contam com requisitos subjetivos ligados à moral de cada componente. Demonstra-se, com isso, o respeito entre a cúpula do crime, mostrando-se, portanto, com uma complexa organização, com comandos descentralizados, investimentos e aquisições de armas de guerra e, por vezes, utilizam-se da corrupção de políticos e de agentes públicos para a consecução de seus objetivos.

A atenção das autoridades de segurança pública paraibanas com criminosos da OKD e EUA não se encerra com as prisões. As facções nasceram nas unidades prisionais e, até hoje, a rivalidade se perpetua dentro das cadeias do Estado, sobretudo na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, conhecida como Presídio do Roger, onde tudo surgiu. Em outubro, embate entre as gangues no Roger resultou em uma rebelião que deixou dois detentos mortos e 13 feridos. No mesmo mês, outro preso já havia sido esquartejado. Embora fiquem em celas separadas, os rivais acabam eventualmente se encontrando nos banhos de sol e nas refeições. A Polícia Civil afirma que haveria até detentos das duas facções em presídios pernambucanos. (SARMENTO, 2012, p. 1).

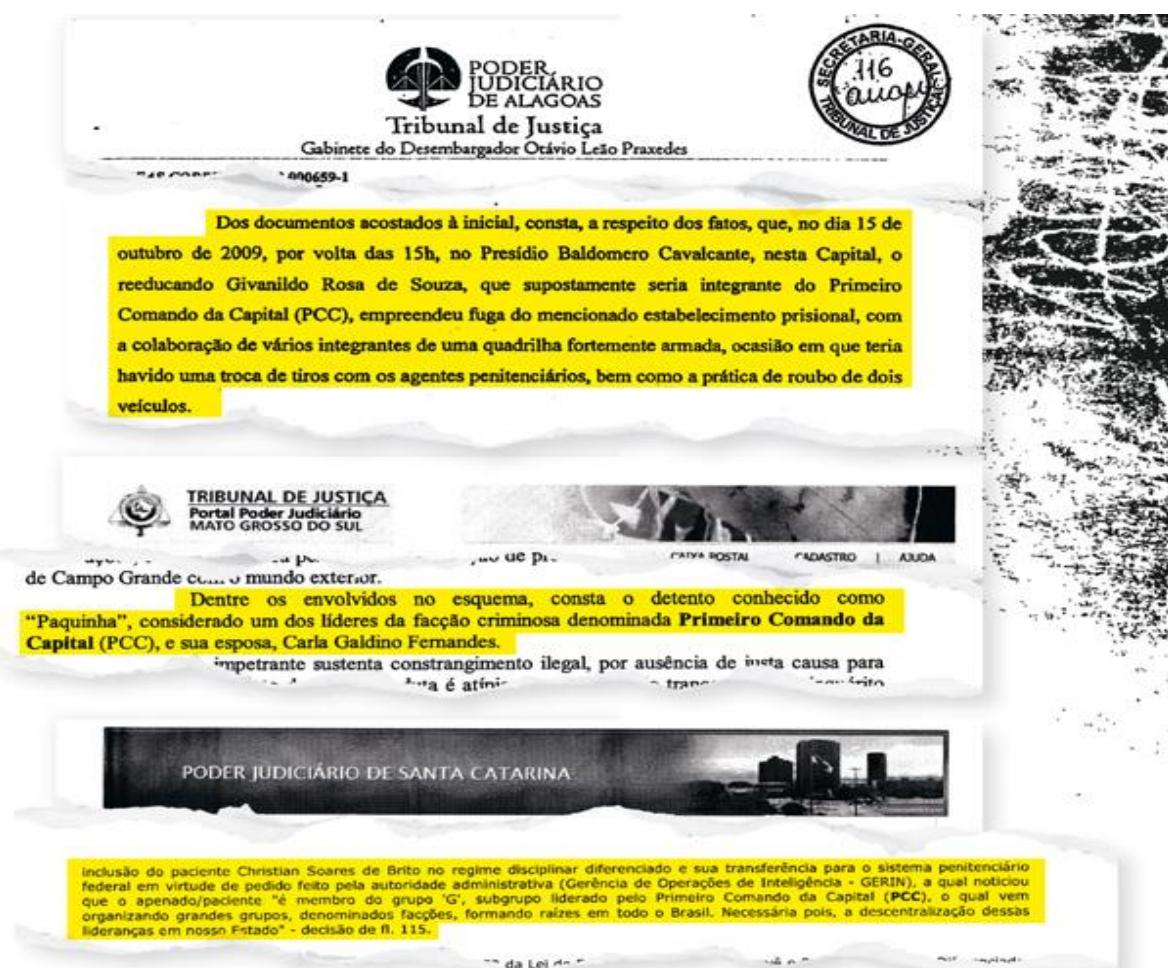
Atualmente, na paraíba, infelizmente, observa-se a dura realidade das organizações criminosas que tomaram proporções absurdas, e que o grande conflito concentra-se em quem vai exercer tal comando, monopolizando, quando for conveniente, a violência. Diante deste cenário, o Estado da Paraíba contempla o caos formado, ante ao crescente aumento no número de homicídios, ocasionando, com isso, uma grande sensação de insegurança na população.

Outro fator que, provavelmente, tenha possibilitado o surgimento e o fortalecimento do crime organizado na Paraíba se apresenta na diferença de entendimento dos gestores responsáveis pelo Sistema de Segurança Pública, dificultando as tomadas de decisões e a implementação de políticas públicas relativas ao enfrentamento das facções criminosas, propiciando, com isso, o fortalecimento das atividades criminosas das facções, tanto dentro, quanto fora dos presídios.

No dia 28 de fevereiro de 2012, o “**Portal Correio**”, através da jornalista Pollyana Sorrentino, mostra que a cúpula da segurança pública paraibana, ainda nos dias atuais, continua minimizando as ações das duas facções criminosas, atribuindo imprensa no entendimento de Sorrentino (2012) a espetacularização das ações criminosas da “Okaida e Estados Unidos”. **(Anexo D)**,

Na revista eletrônica “**Isto É independente**”, em seu caderno comportamento, foi publicada uma matéria intitulada “PCC rompe fronteiras”, assinada pelo jornalista Flávio Costa, **(Anexo E)**, onde observa-se a expansão da facção criminosa paulista, passando essa a atuar em todo o território nacional, conforme análise de documentos oriundos da Justiça, forçando, com isso, a busca por uma união de forças, visando impedir o crescimento das ações do PCC.

Retrato 1 – Recortes de documentos oriundos da justiça



OFICIAL Processos criminais em tribunais de Justiça indicam presença dos membros do PCC em Estados como Alagoas, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina

Fonte: Isto É Independente (2012).

Afirma Costa (2012) que integrantes do PCC passaram a assaltar bancos na Região Nordeste, momento em que passaram a distribuir armas e drogas para os criminosos locais.

Aponta o autor que a convivência intramuros das penitenciárias, entre os componentes do PCC e os criminosos dos demais Estados da Federação, é a principal forma de contato, o que ocorre, tanto nos presídios estaduais, quanto nos federais, sugindo, assim, o que o autor da matéria jornalística denominou “franquias do crime”, estabelecendo-se, assim, as parcerias criminosas nas diversas regiões brasileiras.

[...]. Com essa aproximação, nos últimos anos surgiram espécies de franquias do crime, a exemplo da Comissão da Paz, na Bahia, ou Al-Qaeda, na Paraíba. Não significa que o PCC domina o submundo desses locais, e sim que exerce influência por meio de parcerias criminosas. Somente este ano, operações da Polícia Federal prenderam membros da quadrilha no Acre, Pará e em Mato Grosso do Sul.

Os primeiros sinais de expansão do PCC foram detectados oficialmente na CPI do Tráfico de Armas, em 2006, quando surgiu a informação de que o líder do grupo, Marcos Williams Herbas Camacho, o Marcola, havia designado o traficante Sidnei Romualdo, paraibano criado em Diadema (SP), para liderar as ações no Nordeste. Ele foi preso em Pernambuco, mas a expansão não se deteve. (COSTA, 2012, p. 01).

Observa-se, também, em Costa (2012), que o PCC, após a série de atentados orquestrados por seus líderes do interior dos presídios paulistas, conquistou notoriedade nacional, excetuando-se o Estado do Rio de Janeiro, onde o Comando Vermelho (CV) não admite ingerência.

Para o autor, o PCC buscou dominar Estados cruciais que servem como rota para a entrada de drogas e de armas no País, como o Paraná, o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, o que os transformaram no maior fornecedor para as facções no Norte e no Nordeste do Brasil.

Existe outra modalidade de aproximação entre o PCC e a bandidagem local: o ensinamento de técnicas criminosas por especialistas de São Paulo. Em maio, o líder de uma quadrilha de assaltantes de caixas eletrônicos em Santa Catarina, José Luiz Freitas, 34 anos, recebeu treinamento de colegas paulistas em um sítio em Itajaí. Obteve também armamento, munição e o TNT em gel para explodir os terminais. Freitas entrou para o grupo há quatro anos. “Parte do dinheiro arrecadado nas ações, que variava de 40% a 50% do valor de cada roubo, era enviado ao PCC”, diz o delegado Diego Azevedo, que o prendeu. Em Santa Catarina, documentos da Justiça estadual revelam que foi criado, há pelo menos sete anos, o Primeiro Grupo Catarinense, ligado à cúpula do PCC. (COSTA, 2012, p. 01).

Percebe-se, portanto, nas ações dessas organizações criminosas, uma semelhança com as desenvolvidas pelo PCC, fruto do treinamento e do apoio da facção paulista no ensinamento de técnicas criminosas, o que propicia o enfrentamento entre *gangs* rivais, travando-se verdadeiras guerras urbanas, ocasionando, também, o aumento no número de homicídios.

Na Paraíba, observa-se exatamente essa guerra urbana. O jornalista Reynaldo Turolo Junior, no dia 17 de março de 2013, mostra em sua matéria jornalística para o caderno cotidiano do jornal “**Folha de São Paulo**”, (**Anexo F**), que, no Bairro do Valentina de Figueiredo, integrantes de um condomínio popular, invadiram outro condomínio e executaram um adolescente que, segundo seus vizinhos, não tinha qualquer envolvimento com o tráfico de drogas, nem com quaisquer facções criminosas, no entanto, segundo Turolo Junior (2013), ele foi morto para que os algozes não perdessem a viagem.

No “**Portal Correio**”, o jornalista Hyldo Pereira, no dia 20 de julho de 2012, aborda em sua matéria jornalística a crueldade e a violência descabida dos integrantes das facções criminosas que agem dentro e fora dos presídios paraibanos.

Mostra Pereira (2012) que, aproximadamente dez integrantes da facção “Estados Unidos”, chegaram de canoa, na comunidade Livramento, situada no Município de Santa Rita, na Região Metropolitana de João Pessoa, para assassinar um adolescente, provável integrante da organização criminosa rival, “Al Qaeda”; não o encontrando, mataram seu pai e ainda espancaram uma criança de 10 anos de idade. (**Anexo G**).

Em seguida, serão analisadas e, posteriormente, discutidas as entrevistas realizadas com os gestores e com os operadores do Sistema de Justiça Criminal paraibano, dentre eles, encontram-se Oficiais e Praças da PMPB, Delegados e Agentes da Polícia Civil do Estado, como também com quatro presos que se dispuseram a responder as perguntas formuladas, sendo dois pertencentes à facção criminosa **Okaida** e dois da facção **Estados Unidos**. Em cada grupo dos sujeitos da pesquisa, buscou-se responder, quando possível, questões sobre a existência de crime organizado na Paraíba e as medidas adotadas pelo Estado para o enfrentamento de tal problema.

4.2 PRESOS DA PARAÍBA: elementos quantitativos para uma apreensão do seu universo, dos seus valores e de suas atitudes

A metodologia foi direcionada para uma pesquisa que incluísse, tanto técnicas qualitativas, quanto quantitativas. A pesquisa quantitativa teve como base um questionário aplicado no universo penitenciário paraibano e teve como objetivo, tanto captar informações sobre o universo no qual nasceram e crescem as organizações anteriormente mencionadas, mas também apreender, mesmo que indiretamente, as percepções dos apenados a respeito da prisão e do lugar nela ocupa pelos grupos estruturados que desenvolvem atividades delituosas, tanto interna, quanto externamente.

Em seguida, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro apenados que se reconhecem como integrantes das facções criminosas, sendo dois da Okaida e dois dos Estados Unidos, visando entender como surgiu, como são escolhidos os integrantes e o *modus operandi*, bem como, também foram entrevistados gestores e operadores do Sistema de Justiça Criminal paraibano, buscando a percepção desses sujeitos de pesquisa, saber como o Estado vem atuando no enfrentamento às ações dessas facções criminosas. Para a realização desse empreendimento investigativo, dada a condição do autor de policial, o que poderia suscitar tensões e situações imprevisíveis, contamos com o auxílio de assistentes sociais e suas assistentes para a aplicação dos referidos questionários.

Para efeito dos objetivos propostos neste trabalho, excluíram-se os adolescentes que compõem as facções, optando-se por entrevistar apenas os detentos maiores de 18 anos de idade, reclusos nas Penitenciárias: Desembargador Flósculo da Nóbrega (Presídio do Roger) e Penitenciária Dr. Romeu Gonçalves de Abrantes (PB1 e PB2), em João Pessoa; Penitenciária Regional Raimundo Asfora (Serrotão) e Penitenciária Jurista Angnello Amorim (Monte Santo), em Campina Grande; Penitenciária João Bosco Carneiro, em Guarabira; Penitenciária Padrão Romero Nóbrega, em Patos e Penitenciária Padrão Regional de Cajazeiras, que tiveram contato sistemático com as atividades desenvolvidas por ambas as facções, excluindo-se, também, os que se encontram, atualmente, nos regimes aberto e semiaberto.

Buscou-se, ao longo da realização desta pesquisa, refletir sobre a origem e a atuação das facções criminosas denominadas “Okaida” e “Estados Unidos” e a importância de se efetivar por parte dos agentes da segurança pública paraibana a repressão à prática nefasta dessas gangues, apontando seus reflexos na formação e no trabalho policial, no âmbito da segurança e da defesa da sociedade.

Procurando-se compreender nível de entendimento dos policiais militares e civis envolvidos na atividade fim de suas Corporações, como a violência empregada por essas facções, atinge as atividades policiais de segurança pública e defesa da sociedade paraibana, a partir da sua realidade de atuação, entendendo que esta realidade é construída pelos sujeitos que são também atores sociais deste mesmo fenômeno.

Realizou-se uma revisão de literatura, para ampará-la com estudos anteriormente realizados, bem como foi realizada uma pesquisa de campo. Relata-se, portanto, em conformidade com os ensinamentos de Cervo, Bervian e Da Silva (2007), que este estudo também se amparou em uma pesquisa bibliográfica, por inferir pontos teóricos, entendidos como sendo norteadores para o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, servindo, portanto, como orientadora dos caminhos a serem percorridos pelo pesquisador.

A pesquisa de campo foi desenvolvida em três etapas: na primeira, foi aplicado um questionário com os apenados do gênero masculino, reclusos no regime fechado, **(Apêndice A)**, para tanto, contou-se com a participação das assistentes sociais que prestam serviço nas unidades prisionais do Estado, bem como por acadêmicos do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), remunerados pelo pesquisador. Nas cidades de Guarabira, de Cajazeiras e de Patos, destaca-se a participação de três Oficiais da PMPB na Coordenação da aplicação dos questionários, a saber: Maj Givaldo, Cap Fernando e Ten Roberta, respectivamente.

Assim sendo, foi calculada uma amostragem aleatória simples sobre variáveis categóricas, segundo Samara e Barros (2002), dentre os apenados do Sistema Penitenciário Paraibano, onde, de um universo de 9.704, foram utilizados uma população de 9.147, equivalente apenas aos presos do gênero masculino, de onde foram selecionados como amostra o quantitativo de 176 sujeitos de pesquisa na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega (Presídio do Roger) e 176 Penitenciária Dr. Romeu Gonçalves de Abrantes (PB1 e PB2), perfazendo um total de

352 sujeitos em João Pessoa; 170 na Penitenciária Regional Raimundo Asfora (Serrotão) e 170 Penitenciária Jurista Angnello Amorim (Monte Santo), somando-se 340 sujeitos em Campina Grande; 120 na Penitenciária João Bosco Carneiro em Guarabira; 113 na Penitenciária Padrão Romero Nóbrega em Patos e 160 Penitenciária Padrão Regional de Cajazeiras, perfazendo, assim, uma amostra de 1.085 sujeitos de pesquisa.

A escolha desses ambientes de pesquisa se deve por serem estes o *locus* responsável pelo recolhimento e pela guarda dos apenados paraibanos em especial, onde se tem informações da presença de integrantes das facções criminosas alvo de estudo desta pesquisa.

Na segunda etapa da pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com quatro apenados, selecionados aleatoriamente, nos presídios da capital, sendo dois integrantes da facção Okaida e dois dos Estados Unidos, seguindo-se o roteiro de pesquisa. **(Apêndice B).**

Para a seleção desses sujeitos, não foi realizado cálculo amostral; esses foram escolhidos de forma aleatória dentre aqueles que estão envolvidos no serviço operacional e integram o efetivo de suas Corporações, por serem estes responsáveis pelo policiamento da Capital paraibana.

E, por fim, na terceira e última fase da pesquisa de campo, foram concretizadas entrevistas com os agentes do Sistema de Justiça Criminal paraibano, sendo: Oficiais e Praças da Polícia Militar, Delegados e Agentes da Polícia Civil, empregados na atividade operacional de suas respectivas Corporações, bem como os Diretores e os Agentes Prisionais que prestam serviços nas Penitenciárias das respectivas cidades; suas respostas foram orientadas conforme o roteiro. **(Apêndice C).**

Como já adiantou-se em partes anteriores deste trabalho, aplicou-se, com a ajuda de estagiários da área de Serviço Social, um questionário **(Apêndice A)** aos apenados do Sistema Penitenciário Paraibano. Dada a condição do autor, que é oficial da Polícia Militar e já ocupou cargos de chefia nesse mesmo sistema, seria complicada a realização dessa empreitada de pesquisa pessoalmente.

Obviamente, tem-se consciência de que essa escolha metodológica tem vieses e nuances. Termina por dar a um instrumento de recolhimento de dados inserido em um projeto que é exclusivamente uma feição de formulário institucional.

Mas, por outro lado, também nos fornece informações valiosas para reforçar o trabalho analítico que procurou-se realizar: a investigação sobre as organizações criminosas surgidas nos presídios do Estado da Paraíba.

Orientados por essa perspectiva, buscou-se inserir questões apenas indiretamente relacionadas às organizações, até por razões de estratégia de pesquisa e de responsabilidade ética com os pesquisados.

Aplicou-se o questionário em todos os presídios da Paraíba, conseguindo-se colher informações de 1.085 informantes, número acima daquele que seria recomendável do ponto de vista estatístico.

Essa opção investigativa ocorreu porque a aplicação de um questionário por amostragem poderia ser um complicador, já que suscitaria questionamentos e suspeições sobre a escolha desse ou daquele apenas para participar como informante; assim, todos poderiam participar como informantes. Embora tenha havido recusa em participar, a adesão foi significativa.

Obviamente, tem-se que levar em conta que, dada a forma como as informações circulam no ambiente penitenciário, não é demais imaginar que muitos dos entrevistados já iniciavam o momento da entrevista sabendo as questões que iriam responder.

Também por questões de segurança e para não comprometer os respondentes, procurou-se inserir questões que não implicassem em comprometimento pessoal do entrevistado ou, ainda, informações que pudessem, de algum modo, servir de instrumento de controle individual por parte da administração.

Concluída a etapa de recolhimento dos questionários, utilizou-se, para análise dos dados e dos resultados, representações gráficas acerca das questões relativas ao tema. Para o modo de apresentação dos dados, usou-se a quantificação, nos casos em que caracterizou os sujeitos e quando a quantificação acrescentar para a compreensão do problema proposto. No entanto, o esforço foi no sentido de transpor a simples descrição, buscando-se realmente acrescentar a análise ao assunto em questão.

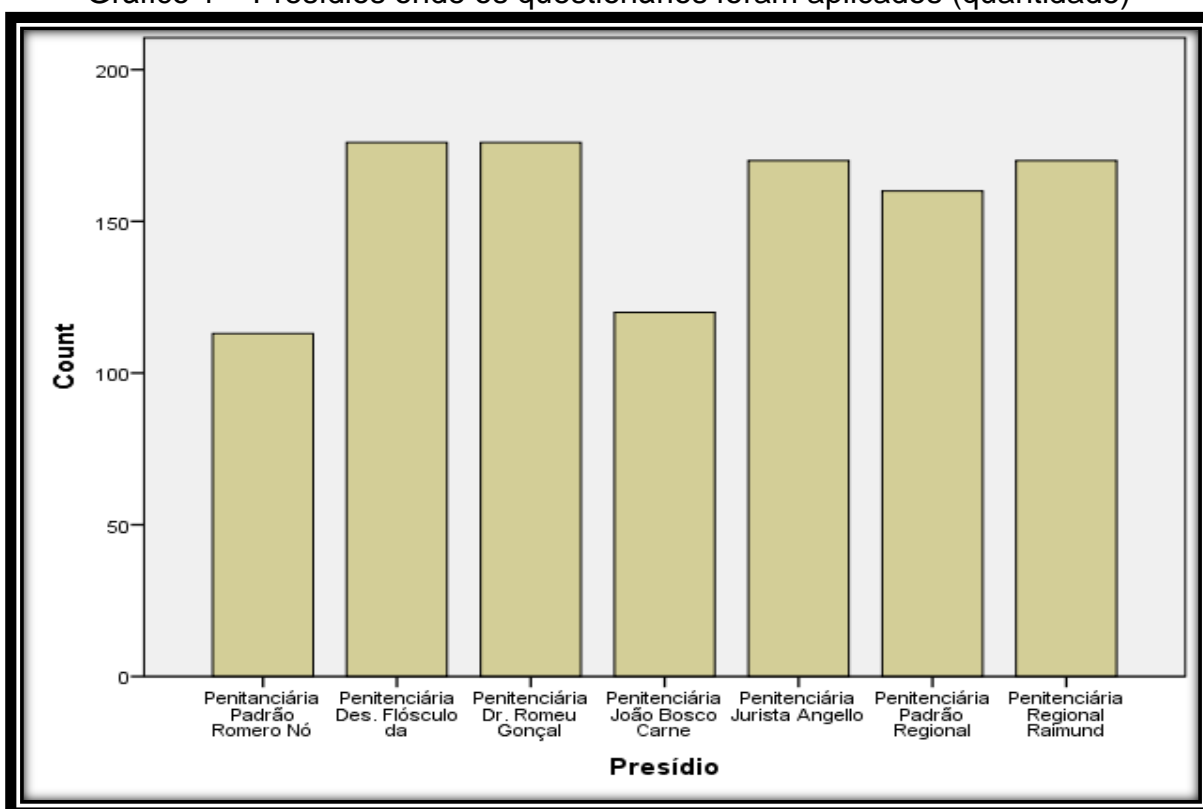
Para tanto, tabularam-se as respostas dos questionários através do programa **Microsoft Excel 2010**, pois, segundo Apolinário (2004), as informações colhidas nestes devem ser apresentadas em planilhas eletrônicas, e apresentadas em forma de gráficos, com o auxílio do programa **PASW Statistics 18**. As entrevistas foram

interpretadas através de análise de conteúdo, que tem por finalidade a busca do significado de materiais textuais a partir do processo de interpretação teórica das categorias, o que exigiu dedicação e rigor por parte do pesquisador. Cada entrevista foi analisada vertical e horizontalmente para que se possa realizar uma correlação e um diálogo entre as falas dos sujeitos.

4.3 POPULAÇÃO CARCERÁRIA DA PARAÍBA: situação, perfil e vulnerabilidade

Ressalta-se, neste estudo, algumas informações iniciais sobre os entrevistados. Posteriormente, passou-se a considerar mais detalhadamente informações que subsidiam a análise sobre as organizações criminosas que atuam na Paraíba, notadamente “Okaida” e “Estados Unidos”. Uma primeira coisa a se destacar diz respeito aos presídios e aos municípios onde os questionários foram aplicados.

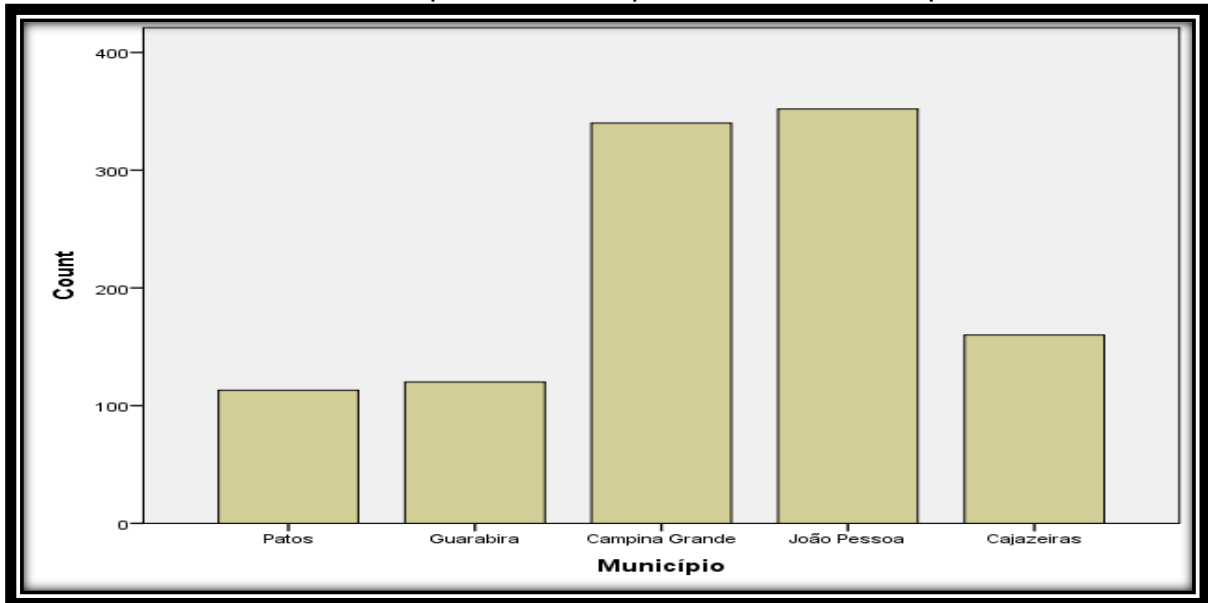
Gráfico 1 – Presídios onde os questionários foram aplicados (quantidade)



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Já em relação aos municípios onde os questionários foram aplicados, tem-se a representação expressa no gráfico abaixo.

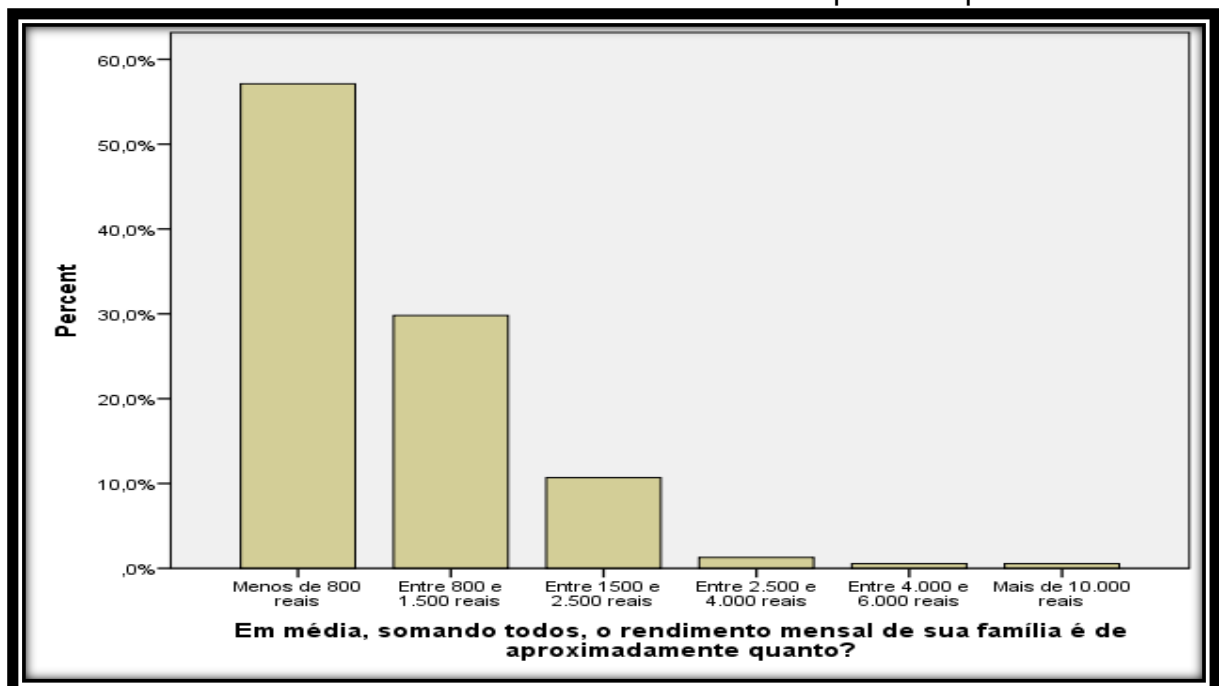
Gráfico 2 – Municípios onde os questionários foram aplicados



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Qual a origem social dessa massa carcerária? Quando acessou-se os dados do INFOPEN, observa-se um quadro que se aproxima bastante do senso comum semi-douto a respeito do Sistema Penitenciário Brasileiro: um lugar reservado aos pobres. Partiu-se, então, dessa informação inicial. É ela que se encontra condensada no gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Renda média mensal das famílias dos apenados paraibanos



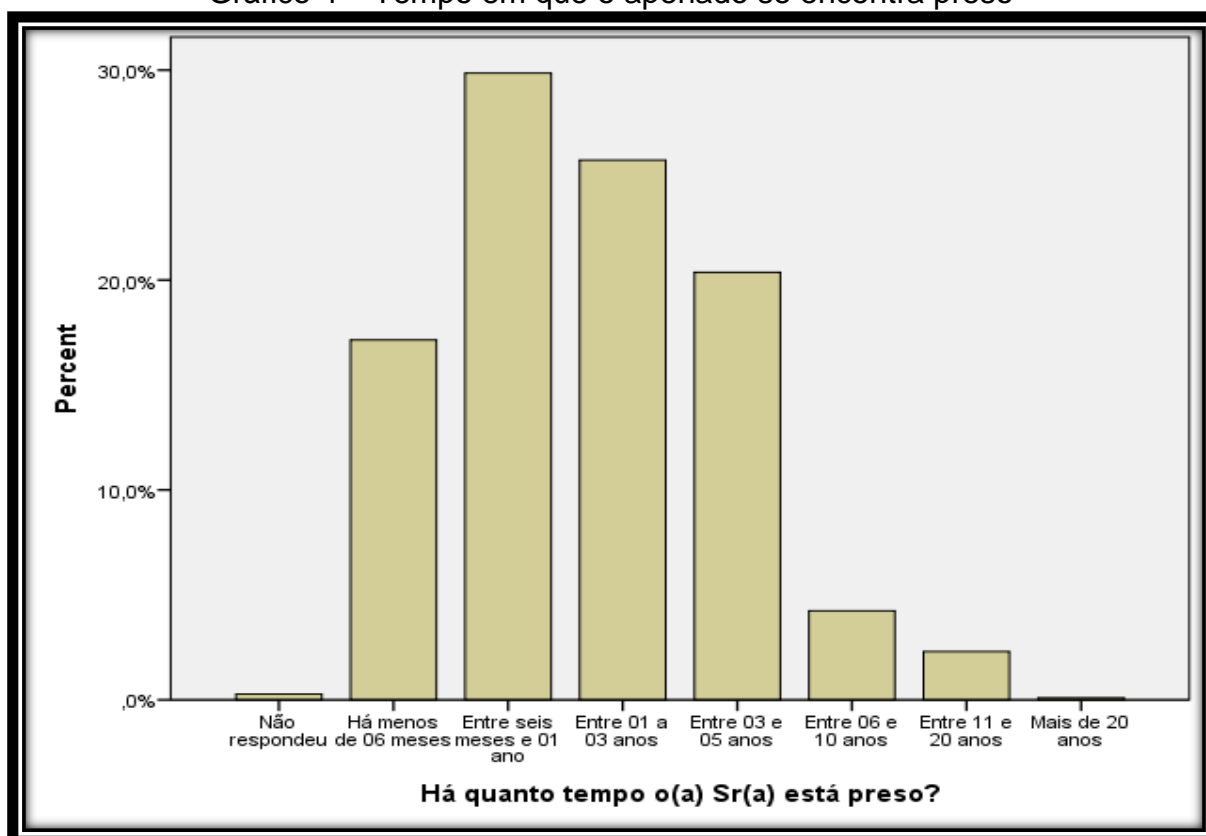
Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Como apontado mais acima, tem-se o predomínio de presos oriundos de famílias que têm rendimento médio mensal inferior a um salário-mínimo. Nessa situação, estão nada menos que 57% desses presos.

Uma informação a ser destacada analiticamente diz respeito há quanto tempo os entrevistados se encontram presos. Aqui, é interessante observar o quanto o Sistema Penitenciário Paraibano é composto por presos com poucos anos que estão condenados. O que este dado indica? Que o Sistema Penitenciário se tornou uma máquina em expansão, o que expressa que o Sistema Judiciário, ao contrário da visão predominante no senso comum, tem se tornado uma eficiente estrutura de condenação.

Esse também é um dado relevante para pensar as organizações criminosas atuantes no Estado da Paraíba. Por quê? Porque traduz, tanto uma entrada predominantemente recente no sistema, quanto um processo de renovação constante da população carcerária. Ou seja, observa-se um rodízio e uma retroalimentação do sistema, o que facilita enormemente a capilaridade social (o enraizamento das organizações nas áreas sociais mais vulneráveis) dessas mesmas organizações.

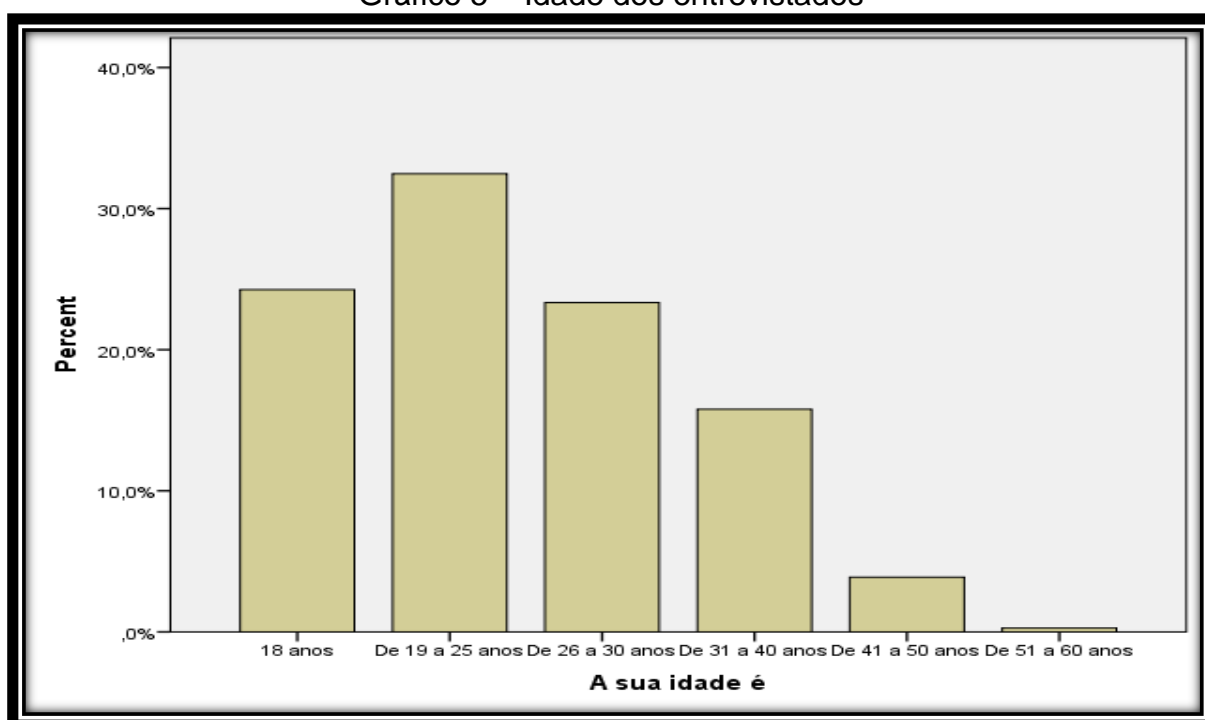
Gráfico 4 – Tempo em que o apenado se encontra preso



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Quando inquiriu-se a respeito da idade do apenado, teve-se a revelação de um quadro que é consistente com o que foi apontado no gráfico anterior. Refere-se ao fato de serem jovens com menos de 25 anos, nada menos do que 50% do total de presos no Sistema Penitenciário Paraibano. O que isto significa? Que uma parcela da juventude está sendo socializada nos presídios, onde a expressão de autoridade e o estabelecimento de normas sociais são atributos, predominantemente, das facções que dominam os presídios e que são a base de muitas das atividades delituosas desenvolvidas em território paraibano.

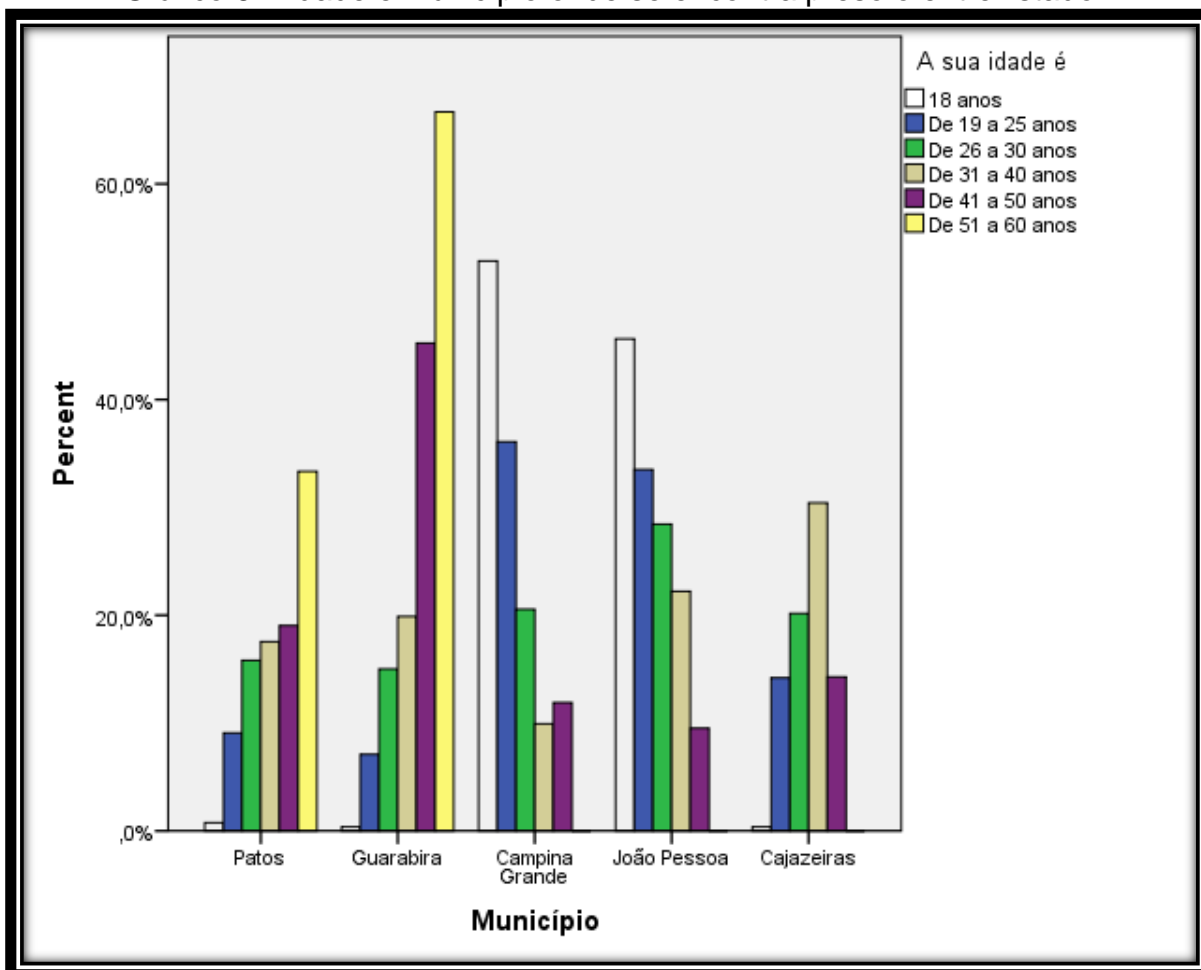
Gráfico 5 – Idade dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Quando cruzaram-se a idade dos entrevistados com os municípios nos quais se encontram presos, têm-se que as grandes cidades (João Pessoa e Campina Grande) são aquelas nas quais estão concentrados os mais jovens. Contrariamente, são nos municípios do interior (notadamente Guarabira e Patos) que se situam os presos com mais idade. Ora, como são em Campina Grande e em João Pessoa que se situam as bases operacionais, tanto da Okaida, quanto dos Estados Unidos, pode-se deduzir que a tendência é que essas se estruturam e ganhem mais e mais adesão no Sistema Penitenciário Paraibano. O gráfico abaixo corrobora o afirmado mais acima.

Gráfico 6 – Idade e município onde se encontra preso o entrevistado

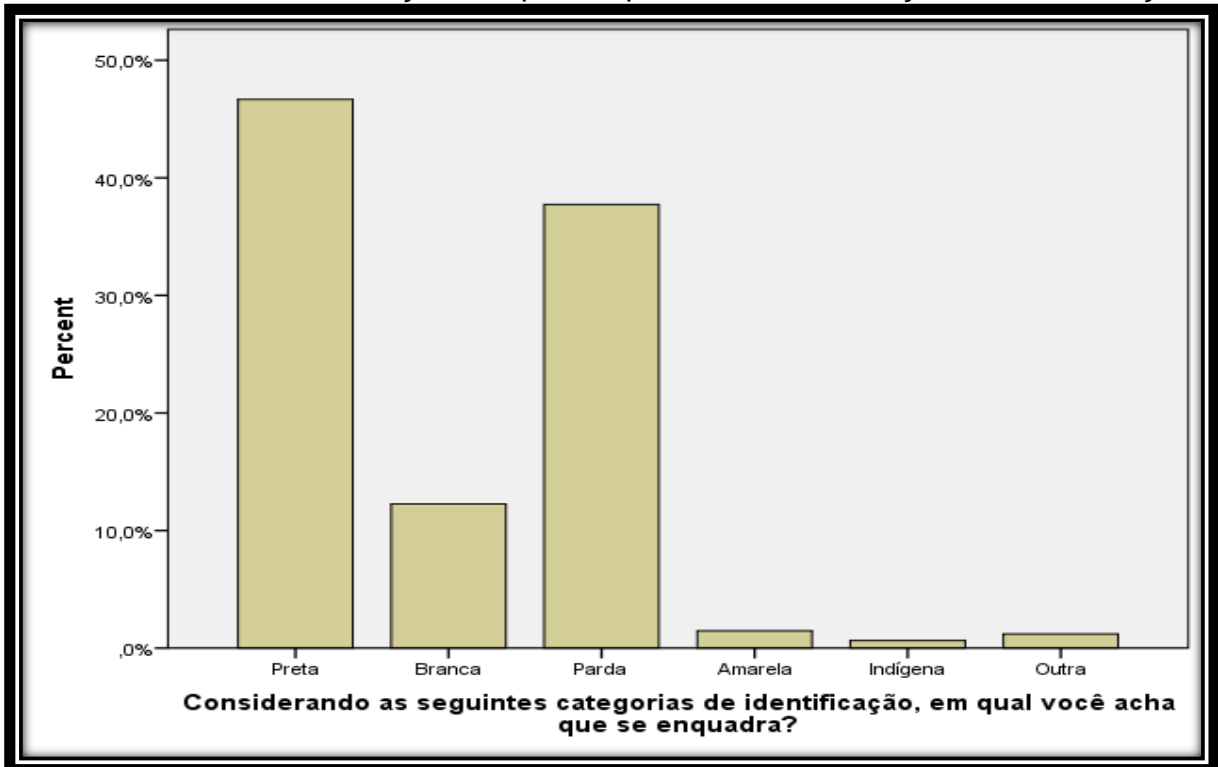


Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

A distribuição da população carcerária paraibana por raça ou por cor (segundo os critérios estabelecidos pelo IBGE em seus últimos censos) ajuda na compreensão à vulnerabilidade dessa população, quando se leva em conta que são os negros e os pardos os componentes predominantes entre as parcelas mais pobres da população brasileira.

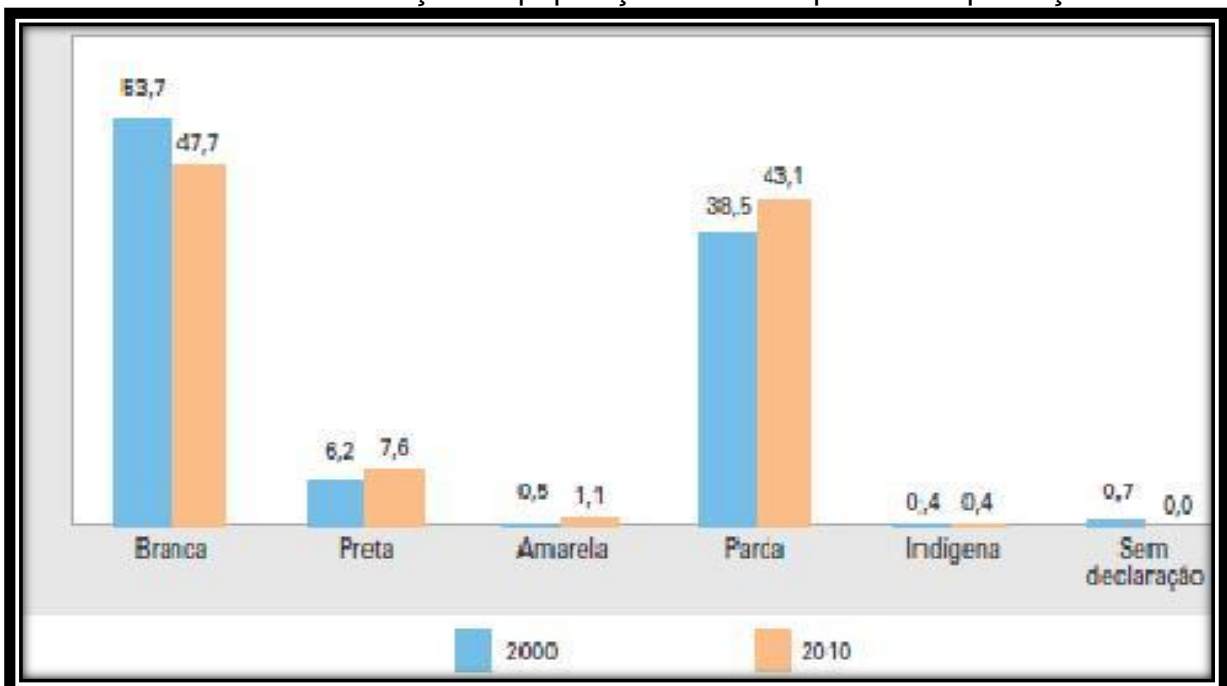
Por outro lado, é interessante observar como a composição da massa carcerária **não representa** a distribuição étnica da população brasileira. Para deixar isso claro, incluiu-se uma ilustração a respeito dessa distribuição, logo após o gráfico sobre a autoidentificação dos presos em relação à cor ou à raça.

Gráfico 7 – Autoidentificação dos presos paraibanos em relação à cor ou à raça



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Gráfico 8 – Distribuição da população brasileira por cor ou por raça

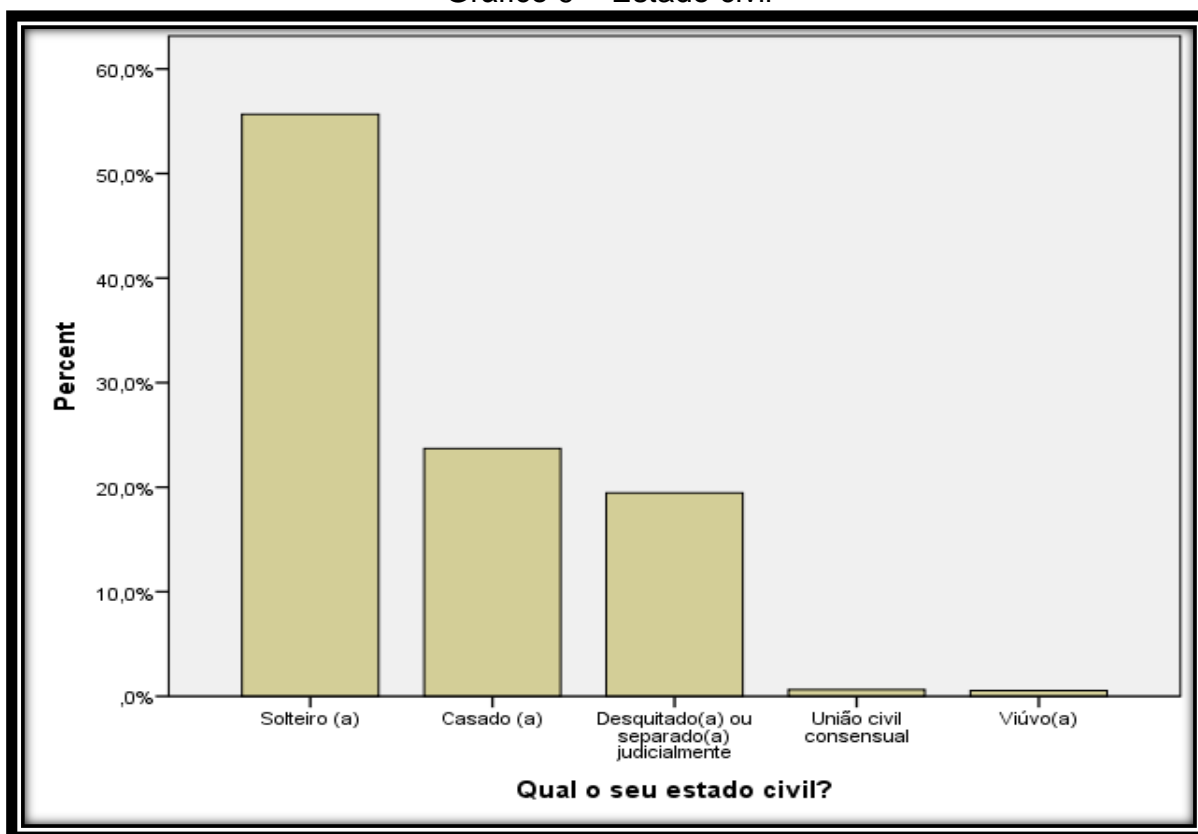


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010. (BRASIL, 2011, p. 76).

Não deixa de ser sociologicamente significativo o fato de que aqueles que se identificam como pretos no Brasil serem menos de 10%, enquanto, nos presídios paraibanos, essa parcela da população chega a quase 50%. Já os pardos, que representam 43,1% da população brasileira, constituem quase 40% da massa carcerária paraibana. E os brancos, que são 47,7% da população brasileira, são menos de 15% dos apenados paraibanos.

É significativo, no delineamento do perfil da população carcerária (e esse perfil é decisivo para diagnosticarmos a abertura dessa população para se engajar em organizações criminosas), ter-se em conta também o estado civil. Como era de se esperar, têm-se o predomínio de solteiros. E essa informação é congruente com o perfil extremamente jovem dessa massa carcerária.

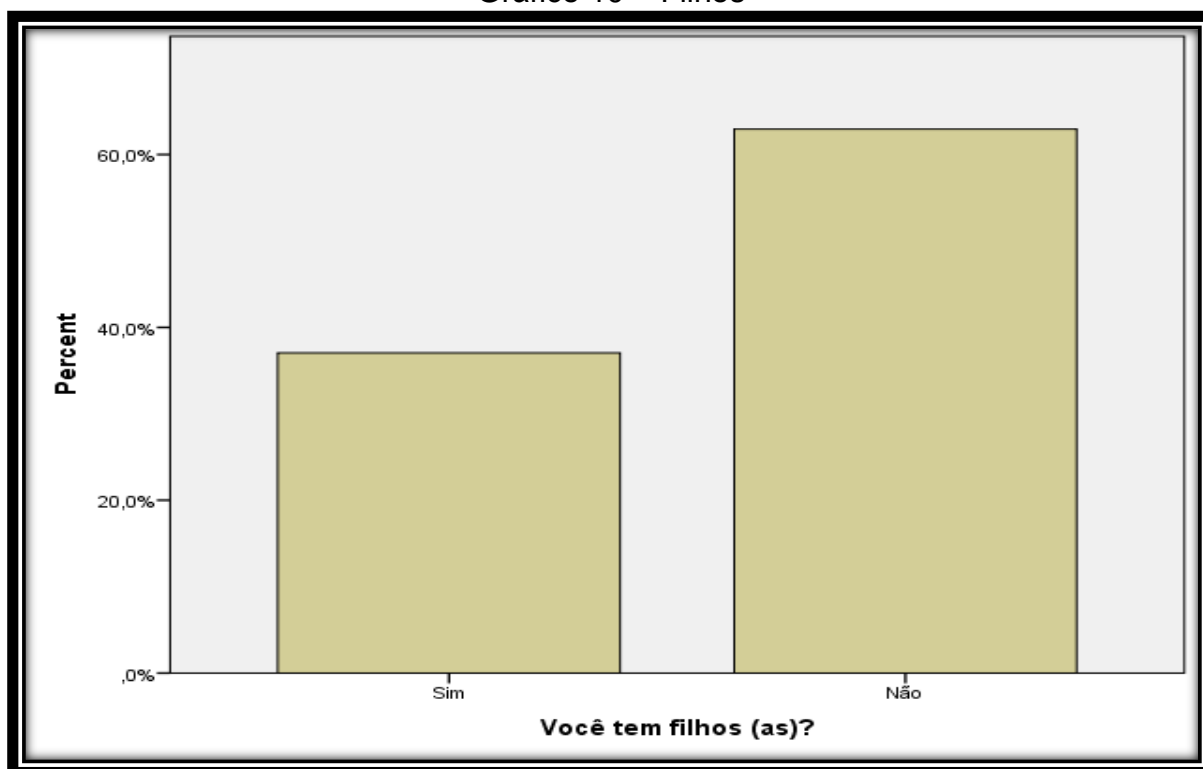
Gráfico 9 – Estado civil



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Nessa mesma direção, procurou-se saber se os apenados têm ou não filhos. Trata-se de informação importante porque, de algum modo, a existência de filhos pode se traduzir em ligações e em compromissos. Como é possível se verificar no gráfico abaixo, a maioria dos apenados não tem filhos.

Gráfico 10 – Filhos

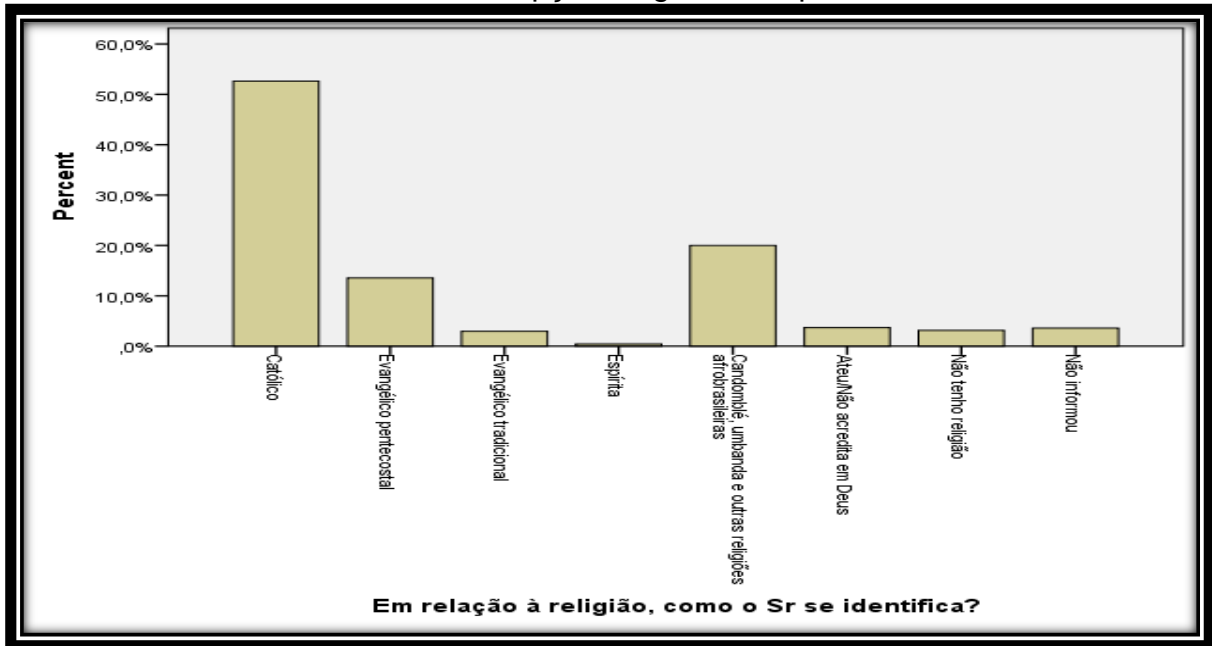


Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Ainda em relação ao perfil, vale a pena levar-se em conta as escolhas religiosas da população carcerária paraibana. Essa questão contém um problema (ou viés): questionar a escolha religiosa de hoje e não aquela da época anterior à prisão. Ora, sabe-se que a prisão implica em redefinições existenciais e isso se traduz, não interessando aqui se de forma sincera ou não, modificações na relação que as pessoas (presas) têm com o sagrado, com a religião.

Em relação a esse quesito, a pesquisa apresentou uma surpresa pelas respostas dadas. Não pelo fato de a maioria dos presos serem católicos, mas sim pelo fato de os evangélicos terem uma representação menor entre os presos paraibanos do que entre o restante da população brasileira. Igualmente surpreendente foi o significativo número de presos que se identificaram com as igrejas de matriz africana. Imaginava-se que essa parcela da população fosse bem menor do que aquela revelada pela aplicação do questionário.

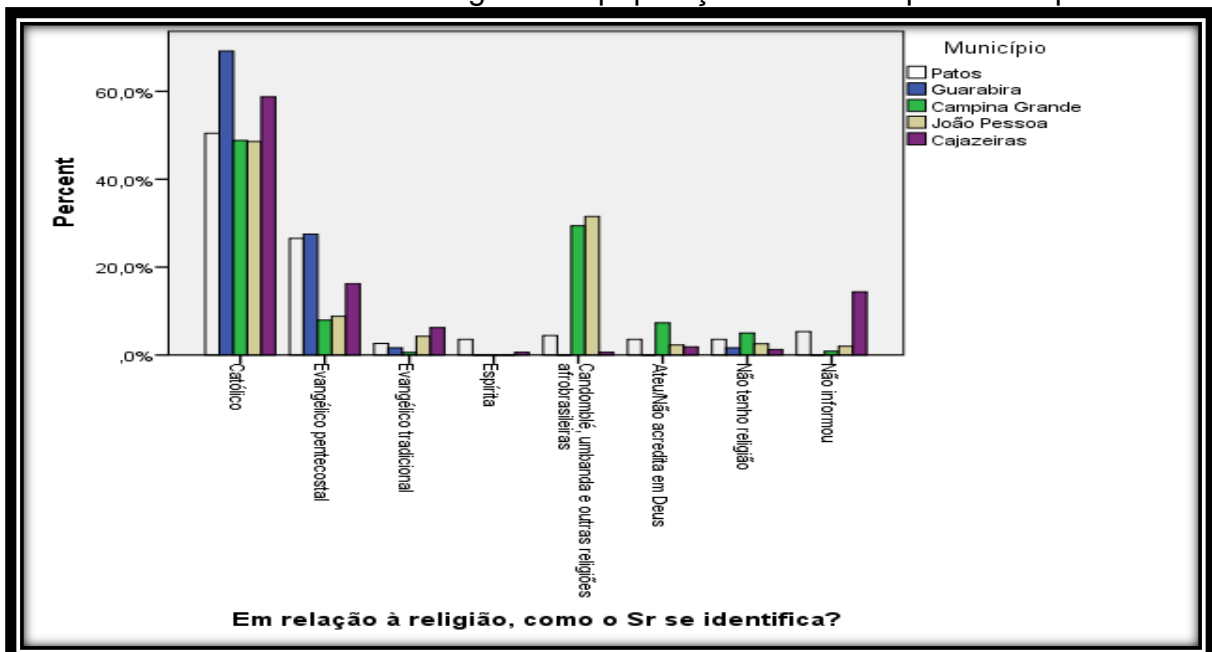
Gráfico 11 – Opção religiosa dos presos



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

É interessante observar que a configuração religiosa se diferencia no que diz respeito ao tamanho das cidades. Assim sendo, as religiões de matriz africana predominam entre os presos de João Pessoa e de Campina Grande e não encontram presos que estão nos presídios localizados em cidades menores. Por outro lado, nestas cidades, pode-se observar a presença maior de católicos.

Gráfico 12 – Escolha religiosa da população carcerária por município

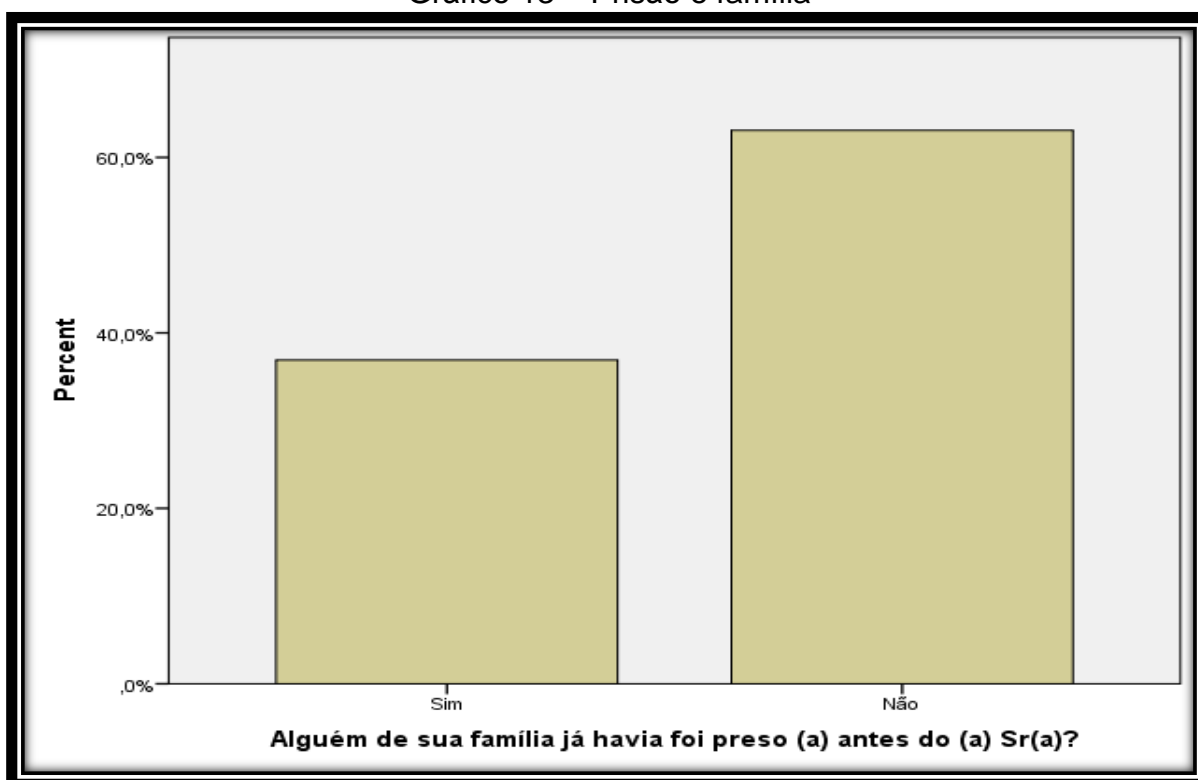


Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

4.4 A HERANÇA DE UMA CONDIÇÃO SOCIAL E A SUA REPRODUÇÃO

Com o dado acima, tem-se uma representação mais nuançada da população carcerária paraibana: jovem, negra, parda e condenada nos últimos anos. Para dar um melhor contorno a esse panorama, procurou-se saber se alguém da família do entrevistado já havia sido preso. Essa informação é relevante, pois aponta até que ponto a imersão em um quadro de vulnerabilidade impacta e orienta a trajetória de vida de um sujeito. Conforme pode-se depreender da análise do gráfico abaixo, quase 40% dos presos paraibanos têm parentes que já foram presos.

Gráfico 13 – Prisão e família

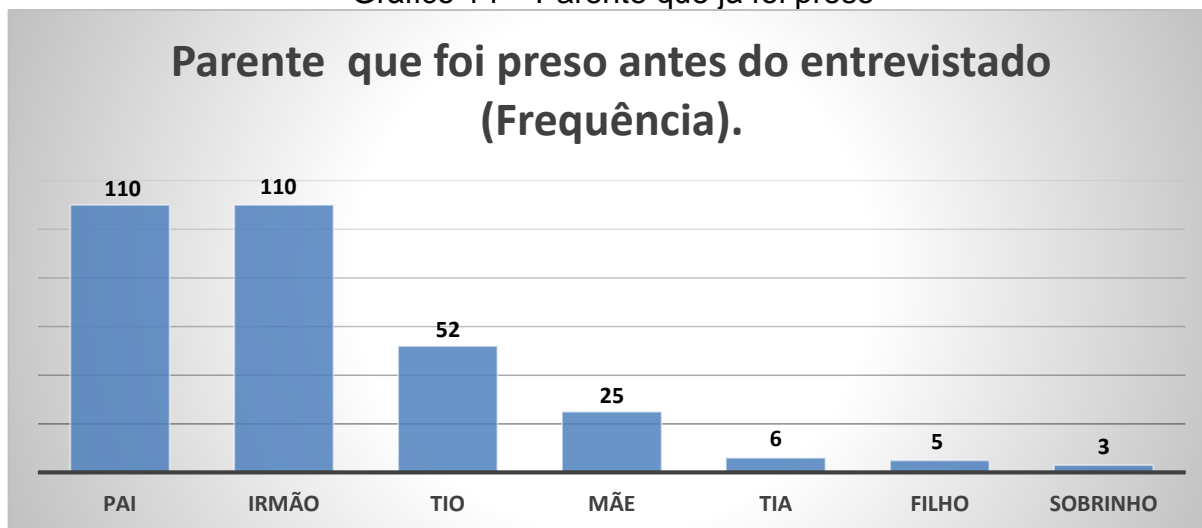


Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Quando buscou-se saber quem são esses parentes, percebe-se que são, predominantemente, pessoas bastante próximas (pai e irmãos), o que significa, especular, em primeiro lugar, que os sujeitos de pesquisa tiveram uma infância ou uma adolescência sem a presença paterna. Adicionalmente, pode-se também apontar que tem-se uma situação de potencial socialização em ambientes marcados pelo encontro com o aparelho policial de forma dramática por um dos parentes, especialmente daqueles do sexo masculino. O gráfico abaixo foi construído com base

no seguinte procedimento: após o entrevistado responder afirmativamente a questão do gráfico acima, pergunta-se, então, a respeito de quem era esse parente preso.

Gráfico 14 – Parente que já foi preso



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Ainda na elaboração desse retrato da massa carcerária paraibana, vale a pena incluir-se, também, dados relacionados ao nível educacional dos presos. Congruente com os elementos destacados nas informações anteriores, percebe-se, conforme expresso no próximo gráfico, mais de 50% dos presos sem escolaridade alguma ou com menos de 04 anos de estudo.

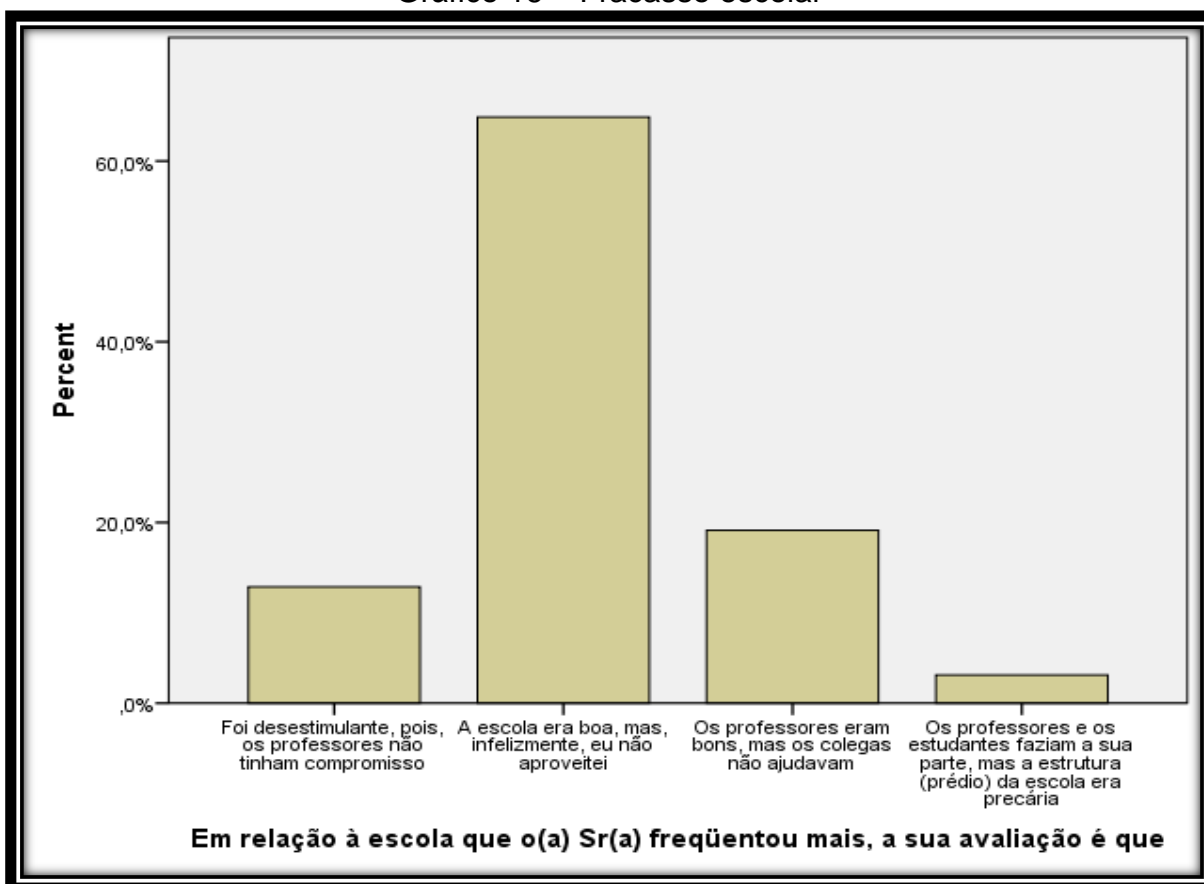
Gráfico 15 – Nível de escolaridade dos presos



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

A pouca formação escolar, que amplia e aprofunda a vulnerabilidade social, termina por levar à reprodução de uma situação social de diminuição social. Não é por acaso que os apenados, como a maioria dos que passam por situação de rebaixamento social, veem a si mesmos como os responsáveis pelo fracasso escolar, que, como se sabe, tem muito de estrutural. É o que se depreende da análise do gráfico abaixo.

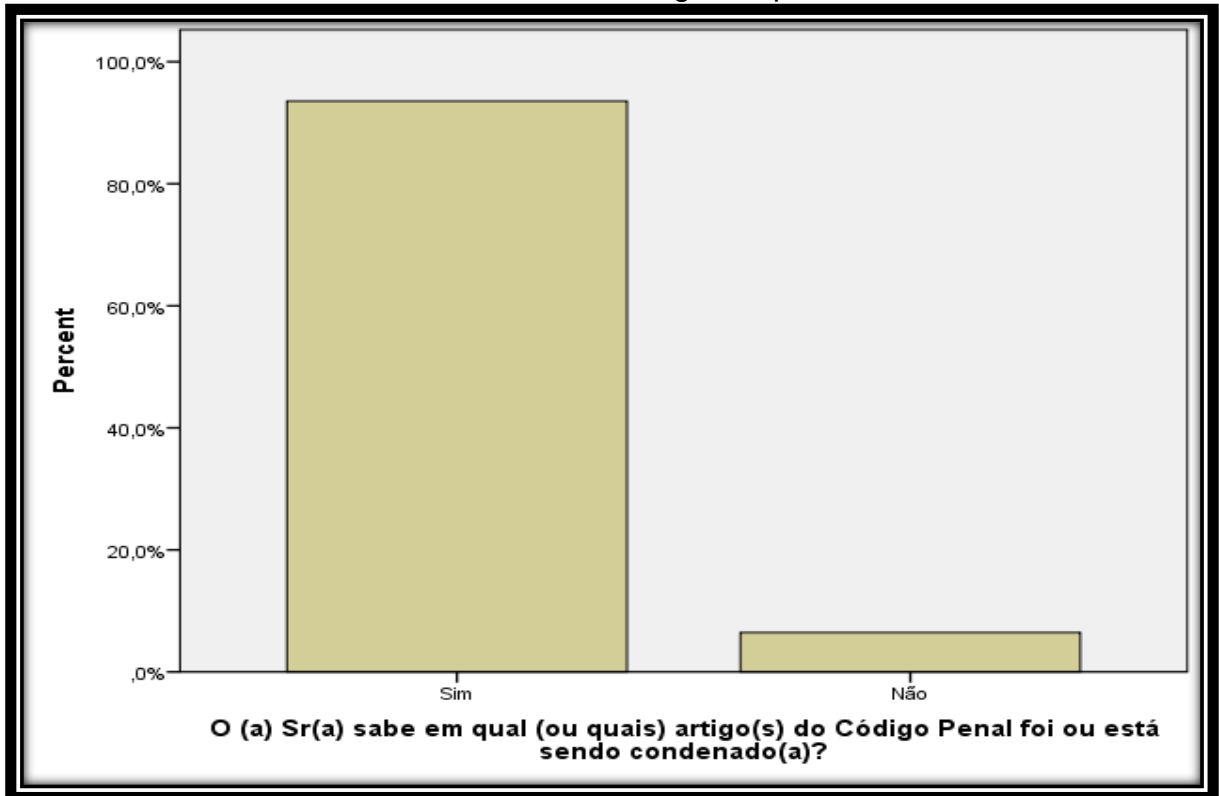
Gráfico 16 – Fracasso escolar



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

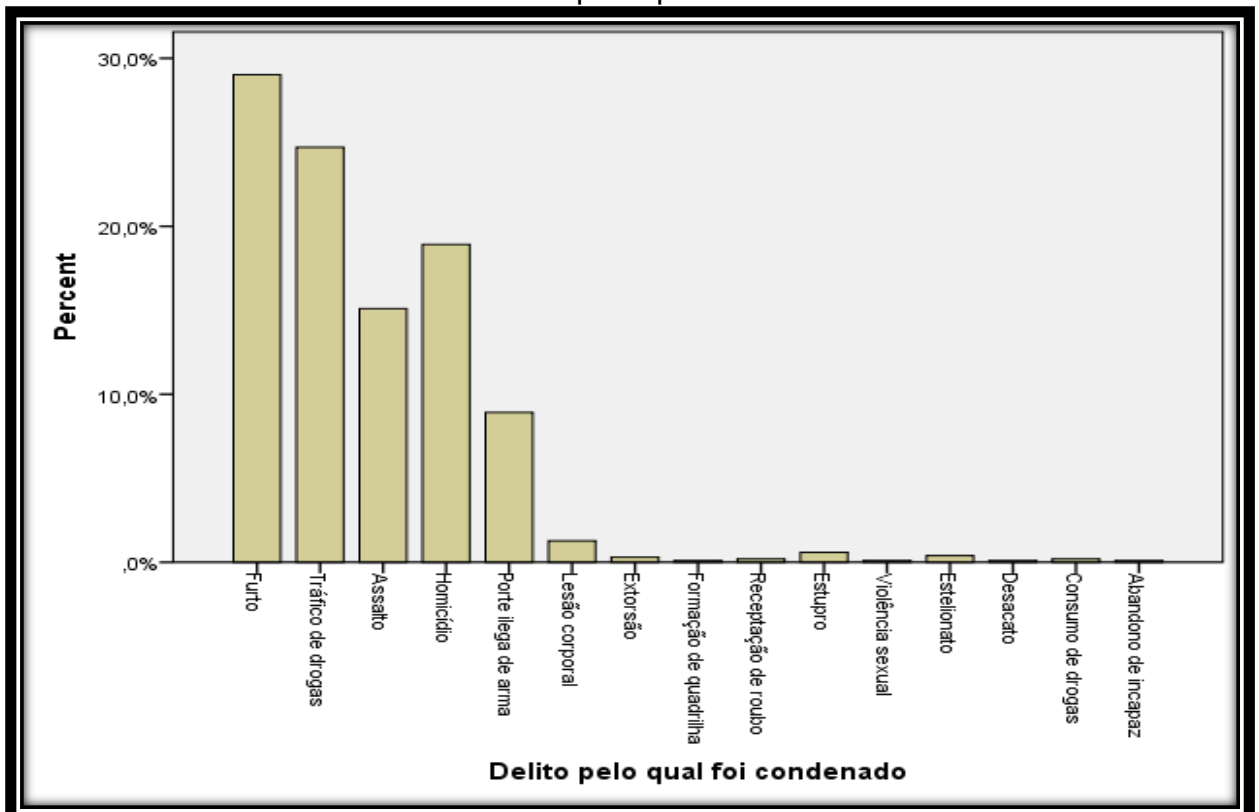
Essa situação se expressa nos delitos pelos quais os apenados foram primariamente condenados. Para chegar a essa informação, por uma questão de respeito aos informantes, indagou-se, inicialmente, sobre o seu conhecimento a respeito do artigo no qual haviam sido condenados. Posteriormente, pediu-se para que identificassem tal artigo. Na tabulação dos resultados dos questionários, identificaram-se os delitos referenciados por tais artigos. As respostas às duas questões estão nos dois gráficos abaixo.

Gráfico 17 – Conhecimento do artigo do qual foi condenado



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Gráfico 18 – Delito pelo qual foi condenado

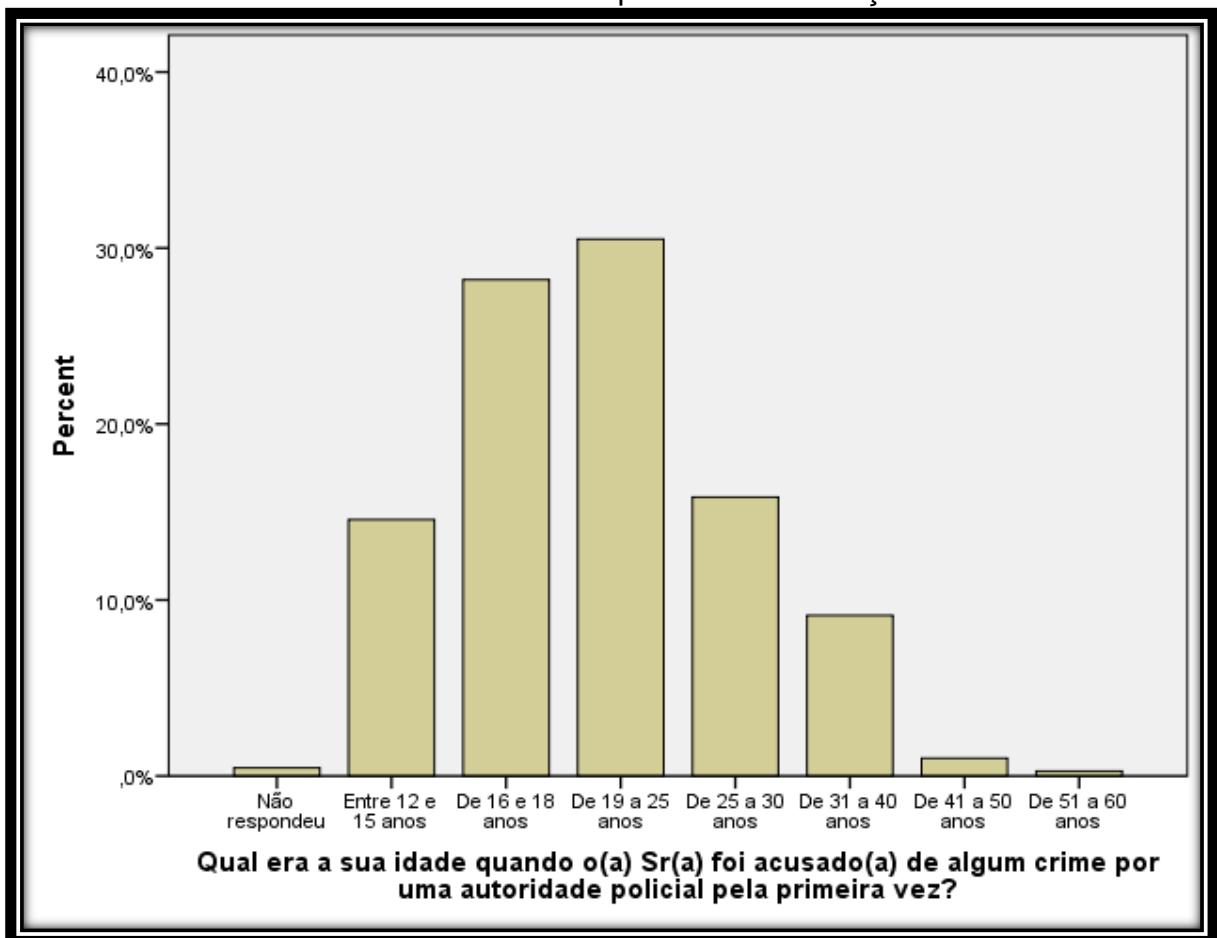


Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

O fato de mais de 50% das condenações estarem relacionadas ao furto e ao tráfico de drogas corroboram as proposições do senso comum a respeito das prisões como “escolas do crime”. Sociologicamente, pode-se afirmar, com base nos dados apontados pela pesquisa, que elas funcionam como espaços de socialização para jovens negros que são capturados por crimes situados na escala inferior dos delitos. Excluídos de momentos e de espaços afirmativos e positivos de identidade social, esses jovens encontraram nas facções dominantes nos presídios o acolhimento que não tiveram na sociedade mais ampla.

Nesse tópico, vale a pena levar-se em conta ainda a idade da primeira condenação do preso. Ela é importante porque fornece um forte indicador do rompimento do preso com instituições e com redes de apoio alicerçadas na vida social oficial (ou legal).

Gráfico 19 – Idade da primeira condenação



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

4.5 MAIS UM ELEMENTO DE VULNERABILIDADE: o acesso ao Sistema Jurídico

Sem entender a vulnerabilidade do preso no interior do Sistema Penitenciário, fica quase impossível se analisar sociologicamente a força atrativa de organizações criminosas, como “Estados Unidos” e “Okaida” no Estado da Paraíba. Daí, dando seguimento ao universo prisional paraibano, vale a pena levar em conta a assistência jurídica (ou, melhor, o seu nível de ausência) da população carcerária. É o que se observa nos próximos três gráficos.

Gráfico 20 – Assistência jurídica

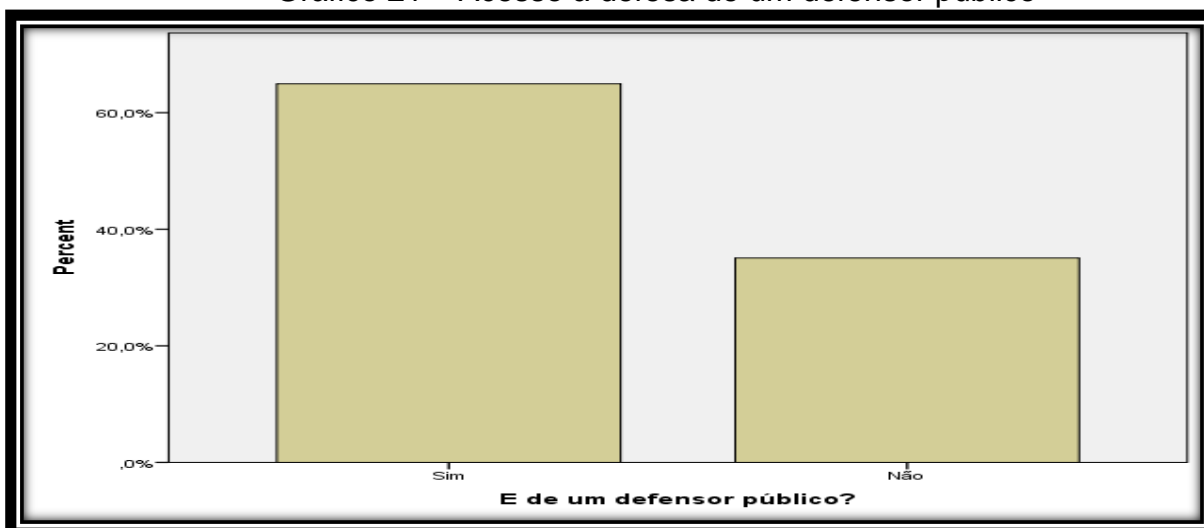


Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Apenas 35% dos entrevistados, em algum momento, tiveram o acompanhamento de um advogado pago. Por que distinguir “advogado pago”? Porque se sabe que um acompanhamento jurídico pago tende a ser superior e mais efetivo do que aquele que é ofertado pelo Estado, através das defensorias. Dentre outras razões, porque estas, que não são comumente consideradas como de investimento prioritário pelos atores políticos e pelos governantes, terminam funcionando muito

precariedade e com *déficit* de pessoal. Mas, advém exatamente das defensorias públicas os apoios jurídicos para os presos, conforme se pode ver no gráfico abaixo.

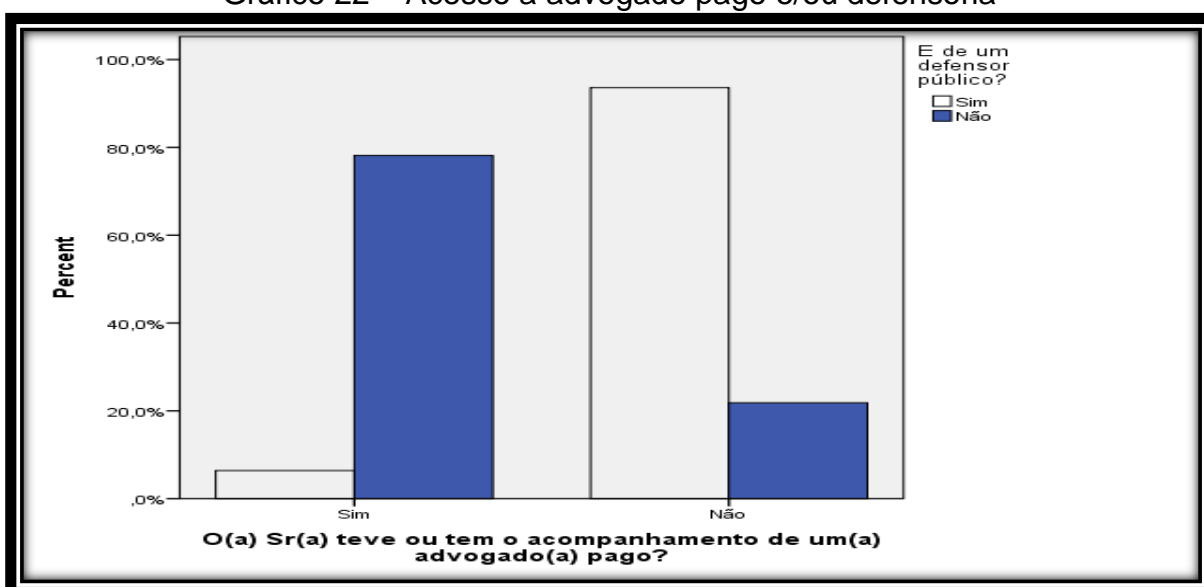
Gráfico 21 – Acesso à defesa de um defensor público



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Quando se cruzou os dados dessas duas questões, chegou-se a uma situação, de forma mais acentuada ainda, a extrema vulnerabilidade de certas parcelas da massa carcerária paraibana. Isso fica claro, no gráfico abaixo, pois se percebe que mais de 20% dos presos paraibanos não têm acesso a apoio jurídico, seja de um advogado pago ou de um defensor público.

Gráfico 22 – Acesso a advogado pago e/ou defensoria

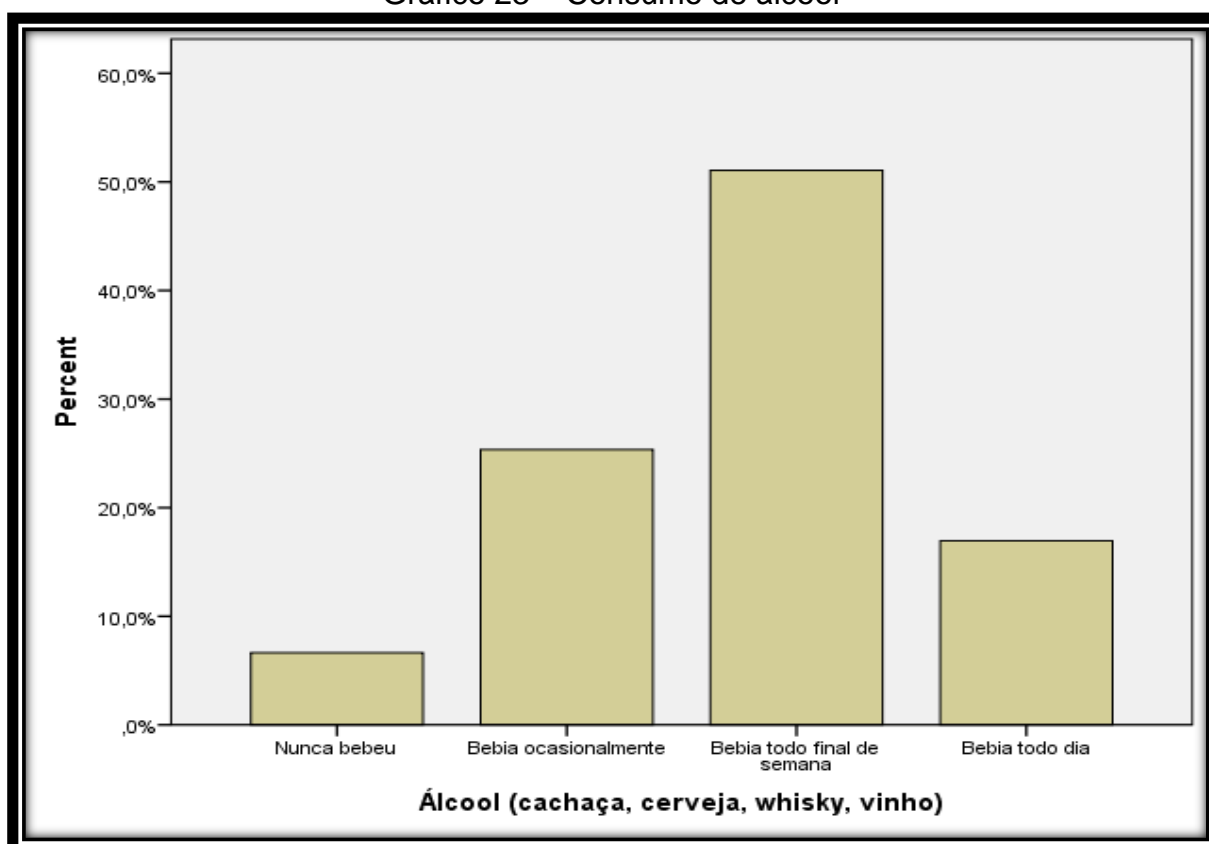


Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

4.6 PRÁTICAS SOCIAIS E FORMAS DE SOCIABILIDADE: o consumo de drogas²

Para acerrar-se do universo das práticas sociais e das formas de sociabilidade dos apenados anteriores à sua condenação, procurou-se apreender a relação (de dependência ou não) que eles estabelecem com as drogas. Iniciou-se com o álcool, no gráfico abaixo. Esclarece-se que, para evitar qualquer dúvida em relação a uma instrumentalização desta pesquisa pela administração do Sistema Penitenciário, elaborou-se questões usando os termos no passado (“usava”, “consumia”, “bebia” etc.). Essa foi uma estratégia para evitar situações que os entrevistados pudessem perceber que poderiam se autoincriminar. Por outro, referiu-se ao consumo anterior à entrada na prisão para não levar a suspeitas de que buscava-se realizar um rastreamento sobre possíveis redes de transações comerciais (fornecedoras de drogas, entre outras mercadorias) nos presídios.

Gráfico 23 – Consumo de álcool



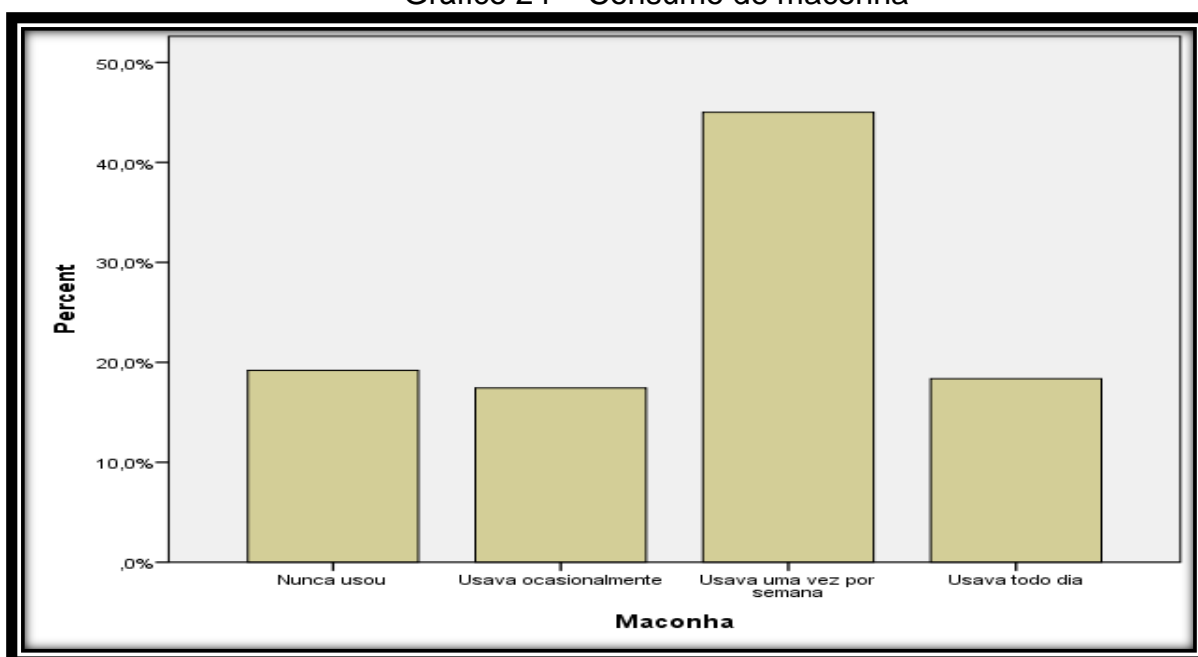
Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

² Por uma questão de foco do presente trabalho, e dado o elevado conhecimento sobre essas drogas, não iremos fazer uma apresentação técnica das mesmas. Utilizaremos também as denominações populares, com as quais elas são identificadas pelo público em geral.

Talvez os dados acima não sejam tão diferentes daqueles relacionados ao conjunto da população. Por outro lado, o consumo de bebida alcoólica todo final de semana, prática de 50% dos entrevistados, pode ser um elemento que potencializa espaços e momentos de conflitos interpessoais. Isso porque os efeitos do consumo de álcool não são os mesmos para as diferentes classes sociais. Para as classes populares, de onde se originam os presos, o consumo de bebidas é geralmente realizado em espaços públicos ou abertos, como bares e botecos, por vezes, em áreas próximas às suas residências. Já a classe média realiza esse consumo em ambientes distantes da vizinhança, muitas vezes fechados e distantes do olhar e escrutínio público. Assim sendo, em si mesmo, o consumo de álcool não é fato determinante, mas ele é decisivo quando o relacionamos à classe social dos consumidores.

Analisando-se, pois, a relação dos apenados com drogas ilegais e carregadas de grande condenação moral. Veja-se, em primeiro lugar, o caso da maconha. Trata-se da droga ilegal mais popular e aquela que, durante muito tempo, foi a principal responsável pela prisão de muitos jovens das áreas periféricas das grandes e das médias cidades brasileiras. Tem-se em mente o fato de que, em muitos momentos, o simples consumo da droga foi motivo suficiente para a condenação por longo período de tempo, situação que somente foi alterada muito recentemente, com a nova legislação sobre drogas, na segunda metade da década passada.

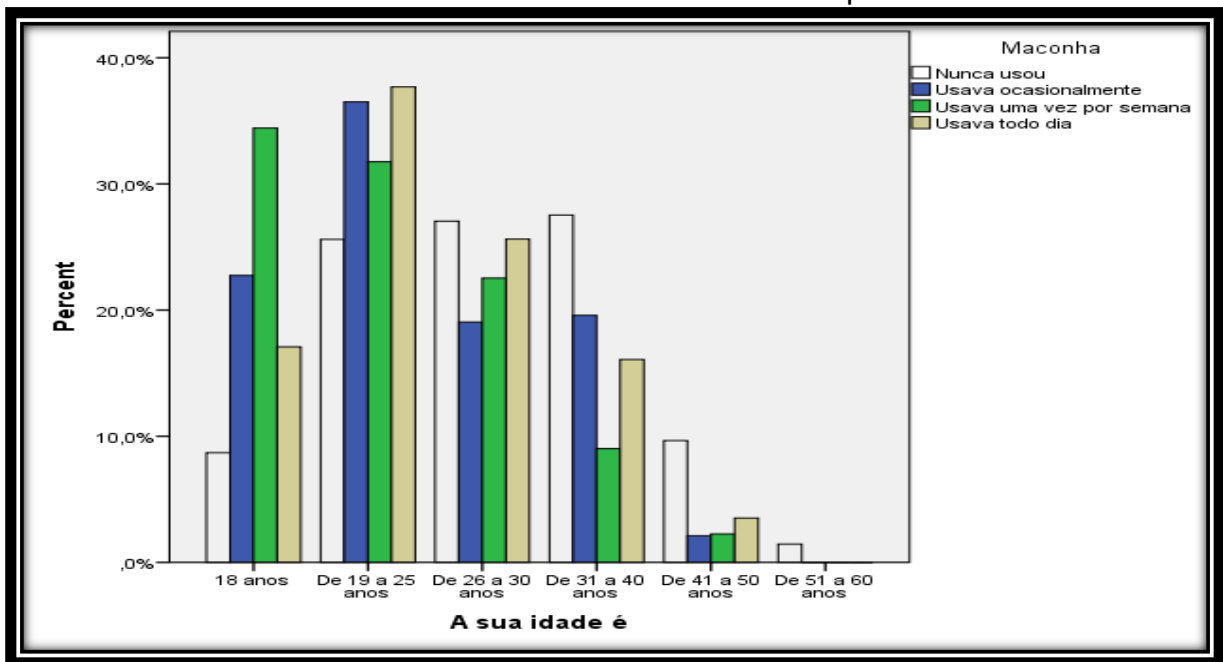
Gráfico 24 – Consumo de maconha



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

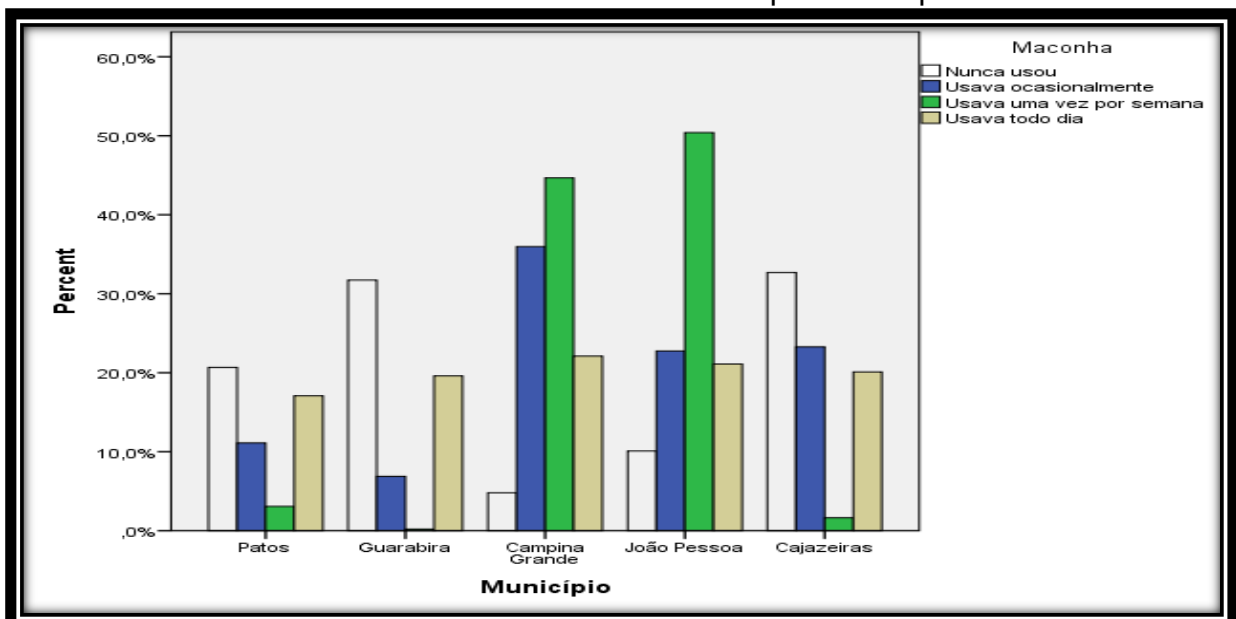
A popularidade da maconha é comprovada, levando-se em conta que quase 70% dos entrevistados usavam-na todos os dias ou faziam uso dela pelo menos uma vez por semana (a maioria). Para uma visão mais nuançada dessa questão, vale a pena reter-se aqui a relação de uso em relação à idade e ao município no qual o entrevistado cumpre pena. É o que se apresentou nos dois gráficos seguintes.

Gráfico 25 – Consumo de maconha por idade



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Gráfico 26 – Consumo de maconha por município

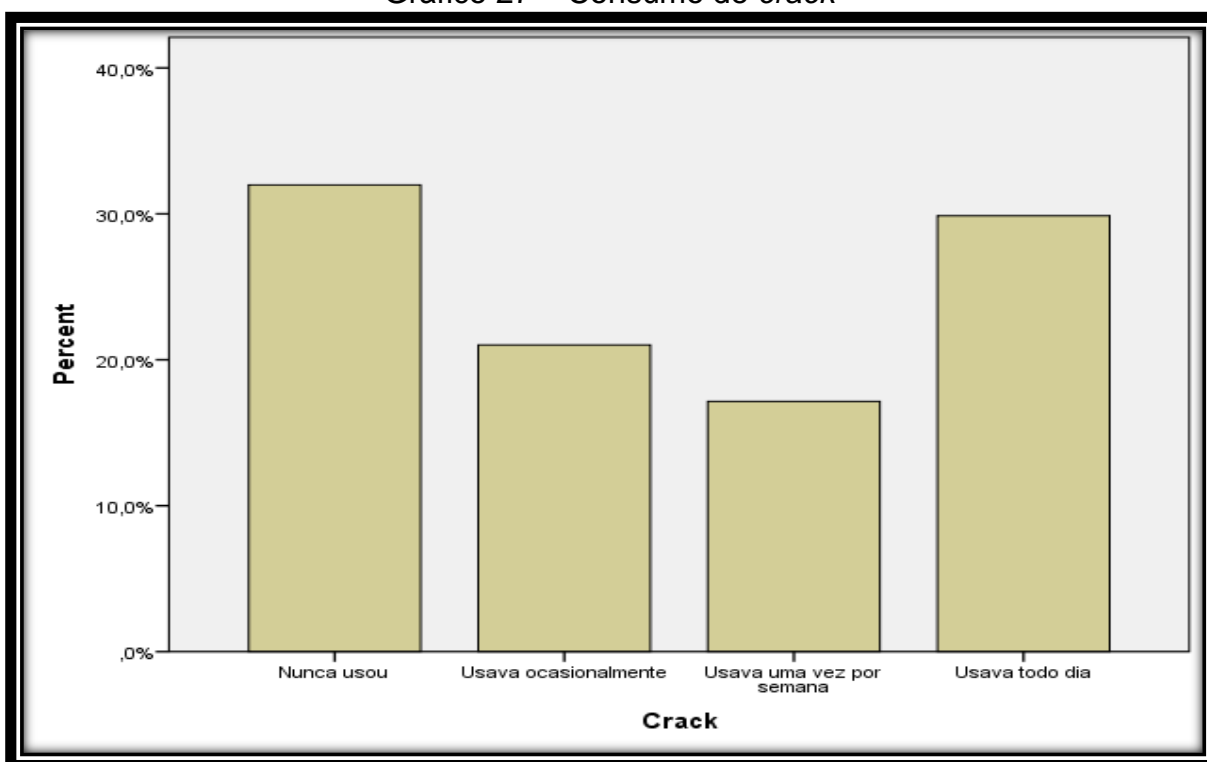


Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

O que os dados apontam é que a maconha é a droga dos mais jovens das grandes cidades. O seu uso intensivo mostra também a vulnerabilidade dessa parcela da população a ser capturada por alguma estrutura do Estado (polícia ou judiciário) como elemento justificador de seu enquadramento em ato ilegal. Ora, sabe-se que o consumo de maconha entre jovens de classe média raramente leva aos caminhos da ilegalidade. Como a ilegalidade é socialmente construída, ela é estabelecida mantendo-se a diferença de classes. Daí, pode-se deduzir que o consumo de maconha é algo afirmativo de identidade para os jovens mais ricos, é elemento que acentua a vulnerabilidade dos mais pobres.

Veja-se, agora, o que ocorre em relação a outra droga ilegal, que é vista pela população e por muitos especialistas como caminho sem volta para a autodestruição dos seus consumidores, que é o *crack*.

Gráfico 27 – Consumo de *crack*

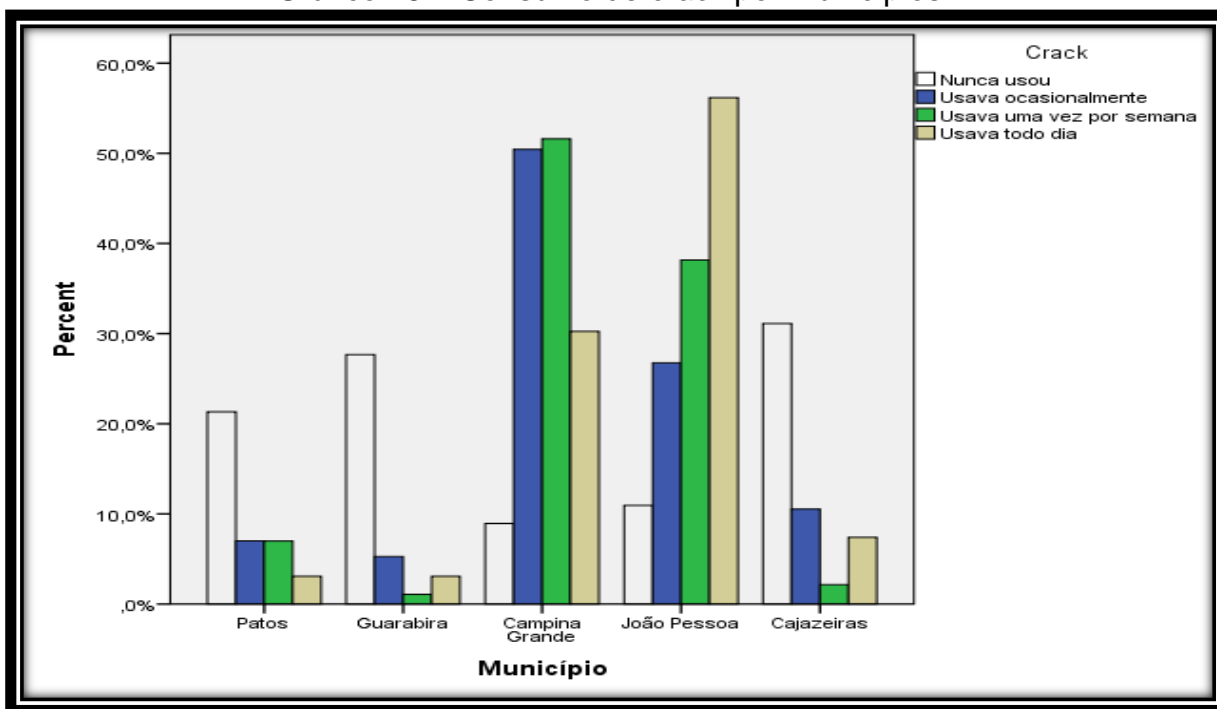


Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

O fato de nada menos que 30% dos usuários revelarem que faziam uso de uma droga com elevado potencial de dependência química e de desestabilização emocional e psicológica parece revelar uma sociabilidade alicerçada na precariedade e na ausência de planejamento de futuro. Também em relação à essa droga, vale a

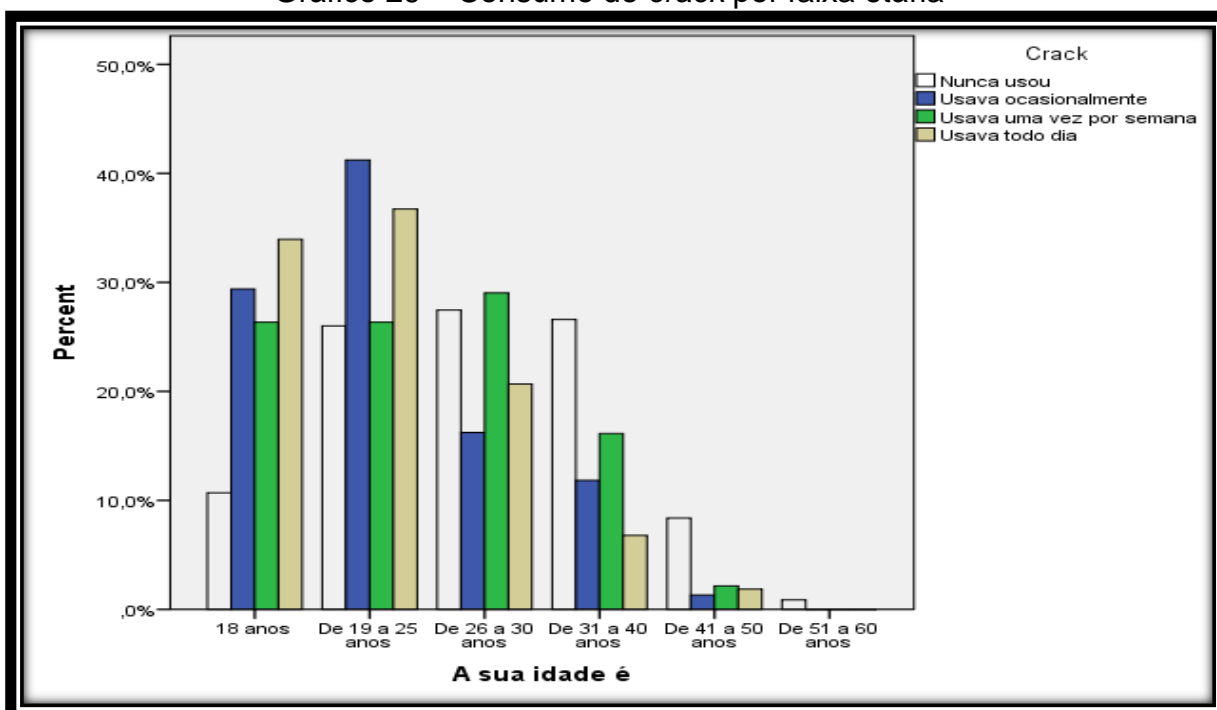
pena registrar-se o seu diferencial por idade e por municípios nos quais se encontram os apenados.

Gráfico 28 – Consumo de crack por municípios



Fonte: Elaboração própria.

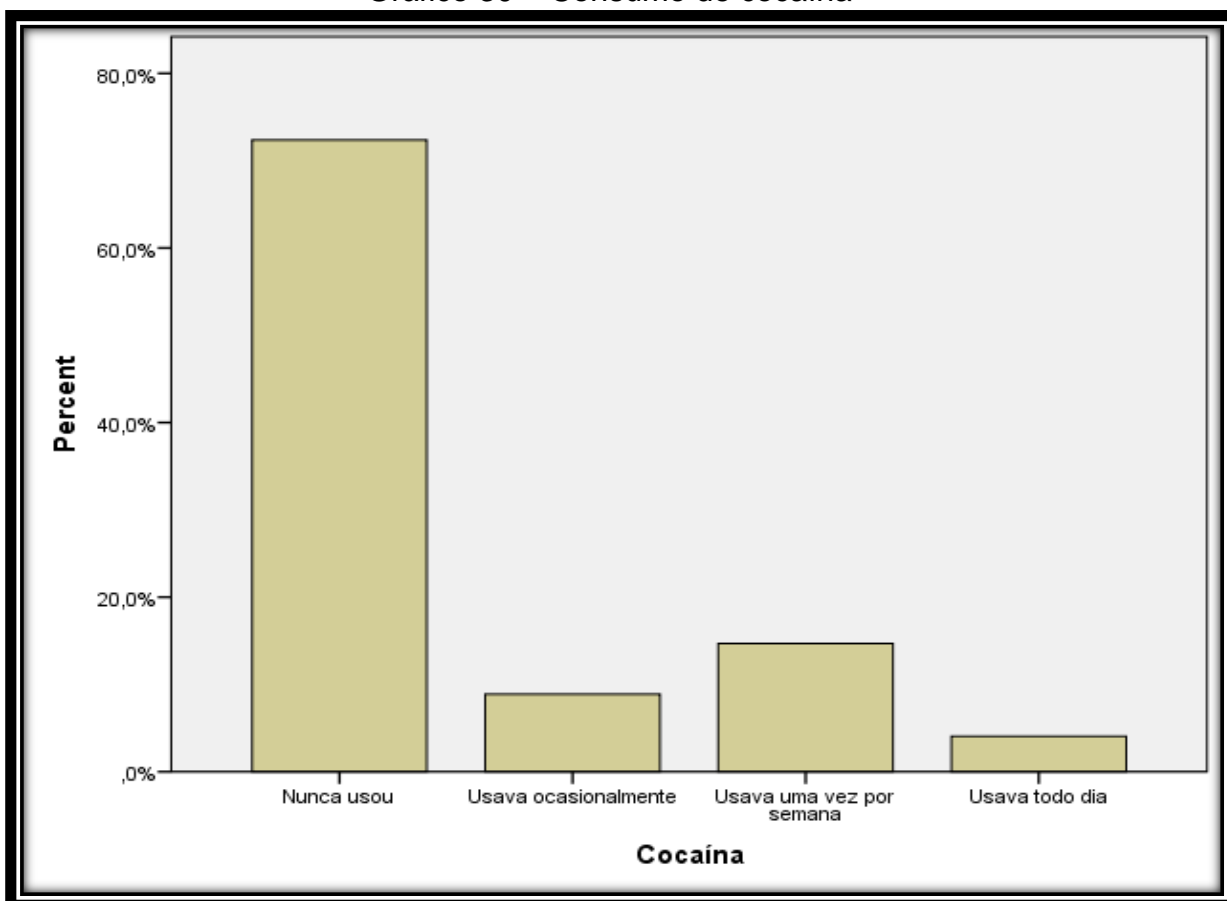
Gráfico 29 – Consumo de crack por faixa etária



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Uma última droga ilegal, geralmente associada a práticas delituosas, é a cocaína. Por isso mesmo, vale a pena se reter aqui qual a relação dos entrevistados com a mesma. No gráfico abaixo, percebe-se uma representação do seu consumo pelos apenados do Sistema Penitenciário Paraibano.

Gráfico 30 – Consumo de cocaína

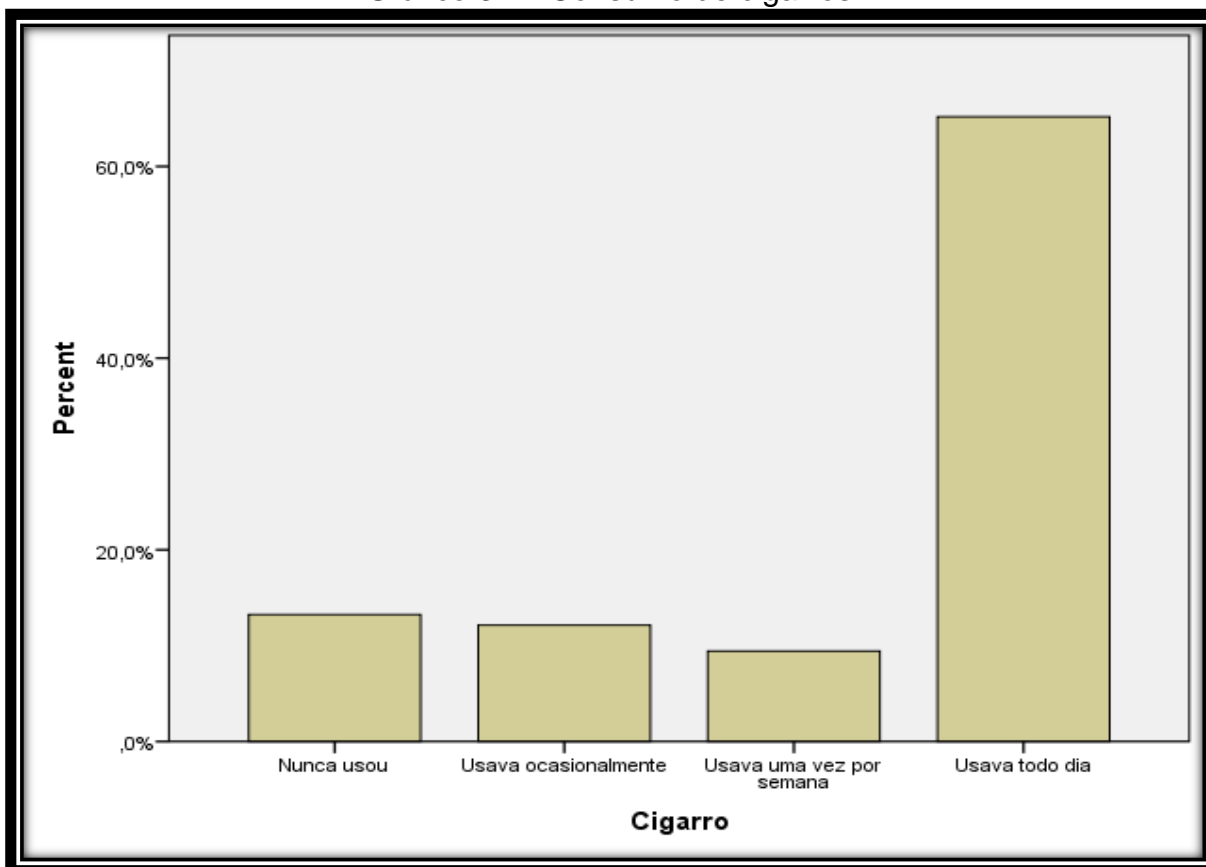


Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Observa-se que a cocaína está longe de ser uma droga de largo consumo entre os presos do Sistema Penitenciário Paraibano. Pode-se especular, portanto, que essa droga ilegal use os mais pobres (como mulas e entregadores) do que por eles seja usada.

Por último, vale a pena referir-se ao cigarro, que é uma droga legal geralmente transformada em moeda para as transações realizadas no interior dos presídios brasileiros.

Gráfico 31 – Consumo de cigarros



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

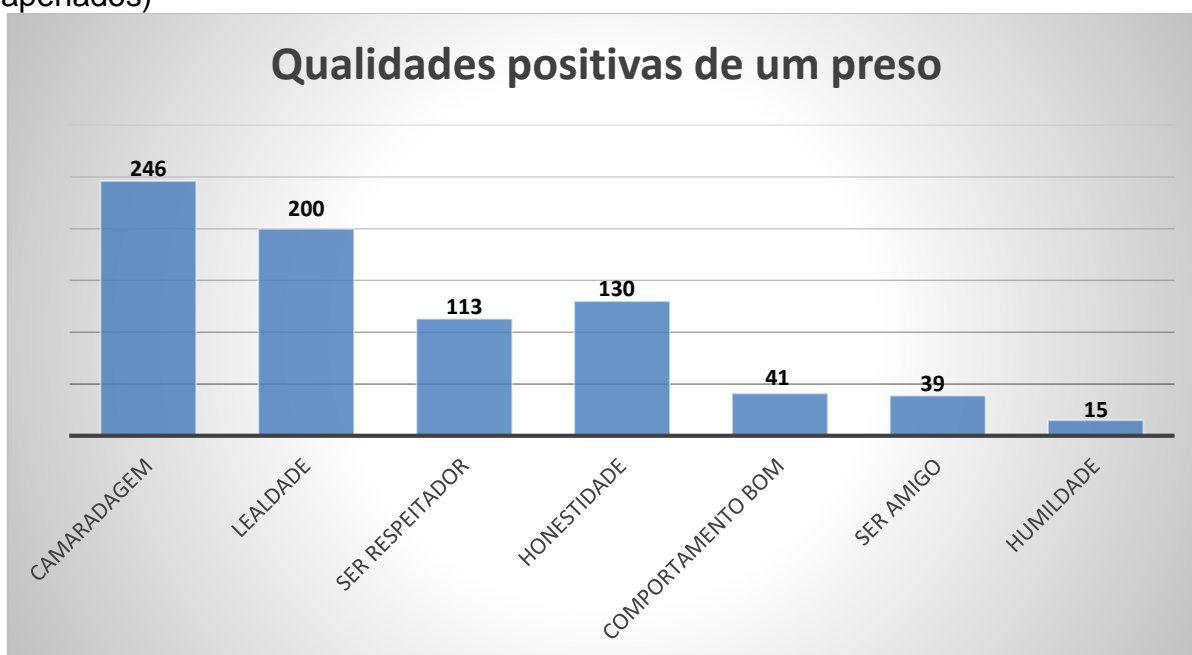
4.7 SOCIABILIDADE E VALORAÇÕES

As nossas ações sempre são guiadas por valorações a respeito dos outros e de suas ações. Seria fundamental uma análise mais detalhada dos valores morais e da forma como os presos incorporam, produzem e reproduzem normas sociais. Entretanto, uma investigação direcionada para a apreensão dessa dimensão teria que se alicerçar em instrumentos de pesquisa qualitativos (entrevistas, história de vida, pesquisa etnográfica etc.), o que se observa mais adiante.

Por isso, o que captou-se com o questionário foi tão somente algumas poucas questões a respeito do convívio no interior de um presídio, deixando o aprofundamento qualitativo para as entrevistas semiestruturadas com os presos integrantes das duas facções criminosas, OKD e EUA, bem como com os gestores e com os operadores do Sistema de Justiça Criminal Paraibano.

Para apreender-se como os presos valoram aos outros presos, foi inserida no questionário a seguinte pergunta: “Para você, qual a melhor qualidade que uma pessoa pode ter aqui no presídio?” Tratou-se de uma pergunta em aberto e as respostas explicitadas no gráfico abaixo são aquelas que apareceram com maior frequência.

Gráfico 32 – Qualidades positivas de um preso (segundo a avaliação dos próprios apenados)



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

É possível perceber, na análise do gráfico acima, como os apenados valoram os comportamentos dos outros. As qualidades valoradas positivamente parecem ser quase idênticas àquelas encaradas como dignas e corretas na vida social em geral. Entretanto, a grande valoração positiva da lealdade e da camaradagem também pode ser lida como expressivas das cobranças de lealdade aos compromissos assumidos com os colegas de cela e de presídio.

Essa situação pode estar na base do envolvimento de muitos ex-detentos em ações de ataque a equipamentos de uso coletivo (ônibus, paradas de ônibus, escolas etc.) ou a instalações policiais (quando não, aos próprios policiais) quando de momentos de demonstrações de força das organizações criminosas que atuam a partir de (ou de) dentro dos presídios.

Já as avaliações negativas apontam para a importância do respeito à regras garantidoras de alguma estabilidade no ambiente penitenciário. Nesse quesito, reproduz-se o que é comum em quase todos os sistemas penitenciários, que é a condenação forte aos estupradores. Para além desse item, que não é exatamente uma novidade para quem conhece algum presídio, tem-se que destacar a rejeição aos chamados “ratos de cela”, que são indivíduos que roubam os companheiros de cela. Depois, observa-se a forte condenação à falta de respeito, seja à mulher ou à família do preso.

Sabe-se que essas avaliações negativas são reveladoras, pelo seu reverso, da luta dos presidiários para diminuir a imprevisibilidade no ambiente penitenciário. Aqui, vale a pena ressaltar que as organizações criminosas (ou as facções atuantes no presídio), geralmente alicerçam a sua legitimidade junto à massa carcerária, impondo sanções fortes àqueles que se contrapõem ao que se poderia denominar de “consciência coletiva presidiária”.

Gráfico 33 – Qualidade e tipos de presos avaliados negativamente

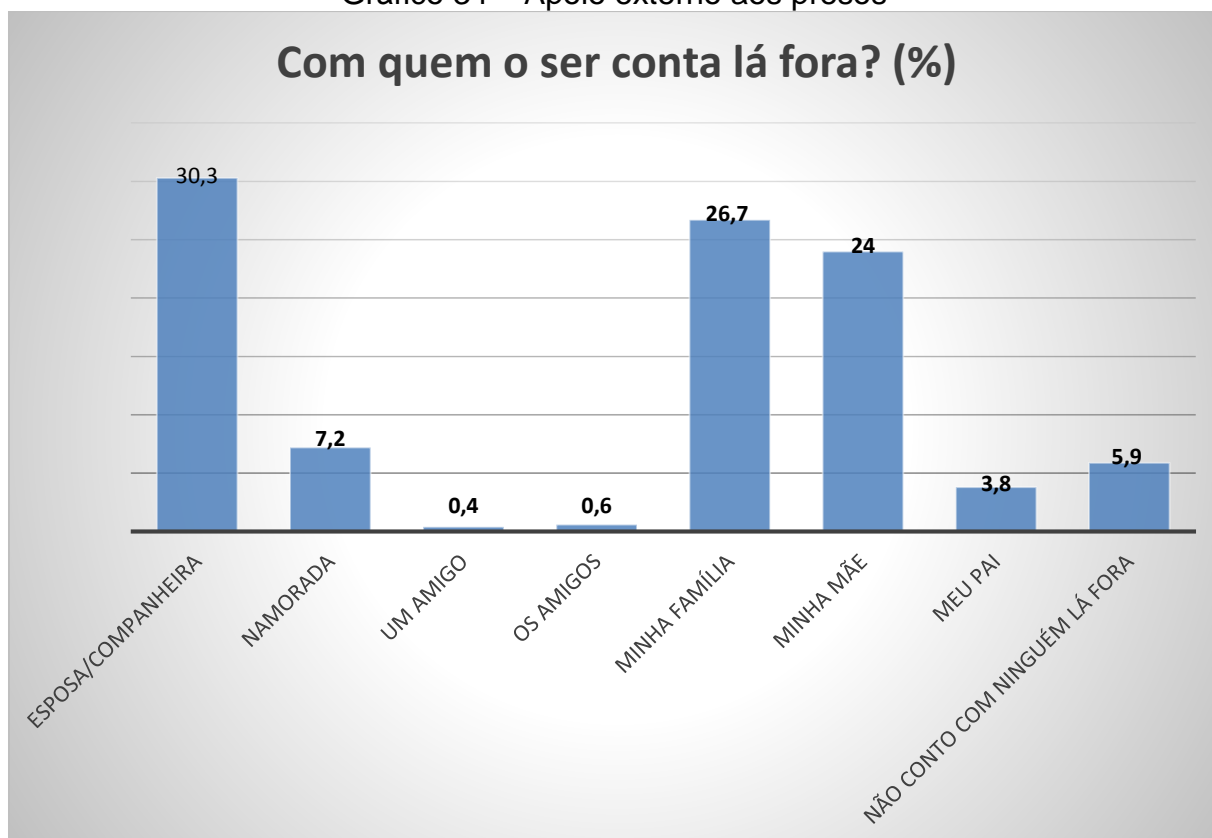


Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

4.8 AS REDES DE APOIO AOS PRESOS E O PESO DAS FACÇÕES NAS PRISÕES

Uma informação importante e que tem impacto importante sobre maior ou menor propensão dos presos em aderir a estruturas organizativas (as quais não pode-se deixar de nomear como criminosas, embora, sociologicamente, elas sejam mais do que isso, pois organizam a defesa dos interesses – não raro, legítimos e legais – dos presos) é aquela relacionada a existência ou não de pessoas externas que apoiem de alguma forma os apenados. Como se pode verificar, as esposas é que são as que mais apoiam os presos. Outro dado interessante diz respeito ao fato de que, ao contrário do que se poderia imaginar, pouco mais de 5% dos presos não contam com nenhum apoio externo.

Gráfico 34 – Apoio externo aos presos

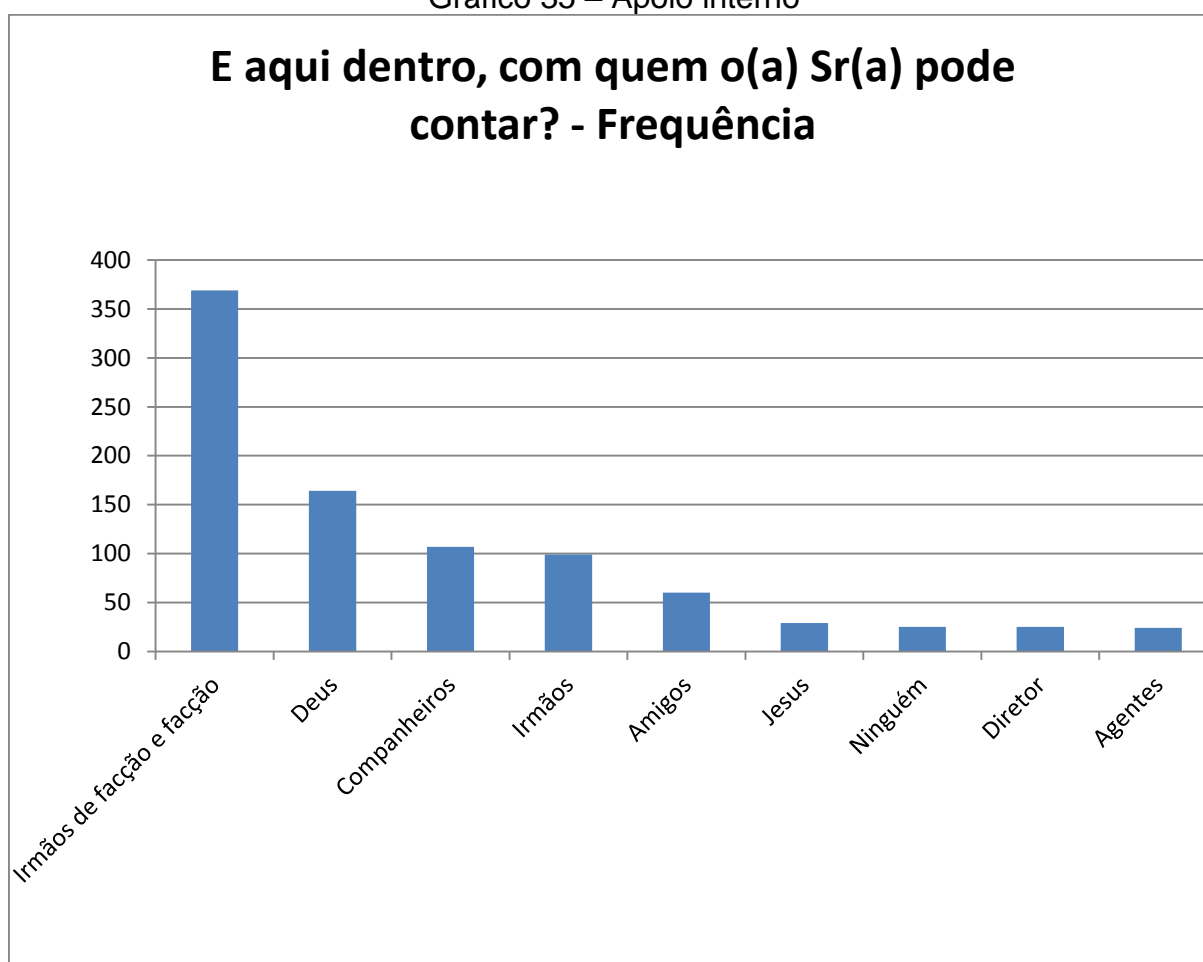


Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Outro dado a ser apreendido do gráfico acima e que explicita muito sobre o universo prisional, não apenas paraibano, diz respeito ao apoio recebido pelos presos ser predominantemente feminino. Esposas, namoradas e mães são as mais citadas.

Mas a vida no presídio implica na construção de laços internos. A força desses laços parece ser inversamente proporcional ao apoio externo recebido. Para apreender essa dimensão, indagou-se aos nossos informantes sobre com quem eles contam internamente nos presídios. As respostas em aberto foram condensadas e as principais delas estão registradas no gráfico abaixo.

Gráfico 35 – Apoio interno

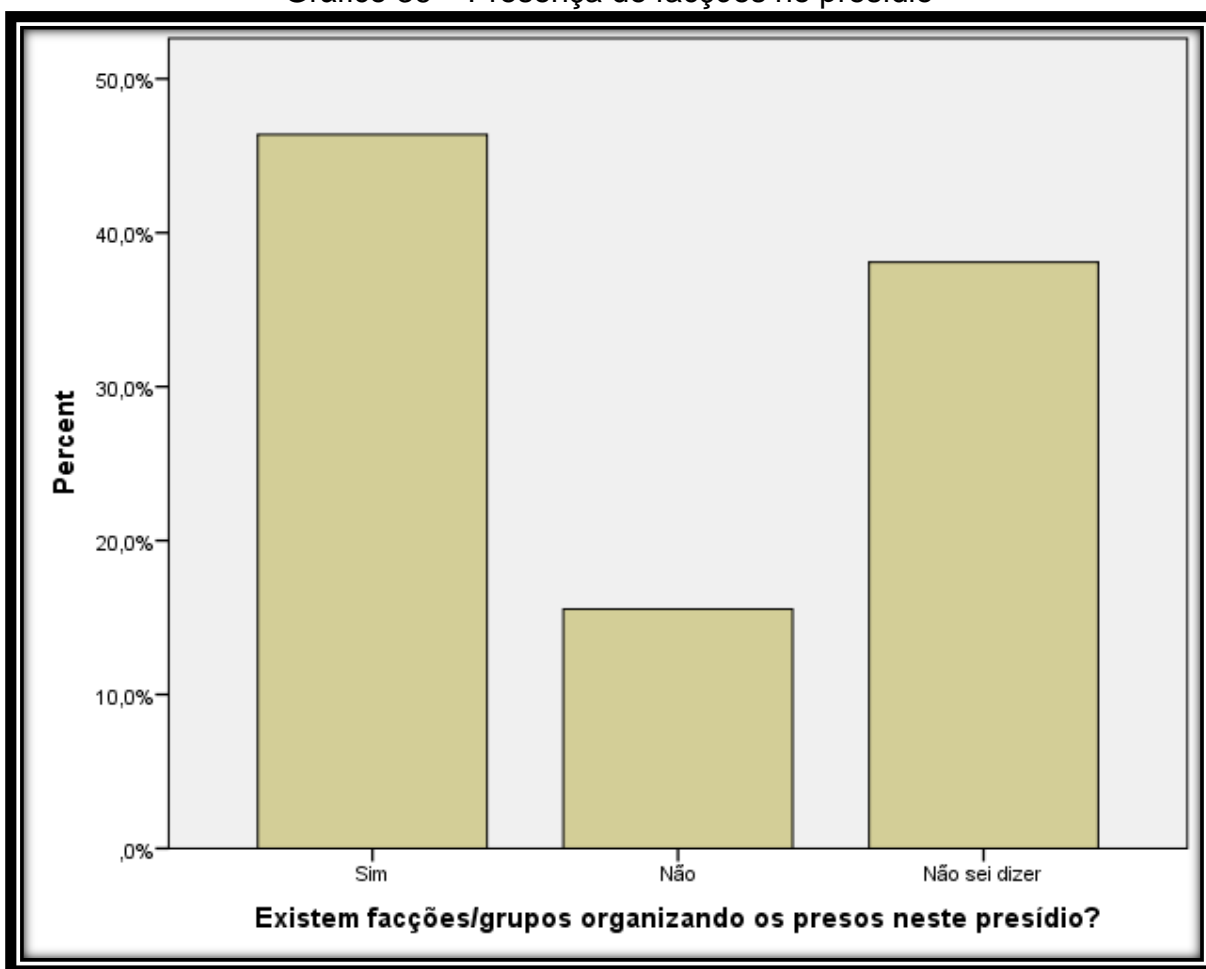


Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Com base no gráfico acima, podemos indicar que as facções (que podem ser tomadas, sem adjetivação, também como organizações criminosas) são as estruturas com as quais os apenados contam internamente no Sistema Paraibano. Se o termo “companheiros” for tomado como companheiros de facção, então, a força das facções emerge com maior nitidez.

O tema é delicado, especialmente para ser tratado em questionário aplicado junto aos presos por pessoas que, direta ou indiretamente, poderiam ser identificadas como situadas “do lado do sistema”. Assim sendo, buscou-se a aproximação da temática de forma indireta, questionando sobre a existência ou não de facções no presídio. As respostas à essa indagação estão condensadas no gráfico abaixo.

Gráfico 36 – Presença de facções no presídio

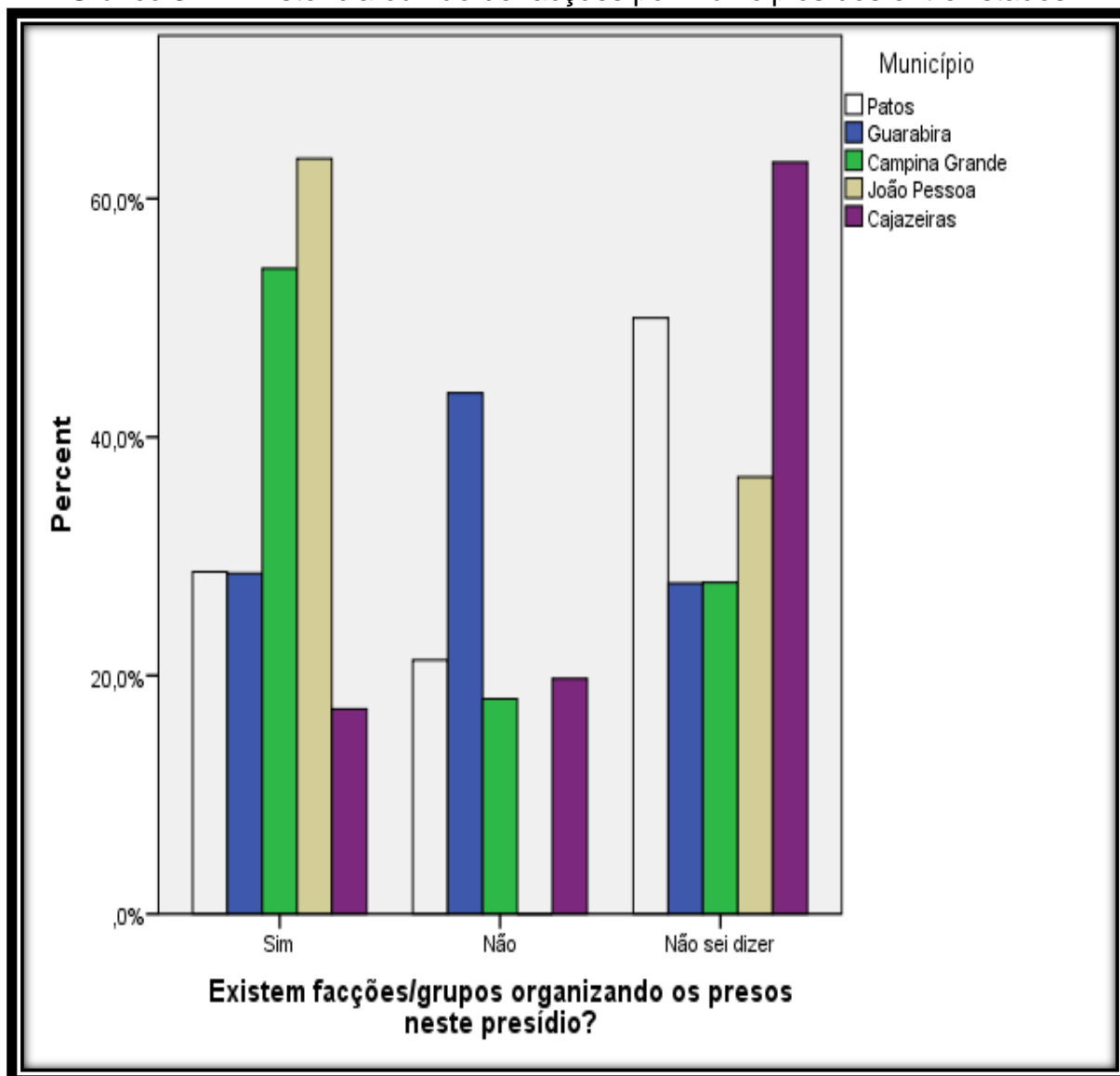


Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

É interessante observar que quase 50% dos entrevistados respondem afirmativamente que sim, existem facções no presídio. Mas é também igualmente revelador de quanto a questão é delicada o fato de quase 40% dos entrevistados responderem que não sabem dizer se existem ou não tais facções. Entretanto, é significativo (para pensar-se as forças das facções) o fato de que apenas pouco mais de 10% negarem a existência desses grupos.

Em relação a esse quesito, talvez valha a pena se cruzar a questão sobre a existência ou não de facções organizadas com os municípios nos quais se situam os presídios em que se encontram encarcerados os presos.

Gráfico 37 – Existência ou não de facções por municípios dos entrevistados

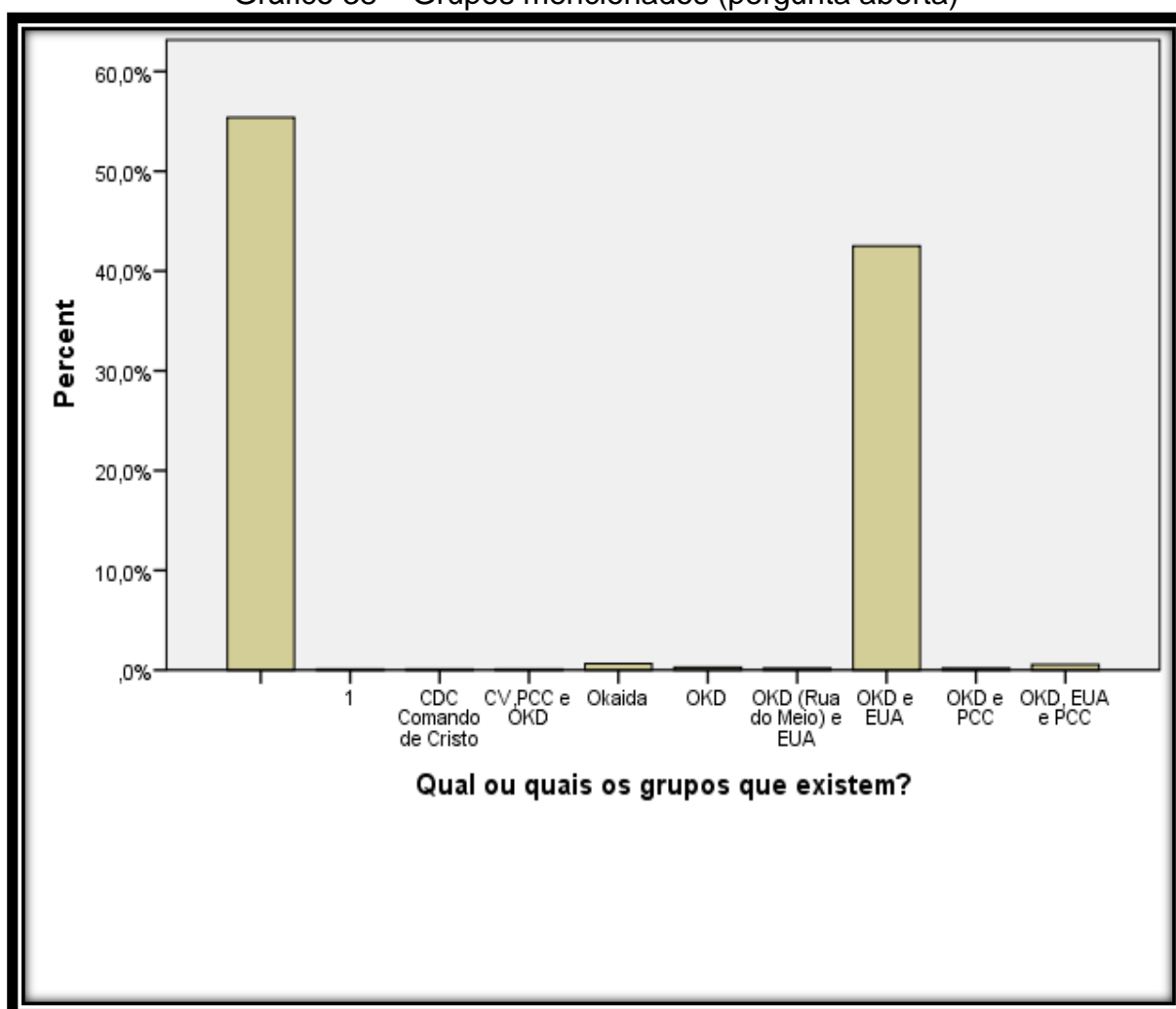


Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

O que se pode destacar do gráfico acima é que são nas grandes cidades (João Pessoa e Campina Grande) que se concentram aqueles que reconhecem a existência de facções nos presídios. Também é significativo que sejam nesses municípios que também estejam os que não sabem dizer.

Quais são esses grupos ou organizações existentes? O gráfico abaixo indica que OKD e EUA (respectivamente, Okaida e Estados Unidos) são os grupos mais lembrados. Há referências, ainda, ao PCC e ao Comando Vermelho, mas, como se pode constatar, esses são grupos sem muita importância no Sistema Penitenciário Paraibano.

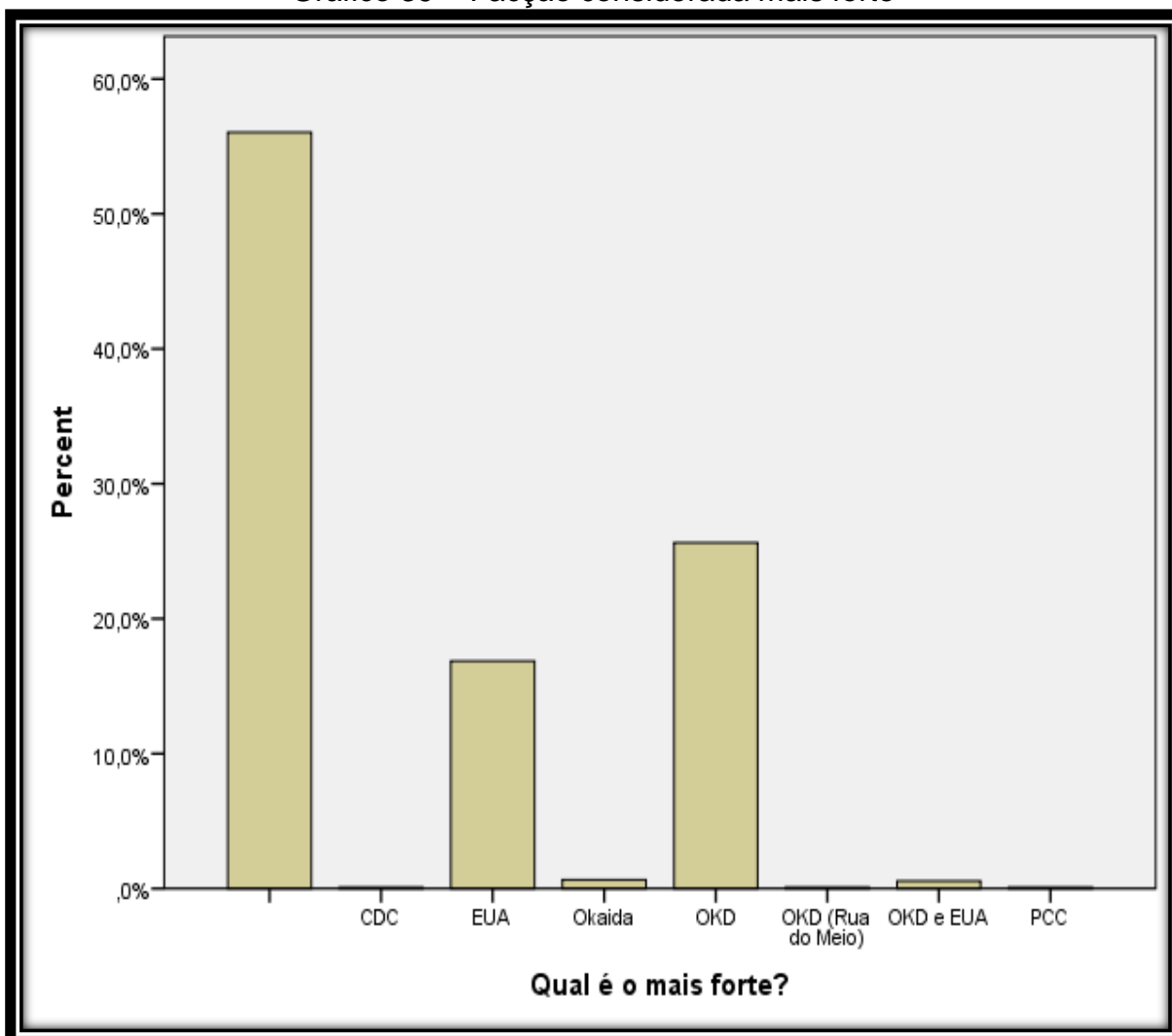
Gráfico 38 – Grupos mencionados (pergunta aberta)



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Para concluir este tópico, questiona-se sobre qual seria o grupo considerado mais forte naquele presídio. As respostas estão condensadas no gráfico abaixo.

Gráfico 39 – Facção considerada mais forte

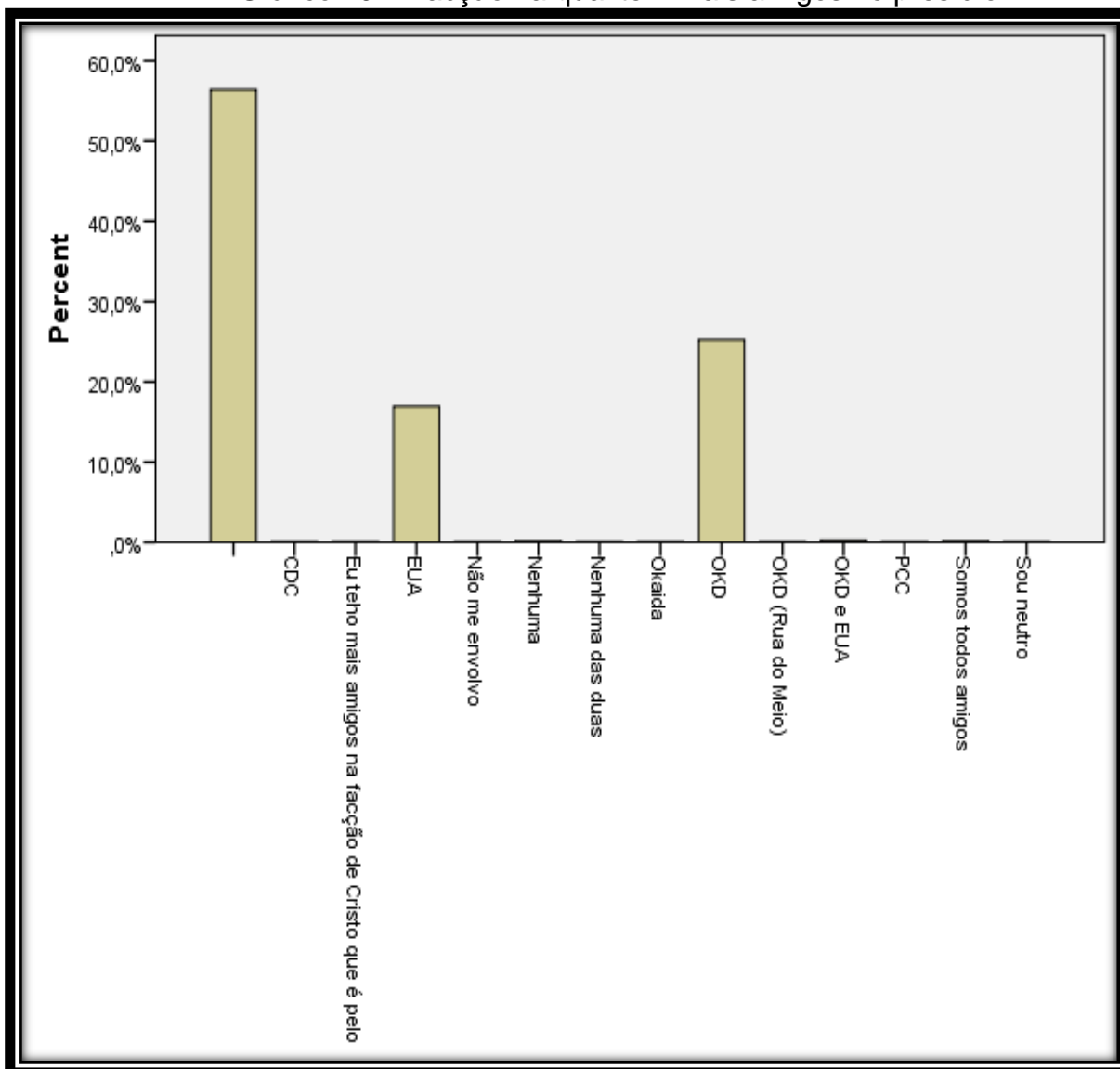


Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Sobre o quadro acima, extrai-se a informar que a primeira coluna corresponde aos que não responderam a questão. A identificação de algum grupo corresponde a 40% dos informantes. Deve-se salientar, ainda, que essa era uma pergunta em aberto.

Após essa pergunta, questiona-se sobre qual seria aquela na qual a pessoa teria mais amigos. Fez-se essa pergunta para chegar o mais perto possível, sem criar constrangimentos ou medo de incriminação à essa temática tal delicada.

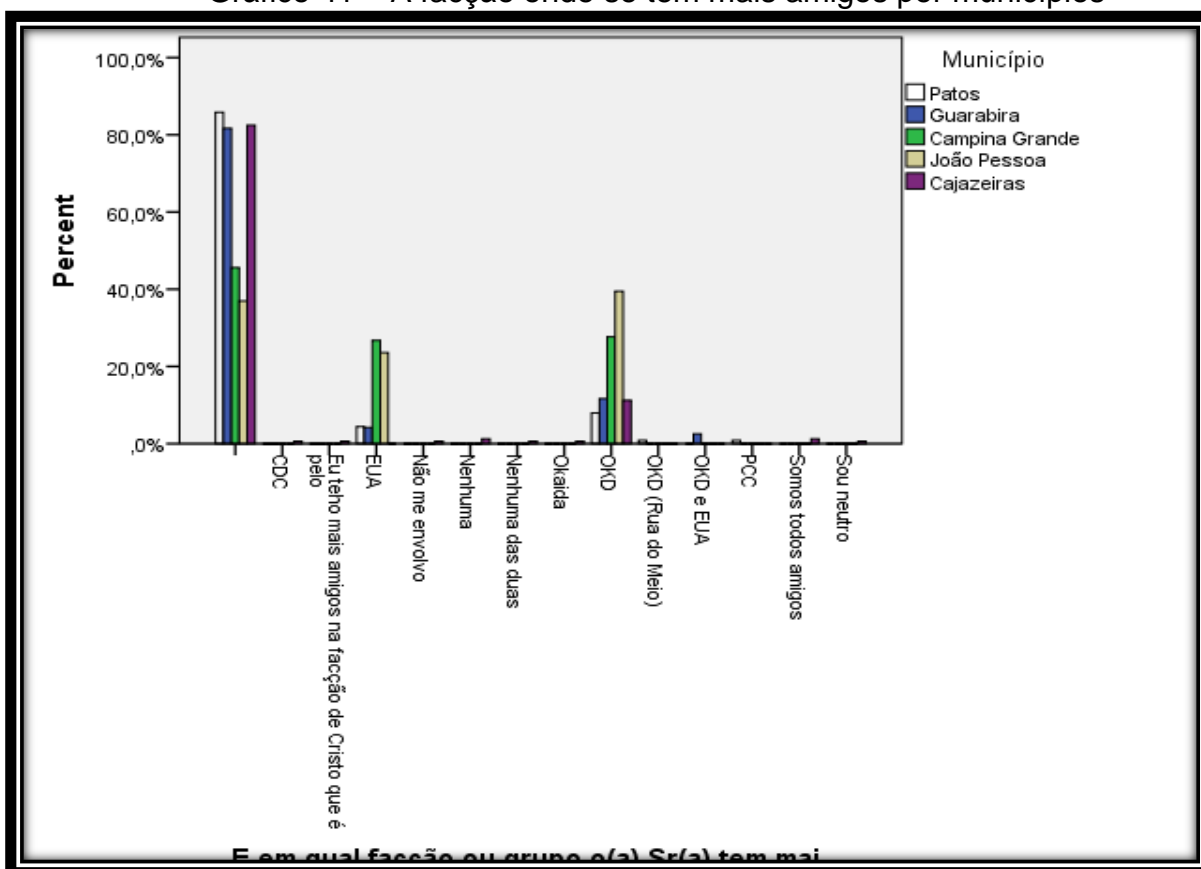
Gráfico 40 – Facção na qual tem mais amigos no presídio



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Percebe-se que, tanto Okaida, quanto Estados Unidos são referenciais nos presídios, mas há uma leve vantagem da primeira. Por fim, valeria a pena levar-se em conta como essa situação se expressa nos diferentes municípios do Estado. Esse é um cruzamento importante para aquilatar-se a presença dessas organizações nos espaços sociais do Estado.

Gráfico 41 – A facção onde se tem mais amigos por municípios



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Com base neste gráfico, pode-se dizer que a Okaida é a facção mais forte em João Pessoa, enquanto Estados Unidos leva ligeira vantagem em Campina Grande. Por outro lado, a Okaida é a mais capilarizada pelo interior do Estado, muito embora deva-se ressaltar a presença de facções organizadas, pelo que indicam os dados, ainda não é tão significativa nos presídios situados nos municípios do interior da Paraíba.

4.9 CAUSAS E FATORES QUE DETERMINAM A ATUAÇÃO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NA PERCEPÇÃO DE SEUS ATORES

Para um melhor esclarecimento no tocante à existência, à origem e ao modo de atuação das facções criminosas – Okaida e Estados Unidos –, que agem dentro e fora das penitenciárias paraibanas, buscou-se entrevistar integrantes de ambas as associações criminosas; para isso, foram selecionados quatro sujeitos de pesquisas,

sendo todos reclusos nos presídios da capital, dois detentos da Penitenciária Desembargador Flósculo da Nobrega (Presídio do Roger) e dois da Penitenciária Dr. Romeu Gonçalves de Abrantes (PB1 e PB2).

Todos os sujeitos da pesquisa possuem idade entre 18 e 25 anos; são paraibanos, naturais de João Pessoa; três se declararam negros (**Entrevistados 1, 2 e 4**) e um pardo (**Entrevistado 3**) e de baixo nível de escolaridade, pois ambos não chegaram a concluir o Ensino Fundamental.

Todos eram desempregados, viviam de “bicos”, dois realizavam serviços como auxiliar de pedreiro na construção civil, enquanto que os outros dois pegavam frete na feira livre do bairro de Jaguaribe.

Os entrevistados, em sua totalidade, reconhecem a Okaida e os Estados Unidos como as duas facções mais fortes e atuantes, que agem dentro e fora dos presídios da Paraíba. Dois se reconhecem como integrantes da Okaida (**Entrevistados 1 e 2**), enquanto que os demais (**Entrevistados 3 e 4**), afirmam pertencer à facção criminosa denominada Estados Unidos.

O **entrevistado 1** afirmou que ingressou na Okaida, pois estava cansado de ser tachado de fraco por seu pai; assim, começou a se aproximar de alguns vizinhos que, juntos, consumiam drogas, amigos esses que integravam a facção e, através da indicação deles, passou a vender e, assim, ingressou no movimento³.

Eu vivia sendo espancado pelo meu pai que me chamava de fraco e de “bichinha”, aí um dia eu fugi de casa, passei a morar na rua e me juntei com uns amigos, onde fumávamos maconha e *crack*, passei depois a vender e só aí entrei na Okaida, indicado por esses amigos que hoje são meus irmãos. (ENTREVISTADO 1).

Asseverou esse sujeito da pesquisa que não existe nenhum ritual de iniciação, o que existe é o ódio entre as facções, a disputa por territórios e a cobrança de dívidas de drogas. Os homicídios são exatamente fruto desse ódio e dessa intolerância.

Essa história de ritual de iniciação é invenção dos homi, o que acontece é cobrança de dívida, comprou e não pagou, morre. Morre também os derrota, os mizera dos americano, basta só cruzar com nós na rua ou até mesmo quando tenta invadir nosso território. (ENTREVISTADO 1).

³ Denominação que é dada às facções pelos integrantes dessas associações criminosas.

Disse ele que a Okaida não se associa a ninguém, tomou conhecimento de que, certa vez, um integrante do PCC tentou se juntar ao movimento, mas chegou querendo assumir o comando de tudo; por esse motivo, foi morto na Rua do Meio do Bairro São José. Por isso, afirmou que se sente honrado em fazer parte da Okaida, e que a facção hoje tem suas ações sedimentadas na fortaleza de seus integrantes.

O movimento é nós, só nós, um mala do PCC tentou tomar o comando e partiu dessa para o inferno lá na Rua do Meio. A Okaida é honra, e quem faz parte dela tem que ser forte e viver na ética do movimento. (ENTREVISTADO 1).

Já o **entrevistado 2** informou que, devido à violência familiar por ele sofrida, pois seus pais são alcoólatras e, quando embriagados, agredem os filhos, ele, como o filho mais velho, resolveu sair de casa e passou a morar nas ruas, onde conheceu o mundo das drogas, inicialmente, consumindo e, depois, passando a vender em troca das drogas que usava. Nas ruas, conheceu a violência, pois foi espancado por alguns integrantes dos Estados Unidos devido ao não pagamento de algumas pedras de *crack*, assim se aproximou da Okaida que o aceitou ao saber de seu ódio para com a facção rival.

Eu e meu irmão apanhava todo dia, era só o meu pai ou minha mãe chegar em casa cheio de cachaça e a pisa comia no centro. Um dia saí de casa e passei a morar na rua e usar droga, entrei nas pedras⁴, fiquei devendo aos mizera dos americano e levei uma surra. Foi quando conheci meu irmão da Okaida e hoje vivo para matar esses desgraçados. (ENTREVISTADO 2).

É do seu conhecimento que a Okaida age só, pois a única vez que o PCC tentou se aproximar da facção, queriam assumir o comando do movimento, desta feita, o emissário do PCC foi morto no Bairro São José. Para ele, a Okaida demonstrou força, o que faz com que todos se orgulhem em fazer parte da facção. Afirma, ainda, que, nem a polícia, nem tão pouco a SEAP conseguem mais fazer frente às ações da Okaida.

Nós age só, quando um PCC tentou tomar o comando, nós demo um jeito nele e mandamo um recado para eles, que aqui na Paraíba é nós quem manda. No nosso movimento só tem forte, e que é o orgulho da facção, nossa força é tão grande que nem a militar, nem a civil do lado de fora nem os

⁴ Denominação dada pelos usuários e traficantes às pedras de *crack*.

agentes penitenciários dentro da cadeia tem força para enfrentar nós. (ENTREVISTADO 2).

As respostas dos **entrevistados 3 e 4** se aproximam, ao afirmarem que se sentiam invisíveis para a sociedade, motivo que os fez ingressarem na facção Estados Unidos e que ambos foram agredidos e ameaçados de morte por integrantes da Okaida, devido a dívida de drogas e, para se defenderem, uniram-se aos americanos como forma de visibilidade social, mas, principalmente, de defesa.

Eu era apenas mais um, hoje sou temido, fui ameaçado de morte e espancado pelos mizera da OKD, foi na facção que encontrei amizade verdadeira e proteção. (Entrevistado 3).

Procurei os irmão americano, pois os derrota da Okaida queriam me matar, levei uma surra, pois tava devendo a eles, comprei *crack*, e não paguei. Eu não era nada nesse mundo, hoje sou protegido e luto contra esses derrota. (Entrevistado 4).

Para o **entrevistado 3**, não existe qualquer tipo de ritual para a aceitação de um novo integrante da facção; esse ingresso é feito através da indicação de um componente mais antigo e com prestígio dentro do grupo.

Para entrar no movimento basta a palavra de um irmão forte com o comando, não tem isso de ritual, não sei quem inventou isso, só sei que é mentira. (Entrevistado 22).

Já para o **entrevistado 4**, existe sim um ritual de iniciação; no caso dele, foi o homicídio de um usuário de *crack* que se encontrava em débito com a facção e foi julgado como traidor, pois, além do que já devia, pegou mais drogas para vender e acabou consumindo-as, aumentando ainda mais sua dívida com os traficantes.

Para entrar nos EUA eu tive que mandar um noiado safado que devia a nós, e ao invés de pagar, pegou mais peda para vender e fumou todas. (Entrevistado 23).

Atualmente, para fazer frente à facção rival, segundo os **entrevistados 3 e 4**, os Estados Unidos uniram forças com o PCC de São Paulo, de quem eles conseguem armas e drogas. Nesse caso, suas respostas também corroboram para um mesmo entendimento.

Os irmão do PCC ajuda nós na guerra contra os malditos, com eles nós consegue as drogas para vender e as arma para nós se defender e enfrentar os mizera da OKD. (Entrevistado 3).

Nós estamos juntos e misturados com os irmãos paulistas do PCC, eles nos ajudam com as drogas vendemos e as armas que usamos. (Entrevistado 4).

Para os **entrevistados 3 e 4**, os Estados Unidos, hoje, são as suas famílias, pois foi ela quem deu visibilidade e um certo *status* social para eles, tendo a união de seus integrantes, a principal componente para a força da facção, o que a faz temida pelos inimigos da Okaida, como também dos agentes públicos responsáveis pela segurança pública paraibana.

Hoje eu só tenho as coisas por causa da facção, compro roupa e tênis de marca, tenho meu prestígio na comunidade onde moro. A união é a nossa força, que faz tremer os infames e a polícia. (Entrevistado 3).

Tudo o que consegui, reconhecimento, armas, roupas boas, foi graças aos Estados Unidos, assim pelo movimento eu mato e morro. Esse sentimento mostra para nossos inimigos que somos fortes e aí podem vir para cima que estamos prontos. (Entrevistado 4).

Assim, diante de tudo o que foi exposto e colhido nas entrevistas com os integrantes das duas facções criminosas Okaida e Estados Unidos, observa-se que o *modus operandi* das duas organizações criminosas se assemelham, inclusive em sua forma de recrutamento, selecionando viciados, por vezes, até crianças e adolescentes, para atuar como soldados do narcotráfico.

A violência doméstica é apontada pelos entrevistados como causa primordial da desestruturação familiar, conduzindo-os ao mundo das drogas; nesse caso, portanto, observa-se que a família, enquanto ambiente natural, primeiro ambiente socializador responsável pelo bem estar, segurança e transmissão de valores, passa a ser um *locus* de conflitos e de violências.

O serviço é pago com drogas, principalmente, a maconha e as pedras de *crack*. Relatos dão conta de que, para ser admitido em qualquer um dos grupos, o iniciante deve cometer um homicídio, onde as vítimas são, em sua maioria, viciados endividados com os traficantes.

Percebe-se, também, nas afirmações dos entrevistados, que as facções, em parte, propiciam aos seus integrantes a esperança de “ascensão social”, como uma

alternativa real e rápida, para ter visibilidade e respaldo de sua comunidade, bem como na aquisição de bens materiais, como roupas e tênis de marca.

É inegável o fato de que o *status* social dos indivíduos é analisado, desde o momento da abordagem policial, pois, de forma seletiva, esse procedimento, por vezes, ocorre em lugares estrategicamente escolhidos, bem como o perfil das pessoas abordadas, em sua maioria, jovens pobres, negros ou pardos. Assim, percebe-se que o cidadão que habita as periferias e, por conta disso, é socialmente excluído, sem o devido acesso à educação, ao trabalho e a moradia digna, conduzindo-os para uma camada dos indivíduos que já têm negadas as perspectivas à uma possível ascensão social e, para isso, associam-se em torno do tráfico de drogas, em busca dessa imaginável sensação de elevação e de promoção social.

Por fim, observa-se nas alegações dos entrevistados que o fascínio exercido pela “vida bandida”, pelas armas de fogo e o poder que dela advém, fazem desses indivíduos atores de um dia a dia violento, onde, na busca por admiração e por respeito, transformam-nos em pessoas cruéis e violentas diante do “inimigo”, que, em sua maioria, trata-se dos integrantes da facção rival, como também dos operadores das forças policiais.

4.10 AS MANIFESTAÇÕES DO CRIME ORGANIZADO NA PARAÍBA NA VISÃO DOS OPERADORES DA SEGURANÇA PÚBLICA

Foram entrevistados policiais militares de ambos os sexos, que se encontram empregados no serviço operacional da PMPB, ou seja, em sua atividade-fim, sendo três Oficiais, um Major (Entrevistado 5), um Tenente (**Entrevistado 6**), uma Tenente (**Entrevistada 7**); seis Praças, sendo dois Sargentos, um do sexo masculino (**Entrevistado 8**) e outro do sexo feminino (Entrevistada 9); dois Cabos (**Entrevistados 10 e 11**) e dois Soldados (**Entrevistados 12 e 13**), também um de cada gênero sexual.

Dentre os Oficiais, observa-se que os subalternos ou os Tenentes aproximam suas respostas, quando se buscou saber se existe ou não crime organizado na Paraíba, respondendo ambos de forma positiva para a existência das facções criminosas aqui estudadas:

Sim, existe crime organizado.

O estágio ainda é “amador”, porém vem em ascensão, concentrando ainda nas grandes cidades. (ENTREVISTADO 6).

É do conhecimento de todos, a existência das facções criminosas Al Qaeda e EUA.

E a cada dia que passa, se tornam mais fortes e mais organizados, definindo e defendendo territórios, bem como interiorizando suas ações para outros municípios nas diversas regiões do Estado. (ENTREVISTADO 7).

Já o Oficial Superior (Major) discorda do posicionamento dos dois Tenentes, por ele entender que apenas existe crime organizado, quando essa atividade encontra-se engendrada em todas as esferas públicas:

Não acredito, partindo do princípio que o crime organizado possui tentáculos em todas as esferas do poder, ou seja, no Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como no Ministério Público e na imprensa. Isso não ocorre aqui na Paraíba. (ENTREVISTADO 5).

No entanto, admite a existência das facções criminosas Okaida e EUA:

Facções como Okaida e EUA não podem ser consideradas crime organizado, é bom que se registre isso. Portanto, são grupos desorganizados e que primam seus procedimentos, pelo tráfico de drogas e pela violência. (ENTREVISTADO 5).

Porém, ambos os Oficiais – Superior (Major) e Subalternos (Tenentes) – aqui entrevistados, corroboram o entendimento de que a PMPB atua no enfrentamento às atividades criminosas das duas facções, ainda de forma reativa, pois, constitucionalmente, essa atividade é atribuição da Polícia Civil:

Não atua especificamente, mas possui uma equipe de inteligência que acompanha crimes dessa natureza de um modo geral. (ENTREVISTADO 5).

A PMPB ainda é muito reativa, agindo muitas vezes após ocorrido, apesar de não ser função constitucional da PM a investigação, ou seja a inteligência, deveria ser implementada na nossa atividade, até porque a Polícia Civil ao meu ver tem um desempenho insatisfatório. (ENTREVISTADO 6).

A PMPB é responsável pelo policiamento ostensivo, pela prevenção, a investigação desse tipo de atividade é atribuição da Polícia Civil. (ENTREVISTADO 7).

Os Praças aqui entrevistados são unânimes no reconhecimento das atividades criminosas das facções Okaida e EUA, atestando, também, que essas facções já se encontram bem estruturadas:

Acredito que sim.

Crítico, pois apesar de ter o nome de crime organizado demonstra que perdeu o controle até mesmo da organização dos criminosos causando divisões e intrigas dentro das próprias facções. (ENTREVISTADO 8).

Existe sim a atividade criminosa das facções Okaida e Estados Unidos. E suas atividades já se apresenta, bem estruturada. (ENTREVISTADO 9).

Reconheço que existem duas facções que aterrorizam a Paraíba, são elas a Okaida e os estados Unidos.

Se mostram como organizações estruturadas para atividades criminosas como tráfico de drogas e práticas de homicídios. (ENTREVISTADO 10).

Existe sim duas facções criminosas.

Elas atuam no tráfico de drogas e no cometimento de assassinatos, principalmente dos rivais. (ENTREVISTADO 11).

Tenho conhecimento da existência da Okaida e Estados Unidos.

Se estruturaram em algumas áreas de João Pessoa e vivem em pé de guerra querendo uma invadir o território da outra, para hegemonia do tráfico de drogas. (ENTREVISTADO 12).

Existe sim.

A Okaida e Estados Unidos surgiram e se firmaram na comercialização de drogas e prática de homicídios. (ENTREVISTADO 13).

Dentre os Policiais Civis, foram entrevistados dois Delegados (**Entrevistado 14 e 15**) e dois Agentes de Investigação (**Entrevistados 16 e 17**). Os Policiais Civis não entendem as atividades das duas facções como criminalidade organizada, corroborando ambos o entendimento do Major da PMPB, mas sim como apenas atividade de *gangs*:

Não existe o crime organizado no nosso Estado.

Apenas existe atividades de *gangs*, travestidas de facções criminosas. (ENTREVISTADO 14).

Não existe o crime organizado na Paraíba.

Confundem brigas de *gangs*, com atividades de facções criminosas, é certo que ambas se estruturaram em torno do tráfico de drogas, mas daí a entender como criminalidade organizada, é bem distante. (ENTREVISTADO 15).

Não existe o crime organizado.

Apenas facções criminosas que atuam no tráfico de drogas e na prática de homicídios. (ENTREVISTADO 16).

Não se pode entender as atividades da Okaida e dos Estados Unidos como criminalidade organizada.

Tais Atividades não tem nada de organizada, é do conhecimento de todos que existe inclusive rachas dentro das próprias facções, o que existe sim, são atividades violentas com a prática de homicídios, bem como a comercialização de drogas. (ENTREVISTADO 17).

Foram entrevistados, também, funcionários da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SECAP), que atuaram na gestão e na execução dos serviços penais no Estado da Paraíba.

Na atividade de gestão, foram entrevistados o Gerente Executivo do Sistema Penitenciário (GESIPE) e o Gerente Executivo de Planejamento, Segurança e Informações (GEPLASI), aqui denominados, respectivamente, de **entrevistado 18 e entrevistado 19**. Os gestores entrevistados corroboram o entendimento sobre a existência de como se encontram estruturadas as facções criminosas que, atualmente, funcionam na Paraíba:

Sim. Existe a presença do crime organizado no território paraibano. São ramificações das facções criminosas do eixo Rio-São Paulo, porém ainda se apresenta como uma atuação de pouca monta no território paraibano. (ENTREVISTADO 18).

Evidente que sim. Comprovadamente, observa-se no interior dos presídios paraibanos integrantes do CV e do PCC, e esses criminosos de certa forma influenciaram as duas facções criminosas Okaida e Estados Unidos, não conseguiram ainda dominá-los, mas já influenciam suas ações, principalmente, no tocante ao tráfico de drogas. (ENTREVISTADO 19).

Na atividade de execução, foram entrevistados dois Diretores (**Entrevistados 20 e 21**) e dois Agentes de Segurança Prisional (**Entrevistados 22 e 23**), onde observa-se o seguinte:

Existe sim crime organizado. Atualmente, eles atuam comandando o tráfico de drogas em todo o Estado, emanando ordens de dentro das penitenciárias para seus comparsas do lado de fora. (ENTREVISTADO 20).

Sabe-se da existência das facções criminosas Okaida e Estados Unidos. Tais facções atuam dentro e fora dos presídios paraibanos, comandando o tráfico de drogas e a prática de homicídios contra os devedores e os inimigos das facções rivais. (ENTREVISTADO 21).

Confirmadamente, reconhece-se a Okaida e Estados Unidos.

Comandando o tráfico de drogas e o cometimento de assassinatos, inicialmente, na capital e, atualmente, em todo o Estado. (ENTREVISTADO 22).

Sim, existem as facções Okaida e Estados Unidos. Essas facções, hoje, aterrorizam todo o Estado com práticas violentas e com o tráfico de drogas. (ENTREVISTADO 23).

Quando se buscou saber como as instituições que compõem o Sistema de Justiça Criminal paraibano encontra-se atuando para o enfrentamento ao crime organizado na Paraíba, observou-se que, na percepção dos policiais militares entrevistados, existem opiniões contraditórias.

Na visão dos Oficiais, que embora também participem da execução do serviço operacional, mas, principalmente, são eles os responsáveis pelo planejamento e pela gestão das operações policiais, já se observa os posicionamentos contraditórios:

Acredito que os setores de inteligência das nossas policiais estão preparados para esse tipo de atividade criminosa, porém, não combatem Especificamente esses crimes. (ENTREVISTADO 5).

A segurança paraibana tem metas e planos de operações, porém na minha opinião são ineficazes, falasse em redução de homicídios, porém não se preocupa e nem se cria uma diretriz para tal combate, não acredito que apenas o aumento de policias nas ruas diminua os crimes violentos letais intencionais (CVLI), e sim deveria haver uma repressão qualificada. (ENTREVISTADO 6).

As Instituições que compõem o sistema de segurança paraibana, mesmo com todo esforço de seus integrantes, não conseguem minimizar a atuação dessas facções criminosas em nosso Estado, dado ao amadorismo dos Gestores maiores, que por vezes se omitem e mascaram a realidade. (ENTREVISTADO 7).

Na percepção dos Praças, também encontram-se ressaltadas essas opiniões divergentes:

A polícia civil atua investigando e descobrindo quem são os líderes, prendendo quando possível.

A polícia militar saturando as áreas onde os índices apontam maior concentração de tais facções.

O sistema penal atua separando as lideranças de tais facções, tentando cortar a comunicação com os criminosos que estão fora dos presídios. (ENTREVISTADO 8).

Sem aparato, nem apoio, na verdade de mãos atadas. Os homens e mulheres combatentes estão enxugando gelo. (ENTREVISTADO 9).

Os policiais civis entendem que as instituições que integram o Sistema de Justiça Criminal paraibano atuam de forma satisfatória, porém os parâmetros legais empregados pela legislação em vigor propiciam e conduzem, por vezes, os policiais a um sentimento de impotência, junto ao enfrentamento do crime no território paraibano.

Necessário se faz o fortalecimento das políticas públicas nas áreas econômica, social e cultural, particularmente na área da educação e na geração de emprego e renda, e também da redução da impunidade através de mudanças na legislação e do aperfeiçoamento da atuação das organizações dos sistemas de segurança pública e justiça criminal, pois não é apenas com a repressão policial que se resolverá o problema do aumento da criminalidade e da violência urbana. (ENTREVISTADO 14).

Observa-se na grande maioria dos casos, a impunidade, combinando-se problemas na aplicação da lei e de deficiências nos sistemas de segurança pública e justiça criminal, principalmente, quando se trata de ocorrências envolvendo menores e adolescentes. (ENTREVISTADO 15).

Não apenas na Paraíba, mas também, como em todo território brasileiro, vê-se a dificuldade dos agentes de segurança pública em decorrência de falhas na legislação e de carências e por vezes omissões, na atuação dos integrantes dos sistemas de segurança pública e justiça criminal paraibano. (ENTREVISTADO 16).

A dificuldades no enfrentamento ao crime organizado na Paraíba se dá, especificamente, pela falta de apoio por parte de setores do governo, da justiça, da sociedade e até mesmo da polícia. (ENTREVISTADO 17).

Com relação à opinião dos integrantes do Sistema Penitenciário Paraibano, observa-se que também corroboram a visão dos policiais civis, no tocante à omissão do Estado, nas questões relativas ao enfrentamento do crime organizado.

Na Paraíba observamos que o Estado deixou de cumprir a lição de casa, ao punir e não ressocializar o criminoso, deixando o detento à mercê das facções criminosas existentes no interior do próprio sistema. (ENTREVISTADO 20).

O poder público paraibano vem apresentando falhas por não detectar a mobilização das facções criminosas dentro das prisões, subestimando-os, sendo na maioria das vezes surpreendido por suas ações dentro e fora das penitenciárias paraibanas. (ENTREVISTADO 21).

A omissão do poder público foi que fez crescer o crime organizado na Paraíba, destacando-se as duas facções que agem dentro e fora dos presídios, a Okaida e os Estados Unidos. (ENTREVISTADO 22 e 23).

Observa-se, portanto, a relevância da opinião de todos esses atores entrevistados, pois o entendimento e a experiência profissional de todos demonstraram uma importante contribuição, quanto à compreensão do surgimento e

o *modus operandi* das facções criminosas que agem dentro e fora dos presídios paraibanos, evidenciando-se, muitas vezes, a omissão e o descaso do Poder Público com esse crescente problema.

No entanto, mostra-se preocupante tais afirmações, pois demonstra o quão são desconexos os serviços da Justiça Criminal do Estado da Paraíba, o que, certamente, reproduz a realidade brasileira. Instituições essas que deveriam compartilhar informações, normas, ideias, identidades sociais e símbolos, buscando-se, com isso, o desenvolvimento técnico-profissional dos operadores da segurança pública.

A criação de fóruns e de debates seria uma eficiente forma de desenvolvimento de valores a serem compartilhados, contando sempre com a participação e a opinião dos profissionais de segurança pública, possibilitando, dessa forma, os Estados celebrarem alianças recíprocas, propiciando a confiança mútua para o enfrentamento da criminalidade e o desenvolvimento de uma cultura de compreensão dessas ameaças, que, hoje, ultrapassam as divisas estaduais, viabilizando-se, assim, adotar uma postura efetiva, bem como a implementação de políticas públicas para esse enfrentamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe certa controvérsia, no tocante às origens do Crime Organizado no Brasil, pois são atribuídas diversas origens, que perpassam por vários momentos históricos. Alguns estudiosos identificam o cangaço como antecedente do crime organizado no Brasil, por serem os cangaceiros organizados hierarquicamente, além de realizarem saques à vilas, à fazendas e à pequenas cidades, extorquiam dinheiro mediante ameaça, realizavam ataques e pilhagem, bem como sequestro de pessoas importantes.

Outra proposição explicativa para tal surgimento remete à gestão do “jogo do bicho”, que passou a ser gerenciada por grupos mediante a corrupção de policiais e de políticos, por se tratar de um excelente meio de lavagem de dinheiro.

Outra hipótese para a origem do Crime Organizado no Brasil, defendida por vários autores, foi o suposto envolvimento dos presos políticos nos anos da Ditadura Militar Pós-64, com os presos comuns, a que foi ensinado as táticas de guerrilhas, forma de organização, de hierarquia de comando e clandestinidade, levando, com isso, o planejamento para os atos criminosos, garantindo, assim, o sucesso ao ato ilícito. É tal razão que o crime praticado com métodos avançados de planejamento e de organização passou a denominar-se crime organizado, devido às facilidades de comunicação, o que propiciou a parceria com grupos criminosos de outros países.

Assim, nas décadas de 70 e 80, surgiu nos presídios brasileiros, fruto da união dos presos políticos de esquerda com os presos comuns, o grupo criminoso denominado de “Comando Vermelho”, ocorrido, principalmente, no Presídio da Ilha Grande.

Há, por outro lado, quem acredite que o crime organizado não surgiu nas prisões, mas sim nas favelas cariocas, dado o descaso do Estado. Tal descaso teria feito emergir locais de segregação e de profunda miséria, possibilitando, com isso, o surgimento de uma geração de excluídos, que se uniram e se organizaram em resposta a essa exclusão, com vistas a suprirem suas necessidades básicas de sobrevivência, instaurando os territórios da criminalidade e instituindo o poder paralelo ao Estado.

Na atualidade, é sabido que um dos principais problemas para os Estados modernos, democráticos, é o controle social, ou seja, é a integração da sociedade

com a administração pública, com vistas à busca por soluções de problemas comuns de uma sociedade complexa, bem como solucionar as deficiências sociais com mais eficiência. O Controle Social, então, torna-se um importante instrumento democrático para a promoção de políticas públicas, onde a participação social no exercício do poder exprime sua vontade como fator de avaliação para a criação e metas a serem alcançadas no âmbito da segurança pública.

Cada sociedade vive o contexto de sua cultura. A cultura do grupo é constituída pelo conjunto dos modos de sentir, de pensar e de agir dos membros desse grupo. Em seu todo, estão integrados os seus costumes, suas tradições, seus padrões de vida corrente. Ela mesma cria certas técnicas de controle no interesse de manter-se íntegra, permitindo a continuidade social. Essas técnicas se manifestam pelos padrões de comportamento, variáveis em importância, de acordo com os níveis do grupo.

Do ponto de vista da investigação sociológica, compreende-se que o *locus* constituído pelos noticiários policiais dos jornais de circulação nacional e estadual, fundamentou o objeto desta pesquisa, por haver auxiliado, no tocante à percepção de como o problema envolvendo criminalidade e das facções criminosas vem se desenvolvendo no território paraibano, contrapondo-se às informações ignoradas, sonegadas ou encobertas pelas fontes oficiais do Poder Público paraibano.

No que se refere ao caso pesquisado, observa-se que não ficou evidenciado uma possível data para o surgimento dessa atividade criminosa na Paraíba, porém ressalta-se o ano de 2008, como sendo o provável lapso temporal para esse surgimento.

Vê-se que as duas facções aqui estudadas – *Al Qaeda* ou “Okaida” e “Estados Unidos”, – guardam alguns pontos em comum, quando se analisa o *modus operandi* de suas atividades criminosas: o primeiro é a atividade econômica que subsidia as ações de ambas as facções, que é o tráfico de drogas; o segundo é a guerra por territórios, o que propicia um enfrentamento violento entre elas, dando causa à grande parte dos homicídios hoje presenciados no território paraibano; o terceiro é o ingresso de jovens cada vez mais novos em ambas as facções.

Assim, para a consecução deste estudo, foram escolhidos jornais de grande circulação, seja ele de abrangência nacional, como “**A Folha de São Paulo**”, regional, como o “**Jornal do Comércio**” de Pernambuco e estadual, como o “**Portal do**

Jornal Correio da Paraíba”, bem como a revista **“Isto É independente”**, pois, além do reconhecimento e da representatividade social, esses veículos midiáticos são as únicas fontes que disponibilizam informações sobre o assunto pesquisado.

De tal modo, analisando-se o que foi noticiado, vê-se que, na Paraíba, mais precisamente, na cidade de João Pessoa, surgia a aproximadamente, dez anos passados, inspirados no incidente ocorrido nos Estados Unidos da América, no dia 11 de setembro de 2001, duas facções criminosas que disputam o controle de comunidades na capital do Estado: a “Okaida”, denominação que equivale a *Al-Qaeda*, porém é grafada dessa forma, dada a baixa escolarização de seus integrantes e os Estados Unidos.

A “Okaida” surgiu de um grupo de presos que buscavam se estabelecer em determinados bairros e comunidades de João Pessoa, tais como: Mandacaru, São José, Bairro dos Novais, Alto do Mateus e Ilha do Bispo, e, nestes locais, montaram uma estrutura de tráfico de drogas usando, para isso, extrema violência. As drogas seriam fornecidas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), organização que age nos presídios de São Paulo.

Quando se tentou reprimir o tráfico, através de operações policiais, os integrantes da “Okaida” promoveram várias badernas na cidade, onde vários ônibus foram incendiados. Os homicídios fazem parte do "ritual de iniciação" para quem deseja integrar essa organização criminosa, onde as principais vítimas seriam os devedores do tráfico, podendo ser extensivo a qualquer pessoa, quando não existam alvos específicos. Atualmente, desafiam o Estado, quando picham muros com frases do tipo: "Não entre. Vai levar bala", e fecham escolas com boatos de incendiá-las, marcando seus muros com a sigla do grupo (OKD).

Já a facção “Estados Unidos” surgiu depois da “Okaida”, com vista a fazer o enfrentamento aos rivais e inimigos da “Okaida”, atuando, principalmente, nos bairros de Mandacaru e Bairro dos Novais, e também na comunidade Bola na Rede. O *modus operandi* das duas organizações criminosas se assemelham, inclusive na forma de recrutamento de seus integrantes, onde a “Okaida” e os “Estados Unidos” têm como atributo recrutar exércitos de viciados, por vezes, até crianças e adolescentes, para atuar como soldados do narcotráfico. O serviço é pago com drogas, principalmente, a maconha e as pedras de *crack*. Relatos dão conta de que, para ser admitido em

qualquer um dos grupos, o iniciante deve cometer um homicídio, onde as vítimas são, em sua maioria, viciados endividados com os traficantes.

Assim, dialogando-se com os ensinamentos de Souza (2009), ressalta-se ambas as facções que atuam dentro e fora dos presídios paraibanos, buscam a construção de sua própria identidade, que o autor denomina de pertencimento coletivo, no entanto essa construção leva em consideração os interesses e os valores que extrapolam o indivíduo e o pertencimento não se determina por laços de sangue, localidade ou vizinhança, por entender o autor serem esses laços restritivos, mas sim pelo sentimento de uma comunidade em sentido amplo.

Ambas as facções apresentam uma semelhança na forma de recrutamento e na forma de atuação de seus integrantes, fato que corrobora o pensamento de Elias e Scotson (2000), no tocante à relação de poder existente entre as facções Okaida e Estados Unidos, relação essa que não se diferencia quanto à ocupação, à religião, à classe social, à cor da pele, ao nível de letramento etc., mas sim ao tempo de pertencimento em cada facção, denominado pelos autores de “estabelecidos”, para com aqueles que buscam entrar para as facções, os “*outsiders*”.

Os *outsiders*, na busca por reconhecimento dentro da facção, submetem-se ao que eles denominam de ritual de iniciação, para, assim, deixarem de ser vistos como forasteiros e suplantarem o processo de estigmatização, conforme aponta Goffman (1988). Os recém iniciados de cada facção sofrem, de certa forma, discriminação e exclusão, fazendo com que eles, buscando adequar-se aos ideais das facções e, como isso, procurem atingir o que autor denomina de padrão de normalidade social, fugindo da realidade e, por vezes, comportando-se de modo combativo, sendo esse o esforço despendido pelo *outsider* para ser aceito pelo grupo.

Nesse sentido, Goffman (1988) assevera que a pessoa estigmatizada, por vezes, oscila de forma interativa entre o retraimento e a agressividade, podendo torná-lo um indivíduo muito violento. Essa agressividade exacerbada conduz esses indivíduos a praticarem atos violentos e, deste modo, nota-se que o enfrentamento entre as duas facções é constante e ocorre, tanto nas ruas, quanto no interior dos presídios de João Pessoa, mais especificamente na Penitenciária Modelo Desembargador Flósculo da Nóbrega, conhecida popularmente como Presídio do Roger, porém, atualmente, já existem ramificações dessas gangues no interior do

Estado, ocorrido pela transferência de alguns seus integrantes para outras unidades prisionais paraibanas.

Observa-se, nesse fenômeno, um embate de ideias rivais, com a contraposição de interesses inimigos externos, conforme ensina Souza (2009), que se concretizam a partir de solidariedades locais, que vão, desde os laços consanguíneos, como também, os laços territoriais, que se entrelaçam em torno de interesses políticos e econômicos, surgindo, nesse momento, o que o autor denomina de nação e, que, para seu sucesso, deve combater e anular o potencial de seu inimigo.

Analisando-se as respostas advindas dos questionários, pode-se observar que, na Paraíba, a população carcerária é formada, em sua maioria, por jovens; pretos ou pardos; com baixa escolaridade e poder aquisitivo; advindo de uma família desestruturada, também com parentes envolvidos com o mundo do crime; vários já fizeram ou fazem uso de drogas; grande parte deles condenados por homicídio e por tráfico de drogas, bem como alguns outros crimes que advém desses dois, que são o porte ilegal de armas, a associação criminosa etc.; no tocante à religião, que professam, grande parte deles afirmaram ser católicos, mas também vários se declararam simpatizantes das religiões afro-brasileiras. Uma parcela significativa dos presos paraibanos afirmou de forma positiva para a existência na Paraíba das facções criminosas Okaida e Estados Unidos, aparecendo, também, porém, em pequena escala, a participação do PCC e do CV.

Para aprofundar as informações relacionadas às facções criminosas, foi realizada uma entrevista com quatro presos, dois recolhidos na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nobrega, um pertencente da Okaida e o outro dos Estados Unidos, e dois na Penitenciária Dr. Romeu Gonçalves de Abrantes, também com um de cada facção. Observou-se que todos são oriundos de um lar desestruturado, violento, onde os pais, em sua maioria, chegavam embriagados e os agrediam moral e fisicamente; esse fato fez com que eles abandonassem suas casas e passassem a morar nas ruas e, conseqüentemente, a terem envolvimento com o mundo das drogas. Todos se tornaram alvos fáceis para as facções, pois viram nelas uma possibilidade de renda, pois o que ganha prestando seus serviços, passam a adquirir artigos por eles cobiçados, como roupas e tênis de marca, motocicletas etc., igualando-os aos jovens das classes sociais mais privilegiadas. Desta feita, mesmo aqueles jovens que trabalham formalmente, são seduzidos pela estrutura do tráfico

de drogas, pois ela auferia a eles a possibilidade de uma atividade mais rentável, propiciando-o uma ascensão social mais rápida, como também o fascínio pelo perigo, pelo agir em desacordo com a lei, e, principalmente, pelas armas de fogo, conduz esses jovens à criminalidade em busca do poder, do reconhecimento e do prestígio pessoal.

Já no tocante às entrevistas, têm-se que, conquanto, todos esses atores tivessem sua contribuição a dar para a compreensão dos fatos, nas distintas falas, foi evidenciado que, na Paraíba, esse cenário é ademais agravado pela crise da segurança pública, que vem se arrastando ao menos por uma década.

Dentre os policiais militares entrevistados, ressalta-se o ponto de vista do Oficial Superior (Major), que difere, em parte, da visão dos Oficiais Subalternos (Tenentes) e Praças, no tocante à identificação da Okaida e dos Estados Unidos como facções de uma criminalidade organizada, bem como de suas atividades no tráfico de drogas e na prática de homicídios. Existe unanimidade em afirmar que não cabe à PMPB a prática investigativa das ações dessas facções, sendo esta atividade inerente à Polícia Civil; mesmo assim, a PMPB dispõe de um setor de inteligência policial que atua de forma integrada com outros órgãos de inteligência do Estado. Corroborando também esse entendimento, observa-se o ponto de vista dos funcionários da Secretaria de Estado da Cidadania e Administração Penitenciária (SECAP).

Já os policiais civis não as reconhecem como organismos de criminalidade organizada, apenas como facções ou *gangs* que praticam atividades criminosas amparadas no tráfico de drogas e nos homicídios. O que demonstra um posicionamento preocupante, por se tratar da Instituição responsável pela investigação e pelas atividades de polícia judiciária, pois as facções, atualmente, determinam fechamento de escolas e de estabelecimentos comerciais, incêndio em ônibus, morte de integrantes da facção rival, como também de policiais e de agentes penitenciários. Assim, se isso não se caracterizar como atividade do crime organizado, o que seria?

Os crimes cresceram e se tornaram mais violentos; as facções criminosas surgiram e disseminaram suas ações pela sociedade paraibana, alcançando atividades econômicas que perpassam os tradicionais crimes contra o patrimônio. Observou-se, no entanto, com preocupação, o aumento das taxas de homicídios no

Estado da Paraíba, sobretudo, entre adolescentes e jovens adultos, devido ao envolvimento deles com o tráfico de drogas.

Na sociedade moderna, aparecem como irreversíveis as leis, condição coesa social e preservação do equilíbrio social e da ordem pública. Nesse sentido, é que se orientam, segundo os discursos através dos quais elas buscam se legitimar socialmente, as diversas corporações policiais, obviamente, não podemos pensar nos membros dessas corporações como agentes situados à parte, imunes aos dramas e às tensões subjacentes às questões comumente identificadas sob a rubrica de segurança pública.

O crime organizado está, segundo podemos ouvir até em conversações do dia a dia, em um estado paralelo. Isso porque, durante décadas, o Estado brasileiro se omitiu em favorecer melhoria nas condições de vida da população de baixa renda. Dessa forma, o crime organizado se transformou em apenas alguns elementos, roubando e traficando droga, para ser uma instituição extremamente lucrativa, passando ela a substituir a função que deveria ser do Estado, fornecendo aos seus colaboradores melhores condições de vida nas favelas e morros, proporcionando segurança para as famílias que colaborassem com o crime organizado, provendo de alimentos e de assistência médica essa população desamparada pelos governantes brasileiros, o que propiciou o aumento da cumplicidade entre eles e os criminosos.

Por fim, sabe-se que o enfrentamento a este fato exige realismo, investimento e muito trabalho, requerendo, assim, esforços constantes do Estado e da sociedade civil organizada. Entende-se, no entanto, que o problema do aumento da violência e da criminalidade não é fruto do acaso, mas sim de políticas públicas mal elaboradas para o enfrentamento dessa problemática, não políticas repressivas – que são apenas medidas paliativas, mas sim políticas de enfrentamento e de inclusão efetivas socioeconômicas.

Não obstante, as políticas públicas de segurança continuarem sendo formuladas e implantadas segundo modelos convencionais, envelhecidos, incapazes de acompanhar as mudanças sociais, devido ao distanciamento entre a Polícia e a comunidade, à subnotificação dos crimes, à deficiência na seleção, na formação e no treinamento policial, ao crescimento da corrupção nas organizações dos Sistemas de Segurança Pública e de Justiça Criminal, associando este problema, em parte, ao

crescimento do crime organizado, como também a deficiências nos sistemas de controle interno e externo destas organizações.

Logo, vê-se que o crime se modernizou, organizou-se e ultrapassou os limites dos Estados, transformando-se em um fenômeno transnacional, caracterizada pela associação de indivíduos, com o objetivo do cometimento de práticas criminosas, porém, em contrapartida, a aplicação da lei e da ordem prossegue enclausurada no velho modelo policial reativo e apoiado em redes de informantes, mesmo com os investimentos em segurança pública, promovidos, tanto pelo Governo Federal, quanto pelos governos estaduais na expansão e no treinamento dos operadores da segurança pública, bem como no reaparelhamento das forças policiais.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Carlos. **CV-PCC: A irmandade do crime**. 10. ed. Rio de Janeiro. Record, 2010.

ANJOS, J Haroldo dos. **As raízes do crime organizado**. Florianópolis: IBRADD, 2003.

AL-QAEDA E EUA DÃO NOME A GRUPOS NA PB. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 out. 2011. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2510201113.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

APPOLINARIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. 2. ed. Tradução de René Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 266 p. (Série Polícia e Sociedade; n. 1).

BEZERRA, Adriana. Imprensa nacional denuncia: JP está dividida por facções criminosas; veja mapa de atuação de Al Qaeda e EUA. **Portal Correio**, João Pessoa, 28 fev. 2012. Disponível em: <<http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/policia/diversos/2012/02/28/NWS,204324,8,165,NOTICIAS,2190-IMPrensa-NACIONAL-DENUNCIA-DIVIDIDA-FACCOES-CRIMINOSAS-VEJA-MAPA-ATUACAO-QAEDA-EUA.aspx>>. Acesso em 10 nov. 2013.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, Cesar Alberto. **Polícia comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão**. Curitiba: Comunicare, 2004. 167 p.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Cap. 1, p. 7-16.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Manual do Curso de Multiplicador de Polícia Comunitária**. 2. ed. Brasília, DF: SENASP, 2006.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Paraíba: síntese das informações**. Brasília: IBGE, 2010a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pb>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. _____. _____. **João Pessoa: síntese das informações**. Brasília: IBGE, 2010b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=>

250750&idtema=16&search=||síntese-das-informações>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. _____. _____. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios, resultados do universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BRODEUR, Jean-Paul (Org.). **Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas.** Tradução de Ana Luiza Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 306 p. (Série Polícia e Sociedade; n. 4).

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** Tradução Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34; São Paulo: Edusp, 2000. 400 p.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Para uma metodologia de estudo da criminalidade e violência.** Secretaria da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Brasília, 1988.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COSTA, Flávio. PCC rompe barreiras. **Isto É independente**, São Paulo, n. 2241, 19 out. 2012. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/247226_PCC+ROMPE+FRONTEIRAS>. Acesso em: 15 nov. 2013.

DAHRENDORF, Ralf. **As classes e seus conflitos na sociedade industrial.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

GODOY, Luiz Roberto Ungaretti de. **Crime organizado e seu tratamento jurídico penal.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 218 p.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre.** Trad. Marcello Rollemberg. São Paulo: Edusp, 2003. 463 p. (Série Polícia e Sociedade, n. 9).

GOFFMAN, Eving. **A representação do Eu na vida cotidiana.** 8. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Tradução Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988

GRECO, Rogerio. **Código Penal**: comentado. 8. ed. Niteroi, RJ: Impetus, 2014.

GREENE, Jack R. (Org.). **Administração do trabalho policial**: questões e análise. Tradução de Ana Luiza Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 179 p. (Série Polícia e Sociedade; n. 5).

HESPANHA, Pedro; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Globalização, conflitualidade e violência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 57/58, 2000. <Disponível em: [www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/57-58/Globalizacao, Conflitualidade e Violencia.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/57-58/Globalizacao,ConflitualidadeeViolencia.pdf)> Acesso em: 20 jul. 2011.

KAHN, Tulio. **Velha e nova polícia**: polícia e políticas de segurança no Brasil atual. São Paulo: Sicurezza, 2002.

LAVORENTI, Wilson; SILVA, José Geraldo da. **Crime organizado na atualidade**. Campinas: Bookseller, 2000.

LAZZARINI, Álvaro. A segurança pública e o aperfeiçoamento da polícia no Brasil. **Revista A Força Policial**. São Paulo. N. 5, jan./mar. 1995.

LIMA, Roberto Kant de. **Direitos civis, Estado de Direito e Cultura Policial**: A formação policial em questão. Rio de Janeiro, 1997, 92 p.

_____. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração do espaço público. **Revista de Sociologia e política**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n. 13, p. 23-38, nov. 1999.

LOPES JUNIOR, Edmilson. As redes sociais do crime organizado: a perspectiva da nova sociologia econômica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 53-69, fev. 2009.

_____. Os cangaceiros viajam de Hilux: as novas faces do crime organizado no interior do Nordeste do Brasil. **Cronos**, Natal, v. 7, n. 02, p. 353-372, jul./dez. 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MASCARENHAS, Sidinei A. (Org.). **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Lisboa: Presença, 1980.

MESSA, Ana Flavia; CARNEIRO, Jose Reinaldo Guimaraes (Org.). **Crime Organizado**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio de Janeiro. **Contemporaneidade e Educação**. Salvador, FAEEBA/UNEB, v. 2, n. 1, 1997

_____. Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. In: **Insight Inteligência**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 2002, p. 12-16. Disponível em: <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/oriocomoumbazar.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. Os rearranjos do poder no Rio de Janeiro. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, 01 de Julho de 2011. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=959>> Acesso em: 10 jan. 2013.

MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti. **Ensino**: As abordagens do processo. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária Ltda., 1986. (Coleção Temas Básicos de Educação e Ensino).

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**: Sociologia da Força Pública. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. Ed. rev. São Paulo: Editora da USP, 2003. (Série Polícia e Sociedade, n. 10).

MONTOYA, Mario Daniel. **Máfia e Crime Organizado**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

NEVES, Paulo Sergio da Costa. Espaço público, polícia e cidadania: em busca de novas formas de sociabilidade. In: NEVES, Paulo Sergio da Costa; RIQUE, Célia D. G.; FREITAS, Fabio F. B. (org.). **Polícia e democracia**: desafios à educação em direitos humanos. Recife: Gajop; Bagaço, 2002. p. 145 – 170.

OLIVEIRA, Dijaci D.; TOSTA, Tânia L. Dias. Abuso de autoridade: fronteiras entre a segurança e a agressão. In: OLIVEIRA, Dijaci D.; SANTOS, Sales A.; SILVA, Valéria G. B. (Orgs.). **Violência policial**: tolerância zero?. Goiânia: Ed. UFG; Brasília: MNDH, 2001. p. 52-67. (Série Violência em Manchete, v. III).

OLIVEIRA, Nilson Vieira (Org.) et al. **Insegurança pública**: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. 248 p.

OLIVIERI, Antônio Carlos. **O Cangaço**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1997.

PACHECO, Rafael. **Crime Organizado**: medidas de controle e infiltração policial. Curitiba: Juruá, 2007. 216 p.

PEQUENO, M. J. P. Violência e direitos humanos. In: Rubens Pinto Lyra. (Org.). **Direitos Humanos**: os desafios do século XXI – uma abordagem interdisciplinar. 1. ed. Brasília - DF: Brasília Jurídica, 2002, v. 1, p. 121-133.

PEREIRA, Hyldo. Criminosos da facção 'Estados Unidos' executam pai no lugar do filho em Santa Rita. **Portal Correio**, João Pessoa, 20 jul. 2012. Disponível em:

<<http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/policia/assassinato/2012/07/20/NWS,212201,8,155,NOTICIAS,2190-CRIMINOSOS-FACCAO-ESTADOS-UNIDOS-EXECUTAM-PAI-LUGAR-FILHO-SANTA-RITA.aspx>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme de Assis. **Violência urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

PORTO, Maria S. G. Violência e segurança: a morte como poder. In: _____. **Violência policial: tolerância zero?**. Goiânia: Ed. UFG; Brasília: MNDH, 2001. p. 29-51. (Série Violência em Manchete, v. III).

PORTO, Roberto. **Crime Organizado e Sistema Prisional**. São Paulo: Atlas, 2006.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007. 192 p.

RICO, Jose Maria; SALAS, Luis. **Delito, Insegurança do Cidadão e Polícia: Novas Perspectivas**. Tradução Mina Seinfeld De Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar, 1992. 308 p.

RIQUE, Célia. **A nova relação entre a polícia e a sociedade: uma perspectiva emancipatória**. Recife: Bagaço, 2003. 218 p.

SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, José Carlos de. **Pesquisa de marketing: conceitos e metodologia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

SANTOS, Carlos Eduardo Batista dos Santos. **A cultura da violência no mundo cotidiano: O aumento da violência nos dias atuais proporcionada pelo individualismo da sociedade**. João Pessoa: PMPB/CE 2008. Disponível em: <<http://www.pm.pb.gov.br/ce/academico/artigos/artigo3.html>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização: violência em tempo de globalização**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SARMENTO, Wagner. Al-Qaeda x EUA na Paraíba: Facções rivais que disputam o controle do tráfico de drogas em João Pessoa adotaram os nomes da rede terrorista e da potência mundial. **Jornal do Comércio**, Recife, 12 jun. 2012. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2012/05/12/al-qaeda-x-eua-na-paraiba-41897.php>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

SILVA, Eduardo Araujo da. **Crime Organizado: Procedimento Probatório**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Crime Organizado**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Jorge da. **Segurança pública e polícia: criminologia crítica aplicada**. Rio de Janeiro: Forense, 2003. 639 p.

_____. Violência policial e ideologia dos algozes-vítimas. In: _____. **Violência policial: tolerância zero?**. Goiânia: Ed. UFG; Brasília: MNDH 2001. p. 68-85. (Série Violência em Manchete, v. III).

SILVA, Suamy Santana da. **Teoria e prática da educação em direitos humanos nas instituições Policiais Brasileiras**. Porto Alegre: Edições CAPEC, 2003. 63 p.

SIMMEL, Georg. **Simmel e a modernidade**. Organizado por Jessé Souza e Berthold Oëlze. Brasília: Editora da UnB, 1998.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. (Coleção Humanitas).

SOUZA, Percival de. **O sindicato do crime: PCC e outros grupos**. São Paulo: Ediouro, 2006.

SORRENTINO, Pollyana. Al Qaeda x EUA: facções ganham destaque nacional, cúpula de segurança se reúne, mas minimiza: 'imprensa dá muita atenção'. **Portal Correio**, João Pessoa, 28 fev. 2012. Disponível em: <<http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/ultimas/diversos/2012/02/28/NWS,204367,48,328,NOTICIAS,2190-AL-QAEDA-EUA-FACCOES-GANHAM-DESTAQUE-NACIONAL-CUPULA-SEGURANCA-REUNE-MINIMIZA-IMPrensa-MUITA-ATENCAO.aspx>>. Acesso em 12 nov. 2013.

TUROLLO JUNIOR, Reynaldo. Guerra 'EUA' x 'Al Qaeda' leva terror a João Pessoa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 mar. 2013. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/99085-guerra-eua-x-al-qaeda-leva-terror-a-joao-pessoa.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

WEBER, Max. V. **Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, 1982.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**. 21 (61), 2007, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2007.

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.16, nº.45, São Paulo, Fevereiro de 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092001000100008&script=sci_arttext>. Acesso em 20 jul. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

QUESTIONÁRIO PARA PRESOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DA PARAÍBA

Estamos realizando uma pesquisa, com o objetivo de compreender melhor as relações estabelecidas nos estabelecimentos prisionais do Estado da Paraíba. Trata-se de uma pesquisa de cunho exclusivamente acadêmico, sem nenhum impacto no que diz respeito a inquérito policial atual ou passado. Caso o (a) Sr (a) concorde em nos conceder uma entrevista, as informações que nos fornecer serão tratadas de forma anônima, sendo garantida a sua não-identificação.

Nº do questionário: _____ (deixar em branco) Presídio: _____
Município: _____ Data da aplicação do questionário: _____

Q1. Em relação ao trabalho, a sua situação antes de ser preso era

1. () Servidor(a) público
2. () Trabalhador(a) por conta própria
3. () Desempregado (a)
4. () Aposentado (a)
5. () Empresário (a)
6. () Trabalhador (a) do comércio
7. () Trabalhador (a) da agricultura
8. () Trabalhador (a) da indústria
9. () Trabalhador (a) da construção civil
10. () Empregado(a) doméstico (a)
11. () Trabalhador (a) na área de segurança privada
12. () Artista
13. () Estudante
14. () Dona de casa
15. () Outra situação Se outra, qual? _____

Q2. Qual o seu nível de estudo?

1. () Não frequentou escola
2. () Ensino Fundamental – anos iniciais (antiga 1ª a 4ª série)
3. () Ensino Fundamental Completo (até o nono ano)
4. () Ensino Médio Incompleto
5. () Ensino Médio Completo
6. () Ensino Superior Incompleto
7. () Ensino Superior Completo
8. () Pós-graduação

Q3. Em relação à escola, o (a) Sr (a) definiria a sua situação como (Não se aplica esta questão a quem não frequentou escola)

1. () Abandonei os estudos
2. () Estudei até o nível que queria
3. () Não consegui ficar na escola quando comecei a trabalhar
4. () Estava frequentando escola quando fui preso

Q4. Em relação à escola que o(a) Sr(a) frequentou mais, a sua avaliação é que

1. () Foi desestimulante, pois, os professores não tinham compromisso
2. () A escola era boa, mas, infelizmente, eu não aproveitei
3. () Os professores eram bons, mas os colegas não ajudavam
4. () Os professores e os estudantes faziam a sua parte, mas a estrutura (prédio) da escola era precária

Q5. Alguém de sua família já foi preso (a) antes do (a) Sr(a)?

1. () Sim
2. () Não

Q6. [Se sim] Quem (qual o parentesco)?

Q7. O (a) Sr(a) sabe em qual (ou quais) artigo(s) do Código Penal foi ou está sendo condenado(a)?

- 1.() Sim
- 2.() Não

Q8. [Se sim] Qual ou quais?

Q9. O(a) Sr(a) teve ou tem o acompanhamento de um(a) advogado(a) pago?

- 1.() Sim
- 2.() Não

Q10. E de um defensor público?

- 1.() Sim
- 2.() Não

Vou citar algumas drogas (lícitas e ilícitas) e vou lhe pedir para dizer qual a relação com as mesmas.

Q11. Álcool (cachaça, cerveja, whisky, vinho)

- 1.() Nunca bebeu
- 2.() Bebia ocasionalmente
- 3.() Bebia todo final de semana
- 4.() Bebia todo dia

Q12. Maconha

- 1.() Nunca usou
- 2.() Usava ocasionalmente
- 3.() Usava uma vez por semana
- 4.() Usava todo dia

Q13. Cigarro

- 1.() Nunca usou
- 2.() Usava ocasionalmente
- 3.() Usava uma vez por semana
- 4.() Usava todo dia

Q14. Cocaína

- 1.() Nunca usou
- 2.() Usava ocasionalmente
- 3.() Usava uma vez por semana
- 4.() Usava todo dia

Q15. Crack

- 1.() Nunca usou
- 2.() Usava ocasionalmente
- 3.() Usava uma vez por semana
- 4.() Usava todo dia

Q16. O (a) Sr(a) se considera viciado em alguma dessas drogas?

- 1.() Sim
- 2.() Não

Q17. [Se sim] Qual (quais)?

Q18. Para você, qual a melhor qualidade que uma pessoa pode ter aqui no presídio?

Q19. E qual é a pior qualidade?

Q20. Atualmente, quem mais lhe ajuda (de fora)? (MUDAR QUESTÃO AO FORMULAR EM PRESÍDIO FEMININO)

- 1.() Esposa/companheira
- 2.() Namorada
- 3.() Um amigo
- 4.() Os amigos
- 5.() Minha família
- 6.() Minha mãe
- 7.() Meu pai
- 8.() Não conto com ninguém lá fora

Q21. E aqui dentro, com quem o (a) Sr(a) pode contar?

Q22. Qual era a sua idade quando o(a) Sr(a) foi acusado(a) de algum crime por uma autoridade policial pela primeira vez?

- 1.() Entre 12 e 15 anos
- 2.() De 16 e 18 anos
- 3.() De 19 a 25 anos
- 4.() De 25 a 30 anos
- 5.() De 31 a 40 anos
- 6.() De 41 a 50 anos
- 7.() De 51 a 60 anos
- 8.() Mais de 60 anos

Q23. Qual o primeiro delito do qual o(a) Sr(a) foi acusado? _____

Q24. Há quanto tempo o(a) Sr(a) está preso?

1. () Há menos de 06 meses
2. () Entre seis meses e 01 ano
3. () Entre 01 a 03 anos
4. () Entre 03 e 05 anos
5. () Entre 06 e 10 anos
6. () Entre 11 e 20 anos
7. () Mais de 20 anos

Q25. Existem facções/grupos organizando de presos neste presídio?

1. () Sim
2. () Não (pular para q29)
3. () Não sei dizer (pular para q29)

Q26. Qual ou quais os grupos que existem?

Q27. Qual é o mais forte?

Q28. E em qual facção ou grupo o(a) Sr(a) tem mais amigos?

Q29. Você morava

1. () Zona Urbana (cidade)
2. () Zona Rural

Q30. Sexo (apenas anotar, não perguntar)

1. () Masculino
2. () Feminino

Q31. A sua idade é

1. () 18 anos
2. () De 19 a 25 anos
3. () De 26 a 30 anos
4. () De 31 a 40 anos
5. () De 41 a 50 anos
6. () De 51 a 60 anos
7. () Mais de 60 anos

Q32. Qual o seu estado civil?

1. () Solteiro(a)
2. () Casado(a)
3. () União civil consensual
4. () Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente
5. () Viúvo(a)

Q33. Considerando as seguintes categorias de identificação, em qual você acha que se enquadra?

1. () Preta
2. () Branca
3. () Parda
4. () Amarela
5. () Indígena
6. () Outra Qual? _____

Q34. Você tem filhos (as)?

1. () Sim
2. () Não

Q35. [Se tem filhos] Quantos?

1. () Um
2. () Dois
3. () Três
4. () Quatro
5. () Cinco
6. () Seis ou mais

Q36. Você morava

1. () Sozinho(a)
2. () Com pai e mãe e irmãos
3. () Com a mãe e irmãos/irmãs
4. () Com o pai e irmãos/irmãs
5. () Com esposa (o)/companheiro(a)/parceiro(o)
6. () Com esposa/companheira e filho(a) (s)
7. () Com amiga(o) (s)
8. () Outra situação

Q37. Em relação à religião, como o Sr se identifica?

1. () Católico
2. () Evangélico pentecostal (Assembleia de Deus, Mundial do Poder de Deus, Cruzada Evangélica, Congregação Cristã no Brasil, Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo, Casa da Bênção, Deus é Amor, Igreja Universal do Reino de Deus, Renascer em Cristo, Internacional da Graça Divina, "Crente")
3. () Evangélico tradicional (Batista, Presbiteriana, Metodista Luterana, Episcopal, Anglicana, Congregacional, Exército da Salvação, "Protestante")
4. () Espírita
5. () Candomblé, umbanda e outras religiões afro-brasileiras
6. () Judaica
7. () Ateu/Não acredita em Deus
8. () Não tenho religião

Q38. Em média, somando todos, o rendimento mensal de sua família é de aproximadamente quanto?

1. () Menos de 800 reais
2. () Entre 800 e 1.500 reais
3. () Entre 1500 e 2.500 reais
4. () Entre 2.500 e 4.000 reais
5. () Entre 4.000 e 6.000 reais
6. () Entre 6.000 e 10.000 reais
7. () Mais de 10.000 reais

Gostaria de expressar os nossos agradecimentos a(o) Sr(a) pela entrevista concedida e reafirmar que as informações concedidas somente poderão ser usadas, de forma anônima (sem identificação), em trabalho acadêmico.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM OS INTEGRANTES DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NA PARAÍBA

Estamos realizando uma pesquisa com o objetivo de compreender melhor as relações estabelecidas nos estabelecimentos prisionais do estado da Paraíba, com relação as facções criminosas que atuam dentro e fora das penitenciárias paraibanas. Trata-se de uma pesquisa de cunho exclusivamente acadêmico, sem nenhum impacto no que diz respeito a inquérito policial atual ou passado. Caso o (a) Sr (a) concorde em nos conceder uma entrevista, as informações que nos fornecer serão tratadas de forma anônima, sendo garantida a sua não-identificação.

- 1) Qual a sua idade? Naturalidade? Cor da pele? Nível de escolaridade?
- 2) O Sr. era empregado antes de ser preso? Caso afirmativo, qual era sua ocupação?
- 3) O Sr. acredita que existem facções criminosas na Paraíba?
- 4) Em caso afirmativo, o Sr. sabe nominar quais são?
- 5) O Sr. é integrante de alguma delas? Caso afirmativo qual?
- 6) O que o fez ingressar na facção? Quando e como isso ocorreu?
- 7) É verdade que existe um ritual de iniciação para se ingressar na facção? Como o Sr. descreve esse ritual?
- 8) Existe algum vínculo de sua facção com outra associação criminosa mesmo que seja de outro Estado?
- 9) O que significa para o Sr. fazer parte dessa facção?
- 10) Em que estágio o Sr. entende que se encontra o crime organizado na Paraíba?

Gostaria de expressar os nossos agradecimentos a(o) Sr(a) pela entrevista concedida e reafirmar que as informações concedidas somente poderão ser usadas, de forma anônima (sem identificação), em trabalho acadêmico.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM OS INTEGRANTES DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL DA PARAÍBA

Estamos realizando uma pesquisa com o objetivo de compreender melhor as relações estabelecidas nos estabelecimentos prisionais do estado da Paraíba, com relação as facções criminosas que atuam dentro e fora das penitenciárias paraibanas. Trata-se de uma pesquisa de cunho exclusivamente acadêmico, sem nenhum impacto no que diz respeito a inquérito policial atual ou passado. Caso o (a) Sr (a) concorde em nos conceder uma entrevista, as informações que nos fornecer serão tratadas de forma anônima, sendo garantida a sua não-identificação.

- 1) O Sr. acredita que existe crime organizado na Paraíba?
- 2) Em caso afirmativo, em que estágio o Sr. entende que se encontra o crime organizado na Paraíba?
- 3) Como os órgãos que integram o sistema de justiça criminal da Paraíba (PMPB, PCPB e SEAP) encontram-se atuando para combater o crime organizado na Paraíba? (Favor responder apenas sobre a instituição da qual é servidor)
- 4) Em sua opinião, como os órgãos que compõem o sistema de justiça criminal paraibana estão combatendo o crime organizado?

Gostaria de expressar os nossos agradecimentos a(o) Sr(a) pela entrevista concedida e reafirmar que as informações concedidas somente poderão ser usadas, de forma anônima (sem identificação), em trabalho acadêmico.

ANEXOS

ANEXO A – REPORTAGEM DO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”

São Paulo, terça-feira, 25 de outubro de 2011 **FOLHA DE S.PAULO** **cotidiano**[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#) | [Comunicar Erros](#)

Al-Qaeda e EUA dão nome a grupos na PB

DE SÃO PAULO

A Al-Qaeda e os Estados Unidos são inimigos na Paraíba. Batizadas com os nomes do grupo terrorista islâmico e seu principal oponente, as duas facções agem a partir dos presídios e disputam o controle do tráfico de drogas no Estado. A atuação desse tipo de facção criminosa, que controla o crime a partir de presídios, não se restringe ao Estado da Paraíba ou São Paulo, com o PCC.

Autoridades ouvidas pela **Folha** reconhecem a existência de ao menos outras sete facções criminosas. Investigações apontam que parte delas tem ligação com o PCC, como o PCM (Primeiro Comando do Maranhão). A expressão "primeiro comando" também inspira o nome das facções PCP (no Paraná) e PGC (Primeiro Grupo Catarinense).

ANEXO B – REPORTAGEM DO “PORTAL CORREIO”

UOL Assine 0800 703 3000 SAC Bate-papo E-mail Notícias Esporte Entretenimento Mulher Shopping BUSCAR

PORTAL CORREIO NOTÍCIAS POLÍTICA ESPORTES ENTRETENIMENTO BLOGS SISTEMA CORREIO

NOTÍCIAS Busca

BRASIL CIDADES CIÊNCIA E TECNOLOGIA CONCURSOS CORREIO TRABALHISTA DIREITO ECONOMIA EDUCAÇÃO EM VÍDEO +

Imprensa nacional denuncia: JP está dividida por facções criminosas; veja mapa de atuação de Al Qaeda e EUA

Claró Escolha. CORREIO A VERDADE EM SUAS MÃOS

MAIS LIDAS / ÚLTIMAS

Ativar o Windows

29/06/12 às 12h57 | Polícia Federal
Exclusivo: veja imagem de carros importados e lâmpada apreendidos na Operação Pão

Curtir 0 Tweetar 0



O site IG destaca em sua página principal na manhã desta terça-feira (28) a reportagem que mostra a briga entre facções criminosas rivais - Al Qaeda e EUA - e a atuação deles na região metropolitana de João Pessoa.

Um mapa com os bairros da Capital e sua divisão foi feito para traçar o controle do tráfico de drogas na região. A matéria conta a história de como surgiram as facções e como elas atuam.

A Al Qaeda foi criada há cerca de dez anos. Segundo o titular da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Polícia Civil, Alan Murilo Terruel, a ideia surgiu de um grupo de presos que planejava se estabelecer em determinadas localidades de João Pessoa e, para isso,

usava de extrema violência. Daí, o nome Al Qaeda, que também é chamada de 'Okaida'.

"A ideia da Al Qaeda se alastrou e virou até funk. Eles se inspiraram no Osama Bin Laden e pretendiam realizar ações kamikazes", diz Terruel.

O Portal Correio teve acesso com exclusividade, em junho de 2011, as músicas da facção criminosa 'Manos 50', hoje conhecida como Estados Unidos. "Os parceiros da Ilha do Bispo vão invadir o Alto e o bairro vai ser do Afeganistão. A guerra está lançada EUA x Al Qaeda", afirma letra criminosa.

Leia mais: [EUA revela invasão a bairro em JP; Al Qaeda revida](#)

O promotor Herbert Carvalho, do Gaeco (Grupo de Combate às Organizações Criminosas), afirmou ter informações de que o ingresso na Al Qaeda é feito mediante um "ritual de iniciação" no qual a pessoa precisa matar outra para se filiar ao grupo.

Leia mais: [Al Qaeda x EUA: tiroteio entre traficantes rivais deixa criança de 4 anos ferida em João Pessoa](#)

Confira matéria na íntegra:

No dia 11 de setembro de 2001, dois aviões se chocaram contra as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque, no maior ataque terrorista da história. O atentado foi cometido pela organização Al Qaeda, de Osama Bin Laden. Durante anos, os Estados Unidos tentaram capturar o terrorista e em maio do ano passado Bin Laden acabou morto por tropas norte-americanas.

Inspirados neste conflito, bandidos de João Pessoa, na Paraíba, criaram, nos últimos anos, duas facções criminosas que disputam o controle de comunidades da cidade: a Al Qaeda e os Estados Unidos.

A Al Qaeda foi criada há cerca de dez anos. Segundo o titular da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Polícia Civil, Alan Murilo Terruel, a ideia surgiu de um grupo de presos que planejava se estabelecer em determinadas localidades de João Pessoa e, para isso, usava de extrema violência. Daí, o nome Al Qaeda, que também é chamada de Okaida.

"A ideia da Al Qaeda se alastrou e virou até funk. Eles se inspiraram no Osama Bin Laden e pretendiam realizar ações kamikazes", diz Terruel. A facção se propagou por alguns bairros de João Pessoa, como Mandacaru, São José, Novais, Alto do Mateus e Ilha do Bispo, e nestes locais uma estrutura de tráfico de drogas.

O grupo, segundo as investigações, vendia de 20 kg a 30 kg por semana de crack, droga fornecida pelo PCC (Primeiro Comando da Capital), organização que age nos presídios de São Paulo.

No ano passado, após sucessivas ações da polícia para reprimir o tráfico, integrantes da Al Qaeda chegaram a promover badernas na cidade, como a queima de dois ônibus. Um de seus principais líderes, criminoso conhecido como Fão, acabou transferido para o presídio federal de Porto Velho (Rondônia).

O delegado Terruel afirmou ao iG que os integrantes da Al Qaeda tem peculiaridades próprias. Entre elas, tatuar palhaços (bobo da corte) e o boneco Chuck, do filme "Brinquedo Assassino". Outra característica, segundo ele, era montar um "Exército de Viciados", ou seja, recrutar jovens consumidores de drogas para trabalhar para o tráfico e, em troca, oferecer entorpecentes como pagamento pelos serviços. Crianças e adolescentes também são admitidos pelo grupo.

O promotor Herbert Carvalho, do Gaeco (Grupo de Combate às Organizações Criminosas), afirmou ao iG ter informações de que o ingresso na Al Qaeda é feito mediante um "ritual de iniciação" no qual a pessoa precisa matar outra para se filiar ao grupo.

Segundo ele, neste caso, as principais vítimas seriam os que possuem dívidas com os traficantes. No entanto, caso não existam alvos específicos, os suspeitos procuram vítimas, quem quer que seja, informou o representante do Ministério Público.

Os traficantes seguidores da Al Qaeda desafiavam a polícia. No ano passado, após sucessivas ações para reprimir o tráfico, os integrantes do grupo chegaram a promover badernas na cidade, como a queima de dois ônibus.

Ousados, os criminosos escreveram uma mensagem em um muro: "Não entre. Vai levar bala". Em setembro do ano passado, pelo menos três escolas de João Pessoa fecharam após surgirem boatos de que os criminosos desta facção iriam incendiá-las. Os bandidos picharam a sigla do grupo (OKD) no muro de um dos colégios.

O coordenador da Delegacia de Entorpecentes, Alan Murilo Terruel, revelou ao iG como atuam as facções em João Pessoa

Bandeira e carpa japonesa

A facção Estados Unidos surgiu depois da Al Qaeda. O delegado Terruel não tem uma data exata para a criação do grupo, mas disse que o objetivo era fazer frente aos rivais da Al Qaeda. O grupo atuava principalmente no Mandacaru, onde dividia as bocas de fumo com a facção inimiga, e também na comunidade Bola na Rede, no bairro dos Novais. A quadrilha tinha como uma das características recrutar menores de idade para trabalharem no tráfico.

De acordo com o coordenador da DRE, para demonstrar a força da quadrilha, os bandidos chegaram a pintar a bandeira dos Estados Unidos em seus domínios. Os criminosos também usavam tatuagens com o símbolo ou de uma carpa japonesa (espécie de peixe), sendo este último também utilizado por membros do PCC paulista. O principal líder da facção, o bandido conhecido como Alexandre Neguinho, foi transferido para o presídio federal de Porto Velho.

"Os 'americanos' comercializam até mesmo o oxi. Há cobrança de dívidas de drogas que chegam a culminar com mortes", disse o promotor Herbert Carvalho.

No último dia 16, dois homens foram presos em Mandacaru suspeitos de terem matado um adolescente de 14 anos. Um deles tinha a bandeira norte-americana tatuada na perna e disse à polícia ser inimigo da Al Qaeda.

Outros confrontos entre integrantes dos dois grupos resultaram em mortes no Mandacaru, na comunidade Bola na Rede (que fica no bairro dos Novais) e também na localidade de Taipa, no bairro Costa e Silva. Na Bola na Rede, a Al Qaeda expulsou os rivais.

Presídio

A rivalidade entre Al Qaeda e os Estados Unidos também ocorre no sistema penitenciário. Na última semana de outubro, um confronto entre detentos das duas facções resultou em uma rebelião no presídio do Roger. Dois presos acabaram mortos e 13 ficaram feridos. Dias antes, também devido a uma briga entre as gangues, um presidiário acabou morto e teve o corpo esquartejado na mesma unidade.

De acordo com ele, os presos das duas facções ficam em celas separadas mas acabam se encontrando durante os banhos de sol ou refeições quando ocorrem as confusões. Na semana passada, cinco presos ficaram feridos durante uma briga entre os grupos rivais, segundo o sindicalista.

O promotor Herbert Carvalho disse ao iG que, em razão da transferência de integrantes das duas facções para presídios do interior do Estado, houve uma migração de integrantes para outros municípios da Paraíba. A Al Qaeda, por exemplo, teria ramificações em outras cidades paraibanas também como Bayeux, Cabedelo e Santa Rita.

Assim como acontece no Rio de Janeiro com as facções Comando Vermelho (CV), Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP), os grupos paraibanos lançaram funks na internet e nas letras há mensagens incitando a violência contra os rivais.

Entrada do PCC

O delegado Alan Murilo Terruel disse ao iG que a facção criminosa PCC estaria planejando se estabelecer no Estado. Segundo ele, já haveria conversas entre integrantes da facção paulista com membros da Al Qaeda em presídios de Pernambuco para firmar uma aliança.

O policial afirmou que o PCC forneceria, a cada 20 dias, cerca de 50 kg de crack para os traficantes paraibanos. No entanto, estaria tendo dificuldades de se obter lucro porque nem tudo é vendido em razão da violência empregada pelas facções nas comunidades, o que tem resultado em diversas ações da polícia.

"O PCC não domina as áreas de venda de drogas de João Pessoa e quer traçar uma nova linha de comando na cidade, mudar o funcionamento destas facções. Para eles, quanto mais violência mais vai ter ação da polícia e prejudicará a venda de venda de drogas", disse.

O delegado disse temer que integrantes das duas facções reajam aos interesses do PCC porque isso poderia provocar novos confrontos. No final de 2010, um suposto integrante da organização paulista foi morto no bairro de São José, reduto da Al Qaeda. Na ocasião, ele estava de posse de um estatuto do grupo de São Paulo.

ANEXO C – REPORTAGEM DO “JORNAL DO COMMERCIO”

jornal do commercio Edição Digital acesse

NE10 | TV Jornal | Rádio Jornal | JC CBH Recife | JC Imagem

ciudades **esportes** **cultura** **economia** **política** **mundo** **suplementos**

home - mundo - brasil Tamanho do texto: A- A+

CRIME
Al-Qaeda x EUA na Paraíba

Quick Link Ficções rivais que disputam o controle do tráfico de drogas em João Pessoa adotaram os nomes da rede terrorista e da potência mundial

Publicado em 12/05/2012, às 14h00

Wagner Sarmento

De um lado, Estados Unidos. Do outro, Al-Qaeda. Não, não é a disputa entre a potência capitalista e a rede terrorista islâmica. EUA e Al-Qaeda também duelam na vizinha Paraíba. Foram os nomes dados às duas facções criminosas que rivalizam pelo controle do tráfico de drogas em João Pessoa. As gangues têm códigos, símbolos e até funks próprios. Nasceram dentro do sistema prisional e hoje levam medo aos moradores da periferia da capital.

Não há uma data precisa, mas se estima que a Al-Qaeda paraibana, também conhecida e grafada como Okaida (OKD), tenha surgido há cerca de uma década, pouco após os atentados do 11 de setembro de 2001. De acordo com o delegado Alan Murilo Terruel, titular da Delegacia de Repressão a Entorpecentes, os bandidos associaram a quadrilha ao movimento radical islâmico pela violência empregada em suas ações. Investigações antigas revelam que a gangue chegou a deixar bilhetes junto a vítimas com os dizeres “Al-Qaeda chegou”.

A princípio, a Okaida se estabeleceu nos bairros do Mandacaru, Novais, Ilha do Bispo, São José e Alto do Mateus, onde comanda a venda de entorpecentes. Seus integrantes, segundo Terruel, tatuam um bobo da corte ou Chucky, personagem do filme *Brinquedo assassino*, como forma de identificação.

A quadrilha não atuou sozinha por muito tempo. Os Estados Unidos logo surgiram para fazer frente e dar início a um confronto que, a julgar pela nomenclatura, tem um quê de megalomania. As comunidades de Mandacaru e Novais passaram a ser disputadas entre as gangues rivais. Os membros dos Estados Unidos, a exemplo dos inimigos, têm sinais característicos: usam tatuagens com a bandeira americana ou desenham carpas, espécie de peixe, também adotadas por líderes do Primeiro Comando da Capital (PCC), organização criminosa que age nos presídios de São Paulo.

O delegado afirma que os Estados Unidos viraram uma espécie de filial do PCC na Paraíba. Os traficantes do grupo recebem em torno de 50 quilos de crack por mês da quadrilha paulista, conforme investigações da Polícia Civil.

“

A droga está do outro lado do Brasil e, é claro, para chegar ao Estado tem que ser através de conexões com bandidos de lá. Os americanos usam o mesmo símbolo do PCC e são quase que um braço armado deles aqui

”, assinala o delegado.

Okaida e Estados Unidos têm como atributo recrutar exércitos de viciados, em alguns casos até crianças e adolescentes, para atuar como soldados do narcotráfico. O serviço é pago com maconha e pedras de crack. Relatos dão conta de que, para ser admitido em qualquer um dos grupos, é preciso matar outra pessoa. As vítimas são viciados com dívidas com traficantes.

Alan Murilo Terruel frisa que a Secretaria de Segurança Pública da Paraíba tem priorizado o combate às organizações criminosas com a instalação de postos policiais baseados no modelo adotado nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro. Há uma unidade da Polícia Militar funcionando na comunidade Bola na Rede, no bairro dos Novais, e núcleos mistos na Ilha do Bispo e em São José. “Com isso, a hegemonia de um grupo sobre determinada região deixou de existir. Estamos inibindo a antiga configuração. Óbvio que o narcotráfico ainda existe, mas está mais velado. É mais difícil visualizar hoje qual bairro é de qual grupo”, pondera.

Após ações repressivas da polícia, a Okaida chegou a promover quebra-quebra em João Pessoa em meados do ano passado. Bandidos ligados ao grupo queimaram dois ônibus. No dia 21 de junho, o principal líder da Al-Qaeda, André Quirino da Silva, mais conhecido como Fão, e outros sete criminosos foram transferidos para o presídio federal de Porto Velho, em Rondônia. Entre eles, Alexandre Neguinho, um dos chefes da gangue inimiga. Três meses depois, três escolas na capital suspenderam suas aulas após boatos de que as instituições de ensino seriam incendiadas por traficantes da Okaida.

A atenção das autoridades de segurança pública paraibanas com criminosos da OKD e EUA não se encerra com as prisões. As facções nasceram nas unidades prisionais e, até hoje, a rivalidade se perpetua dentro das cadeias do Estado, sobretudo na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, conhecida como Presídio do Roger, onde tudo surgiu. Em outubro, embate entre as gangues no Roger resultou em uma rebelião que deixou dois detentos mortos e 13 feridos. No mesmo mês, outro preso já havia sido esquartejado. Embora fiquem em celas separadas, os rivais acabam eventualmente se encontrando nos banhos de sol e nas refeições. A Polícia Civil afirma que haveria até detentos das duas facções em presídios pernambucanos.

“O que chama atenção é que eles criaram e usam uma nomenclatura muito própria, mas o movimento narcotraficante da Paraíba não tem a mesma proporção que o verificado nos grandes centros, como São Paulo e Rio, ou mesmo no Recife. Recebemos drogas de outros Estados, mas o volume de apreensões não é muito grande”, pontua Terruel. “Quando fazemos apreensões, por exemplo, de 50 quilos de cocaína, notamos que o tráfico morre por um tempo. O quilo do pó, que custava menos de R\$ 10 mil, passa a custar mais de R\$ 20 mil”, acrescenta.

De acordo com dados de 2011 do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), do Ministério da Justiça, a população carcerária paraibana é de 8.210 presos, dos quais 1.189 estão detidos por tráfico de drogas.

O balanço do ano passado da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Polícia Civil foi de 176 pessoas indiciadas e 93 quilos de cocaína e 26 de maconha apreendidos. Conforme a Secretaria de Segurança Pública, a polícia apreendeu ao todo em 2011 mais de 500 quilos de droga. Este ano, até abril, foram 48 detidos, 27 quilos de maconha, 25 de crack e dois de cocaína apreendidos pela delegacia especializada.

Na última quinta-feira, a Polícia Civil realizou uma incineração de 206 quilos de drogas, entre crack, cocaína, maconha, LSD e comprimidos psicotrópicos, em Santa Rita, na Grande João Pessoa. A temperatura usada na ação é de 1.700 graus.

ANEXO D – REPORTAGEM DO “PORTAL CORREIO”

UOL Assine 0800 703 3000 SAC Bate-papo E-mail Notícias Esporte Entretenimento Mulher Shopping BUSCAR

PORTAL CORREIO NOTÍCIAS POLÍTICA ESPORTES ENTRETENIMENTO SISTEMA CORREIO ↓

PUBLICIDADE | ANUNCIE NO PORTAL

10:46:22h 19/abril
www.correioendas.com.br

NOTÍCIAS Busca

BRASIL CIDADES CIÊNCIA E TECNOLOGIA CONCURSOS CORREIO TRABALHISTA DIREITO ECONOMIA EDUCAÇÃO EM VÍDEO +

Al Qaeda x EUA: facções ganham destaque nacional, cúpula de segurança se reúne, mas minimiza: ‘imprensa dá muita atenção’

By Diversos | Publicado em 28/02/12 às 14:02h | por Pollyana Sorrentino

IG



Mapa das facções em JP

Mapa das facções em JP

A cúpula da segurança pública da Paraíba se reuniu ao longo da manhã nesta terça-feira (28) no Núcleo Criminal do Ministério Público em João Pessoa. Policiais federais e rodoviários também foram convocados. Mas as autoridades presentes garantem: o encontro não foi uma reação ao destaque nacional dado hoje ao avanço de facções criminosas na Capital.

“Trabalhamos para prender bandidos, quaisquer que sejam e não o rotulamos”, disse o secretário Cláudio Lima (Segurança Pública e Defesa Social).

Ele acrescentou: “A imprensa está dando muita atenção a isso”.

Leia mais:

Imprensa nacional denuncia: JP está dividida por facções criminosas; veja mapa de atuação de Al Qaeda e EUA

Além dele, outras autoridades não demonstraram preocupação com o fato das duas principais facções - Al Qaeda e Estados Unidos - terem ganhado destaque nacional.

O secretário Harrysson Targino (Administração Penitenciária) também não esboçou surpresa e tratou com naturalidade o fato:

“Isso não é mais novidade e uma das medidas que realizamos para combater as disputas nas detenções é a transferência para penitenciárias federais em outros estados”.

Dados guardados

Além de minimizar o avanço das facções, as autoridades policiais também resolveram não tornar público os dados sobre avanço e combate a violência, exibidos durante o evento.



MAIS LIDAS / ÚLTIMAS

SHOPPING

Condicionador de Ar Split - Comfee 7.000 BTU Frio 220V Submarino
Condicionador de Ar Split - Comfee 7.000 BTU Frio 220V Submarino
Condicionador de Ar Split - Comfee 7.000 BTU Frio 220V Submarino



Oficialmente, o encontro - que durou três horas - serviu para a análise uma análise e acompanhamentos aos casos de prisão, homicídios e tráfico de drogas.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

- B** Princípio de incêndio em restaurante na orla de Cabo Branco é controlado pelos bombeiros; veja vídeo

- B** Construção de escolas técnicas estaduais segue em ritmo acelerado

- B** Criança de 8 anos morre afogada no Rio Sanhauá, no Porto do Capim

- B** Sob comoção, corpo de industrial Humberto Almeida é sepultado em Campina Grande

- B** Estação Cabo Branco inova com iluminação de Natal nos jardins



NOTÍCIAS	POLÍTICA	ESPORTES	ENTRETENIMENTO	SERVIÇOS	<p>Ativar o Windows</p>
<ul style="list-style-type: none"> ↳ Brasil 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Autoridades 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Automobilismo 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Celebridades 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Anuncie no Portal 	
<ul style="list-style-type: none"> ↳ Cidades ↳ Ciência e Tecnologia ↳ Economia ↳ Emprego e Educação ↳ Entretenimento ↳ Esportes ↳ Imprensa ↳ Justiça VER MAIS 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Eleições ↳ Escândalo ↳ Federal ↳ Governo ↳ Governo Estadual ↳ Governo Municipal ↳ Legislativo ↳ Poder VER MAIS 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Brasileiro ↳ Copa do Mundo ↳ Esporte Amador ↳ Futebol ↳ Nordeste ↳ Olimpíadas ↳ Paraibano 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Cinema ↳ Comportamento ↳ Eventos ↳ Mídia ↳ Shows ↳ Social ↳ Teatro ↳ Televisão VER MAIS 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Fale conosco ↳ Trabalhe conosco ↳ Política de privacidade ↳ Todos os veículos 	<p>@portalcorreio</p> <p>Twitter ...</p> <p> Seguir @portalcorreio</p>

Copyright. Portal Correio. Todos os direitos reservados.

ANEXO E – REPORTAGEM DA REVISTA ELETRÔNICA “ISTO É INDEPENDENTE”

[ISTOÉ Comportamento](#)

Comportamento | N° Edição: 2241 | 19.Out.12 - 21:00 | Atualizado em 19.Abr.13 - 00:55

PCC rompe fronteiras

Documentos da Justiça revelam que a organização criminosa paulista passou a atuar em todo o Brasil, e autoridades responsáveis pela segurança nos outros Estados unem forças para evitar seu crescimento

Flávio Costa



EXPORTAÇÃO

Marcola, líder da facção: convivência na prisão gerou filhotes do PCC em vários Estados

Integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) que assaltam bancos no Nordeste, onde distribuem armas e drogas para traficantes locais. Tablettes de maconha apreendidos com a sigla do

“Partido do Crime” em cidades de Minas Gerais. Assaltantes de caixa eletrônico “batizados” em presídios de Santa Catarina e, posteriormente, treinados por comparsas paulistas. Os casos relatados acima são alguns exemplos recentes dos tentáculos do maior e mais organizado grupo criminoso do Brasil além das fronteiras de São Paulo. O último episódio foi uma rebelião na Casa de Custódia de Teresina, no Piauí, ocorrido na semana passada. O líder, JoséIVALDO Celestino dos Santos, é membro do PCC, segundo o secretário de Justiça do Piauí, Henrique Rebelo, que já tentou, sem sucesso, transferi-lo para um presídio federal. Um levantamento realizado pelo procurador paulista Márcio Sérgio Christino mostra as digitais da facção em dezenas de processos criminais existentes em tribunais de norte a sul do País. “Os documentos são uma indicação de ações do PCC em outros Estados”, diz o procurador, especialista em combate ao crime organizado.



OFICIAL Processos criminais em tribunais de Justiça indicam presença dos membros do PCC em Estados como Alagoas, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina

A principal forma de aproximação entre integrantes da facção paulista e criminosos de outros Estados é a convivência no sistema penitenciário. No Maranhão, por exemplo, foi criado o Primeiro Comando do Maranhão (PCM) nas prisões estaduais. “Isso aconteceu depois que presos maranhenses em presídios federais estabeleceram relações com membros do PCC”, diz Aluísio Mendes, secretário de Segurança Pública do Maranhão. Há dois anos, 18 integrantes do PCM são mantidos em isolamento. Há três semanas, Ivo Maranhão e Gustavo Alves Feitosa, ambos integrantes da facção paulista, foram presos na cidade de Imperatriz (MA), após uma série de roubos em agências bancárias no Pará, Tocantins e Piauí. Com essa aproximação, nos últimos anos surgiram espécies de franquias do crime, a exemplo da Comissão da Paz, na Bahia, ou Al-Qaeda, na Paraíba. Não significa que o PCC domina o submundo desses locais, e sim que exerce influência por meio de parcerias criminosas. Somente este ano, operações da Polícia Federal prenderam membros da quadrilha no Acre, Pará e em Mato Grosso do Sul.

Os primeiros sinais de expansão do PCC foram detectados oficialmente na CPI do Tráfico de Armas, em 2006, quando surgiu a informação de que o líder do grupo, Marcos Williams Herbas Camacho, o Marcola, havia designado o traficante Sidnei Romualdo, paraibano criado em Diadema (SP), para liderar as ações no Nordeste. Ele foi preso em Pernambuco, mas a expansão não se deteve.



CHEFE
Priso em
Pernambuco,
Sidnei
Romualdo
foi escolhido
por Marcola
para
comandar
ações do
PCC no
Nordeste

Sentenças de desembargadores alagoanos mostram que nos últimos três anos seis bandidos do PCC foram transferidos de Alagoas para presídios federais. E o caso de Luciano Soares da Rocha, que comandava o tráfico em União dos Palmares (AL), e está preso há três anos. Além disso, uma decisão do tribunal do Rio Grande do Norte afirma que o traficante Olívio Bezerra Queiroz, detido no ano passado, associou-se a um tesoureiro do PCC para chefiar uma quadrilha interestadual de tráfico de entorpecentes com atuações também no Ceará e na Paraíba.

“Os atentados em São Paulo em 2006 fizeram com que o PCC ganhasse prestígio pelo País, mas há lugares onde a influência é nula, como no Rio de Janeiro”, diz Guaracy Mingardi, que coordenou por oito anos o setor de Inteligência do Ministério Público e é ex-subsecretário Nacional da Segurança Pública. “A presença é mais sólida nas cadeias do Paraná, do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Estados essenciais para controle de rotas de tráfico de drogas e armas.” Como controla boa parte do comércio de entorpecentes em São Paulo, onde estão os aeroportos, rodovias e porto mais movimentados do País, o PCC é o fornecedor principal das quadrilhas nordestinas. “A chegada de pasta de coca à Bahia e sua distribuição para os traficantes passa, invariavelmente, por membros ligados ao PCC”, afirma o promotor Ariovaldo Figueiredo, chefe do grupo de combate ao crime organizado do MP baiano. Na própria disputa por venda de drogas no Estado há digitais paulistas. “Fações criminosas locais, inclusive com apoio do PCC, travam uma guerra urbana e o resultado pode ser contabilizado numa sangrenta matança”, afirma Figueiredo. O número de homicídios na Bahia aumentou mais de 450%, no período 1999-2010, segundo o Mapa da Violência, do Instituto Sangari.



MUDANÇA Um dos líderes do tráfico em Alagoas, Luciano Soares da Rocha foi transferido para um presídio federal por sua ligação com a facção paulista

Existe outra modalidade de aproximação entre o PCC e a bandidagem local: o ensinamento de técnicas criminosas por especialistas de São Paulo. Em maio, o líder de uma quadrilha de assaltantes de caixas eletrônicas em Santa Catarina, José Luiz Freitas, 34 anos, recebeu treinamento de colegas paulistas em um sítio em Itajaí. Obteve também armamento, munição e o TNT em gel para explodir os terminais. Freitas entrou para o grupo há quatro anos. “Parte do dinheiro arrecadado nas ações, que variava de 40% a 50% do valor de cada roubo, era enviado ao PCC”, diz o delegado Diego Azevedo, que o prendeu. Em Santa Catarina, documentos da Justiça estadual revelam que foi criado, há pelo menos sete anos, o Primeiro Grupo Catarinense, ligado à cúpula do PCC.

Por mais que seja minimizada pelas autoridades da segurança pública de São Paulo, a ascensão do PCC ainda se concentra em território paulista, onde está presente em pelo menos 123 cidades, segundo documentos em posse do Ministério Público. Mas sua expansão causa preocupação a autoridades de outros Estados. ISTOE apurou que as polícias de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e São Paulo trocam informações frequentes sobre o grupo. O Conselho de Secretários de Segurança do Nordeste, por sua vez, já debateu a presença do PCC na região. “A colaboração tem sido intensa para evitar que o PCC seja tão forte quanto é em São Paulo”, diz o secretário do Maranhão, Aluisio Mendes.

HISTÓRICO DO PCC

Organização criminosa paulista é considerada a maior do Brasil

1993

Em agosto, durante uma partida de futebol na quadra do Anexo da Casa de Custódia de Taubaté (a 130 km da capital), oito presos criam o Primeiro Comando da Capital, sob o pretexto de "combater a opressão nas prisões" e vingar o massacre do Carandiru. Um estatuto é redigido e os 16 itens definem regras como a cerimônia do batismo e estabelecem valores que os membros têm que pagar para manter a organização em funcionamento



2001

No dia 27 de julho, cinco meses após comandar por celular uma megarebelião em 29 presídios, o

líder do PCC, Ildemir Carlos Ambrósio, o Sombra, é morto por espancamento na penitenciária de Taubaté. No ano seguinte, Marcos Camacho, o Marcola, assume a liderança da facção criminosa

2003

O juiz José Antonio Machado Dias é assassinado no dia 15 de março com três tiros, numa emboscada, instantes após deixar o Fórum. Marcola e outros integrantes do PCC são condenados pelo crime



2006

Em maio, o PCC realiza megarebeliões em presídios, promove uma série de ataques

a forças de segurança e aterroriza o Estado. Pelo menos 493 pessoas foram assassinadas

2012

Documentos em posse do Ministério Público de São Paulo revelam que a facção age em 123 cidades paulistas, possui 1.343 integrantes e fatura R\$ 6 milhões por mês



Ativar o Windows
Acesse as configurações
para ativar o Windows.

ANEXO F – REPORTAGEM DA “FOLHA DE SÃO PAULO”

Folha de S.Paulo - Cotidiano - Guerra 'EUA' x 'Al Qaeda' leva terror a João Pessoa -... Página 1 de 2

FOLHA DE S.PAULO

Capitais do medo

Guerra 'EUA' x 'Al Qaeda' leva terror a João Pessoa

'Perdi 34 amigos em um ano', diz moradora da capital líder na morte de negros

Grupos ligados ao tráfico que são rivais até no nome disputam o controle do crime na periferia da cidade

REYNALDO TUROLLO JR.
ENVIADO ESPECIAL A JOÃO PESSOA

João Pessoa, capital líder em homicídios de negros no Brasil, vive uma guerra particular. No centro do conflito estão "Al Qaeda" e "EUA".

No lugar de terroristas e das forças armadas mais poderosa do mundo, no entanto, estão grupos que controlam diferentes áreas da cidade e lutam pelo comando do tráfico e de presídios.

Em terras paraibanas, "Al Qaeda" virou "Okaida". "EUA" é a clara referência à rivalidade entre os grupos de bairros diferentes.

Sob ameaça de morte, jovens são proibidos de frequentar espaços visados por jovens de áreas rivais, ainda que não tenham ligação com o crime. Pichações das gangues marcam cenas de homicídios.

A briga entre torcidas organizadas também estimula a violência. Apesar de torcerem para o mesmo time, o Botafogo-PB, a Torcida Jovem da Paraíba e a Fúria Independente são de bairros rivais e mobilizam centenas de jovens.

Para a polícia, o ódio entre bairros é fomentado por traficantes para forçar jovens vulneráveis a entrar nas facções.

"Perguntamos o por quê do encantamento com facções e o próprio jovem não sabe dizer", diz Andrezza Gomes, 22, da Pastoral do Menor.

MORTES DE NEGROS

João Pessoa registrou 518 mortes violentas em 2012. Para a Polícia Civil, metade está ligada ao tráfico e à disputa entre os grupos.

O Mapa da Violência 2012, que computa homicídios de 2010 registrados pelo SUS, mostra que, para cada homicídio de branco, 29 negros são mortos na cidade.

É a capital com a maior taxa de homicídios de negros do país: 140,7 por 100 mil negros. A taxa nacional é quatro vezes menor, 36.

O estudo considera negro a somatória de quem se declara preto e pardo ao IBGE.

No Mangabeira, maior bairro da cidade, os dados do estudo reforçam o que Renata Wilma de Lima, 27, moradora do local, já sabe.

"Perdi 34 amigos no meu bairro em um ano [2012]. A maioria a droga levou. A grande maioria era negra", diz.

Para o historiador e militante negro Danilo da Silva, a Paraíba vive um "genocídio" de negros. Não se trata, porém, de um confronto entre raças, mas de enfrentamento entre os próprios moradores da periferia.

Silva aponta a "omissão do Estado", como o componente que permite essa situação.

"É como se o envolvimento no tráfico justificasse tudo: morreu, foi coisa boa. Mas nem todos estão envolvidos."

Estudante, pedreiro, capoeirista e negro, Edjackson da Silva Ferreira, 17, foi morto no último dia 20 no condomínio onde vivia com a mãe, no bairro do Valentina, um dos mais violentos da capital.

Moradores do condomínio rival invadiram o local e atiraram em Ferreira "para não perder a viagem", pois não encontraram seus alvos, dizem pessoas próximas."Ele não era do tráfico", diz o professor de capoeira João Paulo Pereira, 28.

Desde então, tiros entre os condomínios são quase diários. Até semana passada, ninguém havia sido preso.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/99085-guerra-eua-x-al-qaeda-leva-terror-a-joao-pessoa.shtml>

Copyright Folha de S. Paulo. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folha de S. Paulo.

ANEXO G – REPORTAGEM DO “PORTAL CORREIO”

Notícias, Política, Esportes, Entretenimento, Promoções e todas as Informações sob... Página 1 de 1



Criminosos da facção ‘Estados Unidos’ executam pai no lugar do filho em Santa Rita

Crime | PUBLICADO EM 20/07/12 às 06:07h | por Hyldo Pereira

Uma tragédia chocou os moradores da comunidade Livramento, no município de Santa Rita, localizado na região metropolitana de João Pessoa. Bandidos armados invadiram uma casa e assassinaram a tiros um pai no lugar do filho. O crime ocorreu na madrugada desta sexta-feira (20).

Segundo informações da Polícia Militar do 7º BPM, cerca de dez homens integrantes da facção criminosa ‘Estados Unidos’ invadiram a casa a procura de um jovem que participava da gangue da ‘Al Qaeda’.

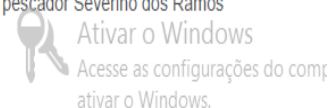
Como os criminosos não encontraram o alvo, efetuaram tiros de pistola, espingarda calibre 12 e revólver calibre 38, no pescador Severino dos Ramos Francisco, 37 anos, que era pai do adolescente.

Já baleado, o homem ainda tentou fugir pelo telhado da casa, mas devido a gravidade morreu em cima da residência.

Ainda de acordo com a polícia, os criminosos efetuaram disparos em uma criança de 10 anos, mas o revólver bateu ‘catolé’. Como a arma não disparou, o menino foi espancado.

Durante as investigações, o delegado Valderio Lobo informou que a Polícia Civil já identificou seis bandidos. Eles teriam chegado de canoa por um rio.

Foram feitas rondas, mas até as 06h33 ninguém tinha sido preso.



Copyright. Portal Correio. Todos os direitos reservados.

www.portalcorreio.com.br